

Roberto Boclin

# Conversando sobre EDUCAÇÃO...



2ª edição - 2016  
Revista e ampliada

*Que desânimo tenho de ler quem nunca viveu o assunto de seus escritos. Ou de quem quer ver tudo colorido por uma ideologia opaca e recusa-se a olhar quando há ameaças de que a vista conflite com a ideia preconcebida.*

*Quando Boclin escreve seus ensaios sobre educação, a trajetória profissional do autor vai aos poucos se mostrando. É um autor que escreve sobre o que viu, viveu e sentiu. Que alívio.*

*É o engenheiro com experiência de fábrica, falando da formação profissional, assunto do seu cotidiano durante décadas e, na minha opinião, o melhor do livro. Voltamos a uma discussão do SENAI, de suas origens, mas sem as ideologias pegajosas que andaram de moda.*

*Voltamos com Boclin às ideias originais de Kerschensteiner, chamando atenção para o enorme potencial educativo das práticas de trabalho. A ideia de que habilidades manipulativas precedem os conhecimentos intelectuais e podem ser usadas como um caminho privilegiado para o seu desenvolvimento parece velha e trivial. No entanto, foram recentemente validadas empiricamente com os experimentos controlados de contextualização do ensino. Lamentavelmente, o ensino formal jamais entendeu ou usou esse potencial e somente o Sistema S utilizou o trabalho como plataforma para a educação, no seu sentido mais rico e pleno.*

*Eis, portanto, um conjunto de ensaios sobre os assuntos que foram cruzando a trajetória do Boclin, como diretor no SENAI-RJ, membro do Conselho Estadual de Educação e Reitor do Centro Universitário da Cidade. São os assuntos cruciais da nossa educação, visitados por um observador perspicaz e honesto.*

CLAUDIO DE MOURA CASTRO

# Conversando sobre Educação...

*Novembro de 2016*

---

**ISBN**  
**85-901806-1-1**

Vedada nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro sem autorização do autor.

Preparação dos originais desta edição  
Prof. N. R. Feichas

Revisão  
Prof<sup>a</sup> Ana Maria Loureiro Carneiro  
Prof. N. R. Feichas  
Capa e contracapa  
Prof. N. R. Feichas

1<sup>a</sup> edição – Janeiro 2001  
Tiragem – 1.000 exemplares  
Capa e contracapa  
Luiz Mergulhão  
Avelino de Paula

2<sup>a</sup> edição – novembro 2016  
Revisada, alterada e atualizada  
Distribuição eletrônica

## Sumário

A Coleção ABE.....	5
Conversando sobre Boclin.....	7
Introdução.....	9
A Estrela Binária.....	11
Grande Mistério.....	13
Acreditação de instituições de ensino.....	15
Educação e Trabalho.....	19
A Educação Brasileira Revisitada.....	23
Sagrado e Profano.....	31
Uma Questão de Tempo.....	33
Rio de Janeiro: vestibular em foco.....	37
Ensino Profissional: nova realidade.....	41
O (Alto) Preço do Desemprego.....	45
O Ensino Médio: Continuidade e Terminalidade.....	47
Mensalidades Escolares.....	55
Academia Internacional de Educação.....	59
Investimento ou encargo social?.....	67
Diálogo nas Alturas.....	69
Verdadeira Grandeza.....	73
Emprego e Educação Prioridades absolutas.....	75
Manhãs da Modernidade.....	77
Academia Brasileira de Educação.....	81

Deus Salve o SENAI.....	91
Nova Conjuntura.....	95
Onde Começa o Futuro.....	97
Educação Profissional Novos Caminhos.....	99
A Gestão Pública da Educação Básica: Uma Questão Estratégica.....	105
A Logística na Educação.....	109
A Avaliação na Educação.....	111
Justificativa para Um Novo Ensino Técnico.....	113
A importância do Trabalho no progresso brasileiro.....	129
Considerações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica.....	131

Apresentação

## A Coleção ABE

O universo da educação é como o universo sideral: está sempre em expansão.

A ABE, inserida nesse imenso mundo educacional, tem, por isso mesmo, até por instinto de sobrevivência, de estar sempre crescente, dinâmica, mutante e insatisfeita, sob pena de, contrariando a sua própria natureza, definhar até morrer.

Como, entretanto, não é essa a sua vocação, aí estão, bem vivas, as demonstrações de todo o seu vigor o renascimento da revista “Educação” (hibernada por 29 anos), as palestras mensais e, infalivelmente, os seminários anuais.

Eis que, agora, surge uma nova atividade: a editorial em seu grau maior – o livro!

E a sua estreia se faz com o nosso ilustre associado, o Professor Roberto Boclin, autor de reconhecidos méritos, acadêmico respeitado e um dos mais destacados membros do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

A satisfação da ABE, ao lançar esta edificante obra, há de se repetir com frequência, pois não é outra a nossa pretensão a não ser fazer dela apenas a primeira de uma série, já que as ideias transformadoras frutificam graças às reflexões que os livros, sobretudo eles, têm o dom de propiciar.

*Edília Coelho Garcia*  
*Presidente da Associação Brasileira de Educação*

2000



## Conversando sobre Boclin...

A leitura de “CONVERSANDO SOBRE EDUCAÇÃO...” não revela, antes confirma que Roberto Boclin, mais do que professor, diretor e legislador, é sobretudo um pensador. E um pensador holístico, tal a abrangência de sua “conversa”.

E a polivalência não é só na temática, é também no estilo, na medida em que, ao longo dos 26 capítulos deste livro, enseja ao leitor a sua identificação como expositor, articulista, entrevistado e orador.

Em determinadas passagens, como em “Dedicatum - A Estrela Binária” e em “Sagrado e Profano”, o que se tem diante dos olhos é um inspirado poeta. Não que haja versos nos textos, mas há poesia neles porque - para alegria espiritual do leitor - Boclin funde a poesia na prosa.

E é interessante a dualidade encontrada em Roberto Boclin, bastando ouvi-lo como um debatedor cartesiano e depois compará-lo com o escritor-poeta. O cotejo só poderia revelar um grande atributo: o talento!

Há, outrossim, tiradas antológicas como aquela em que ele, espirituosamente, diz: “*Não li em nenhum romance de amor que um dos personagens estivesse cansado*” para justificar por que não sente cansaço quando recomeça suas incursões reflexivas no fim do dia, “*em meio a tantos afazeres que absorvem o nosso cotidiano*”.

A sua reconhecida isenção é bem demonstrada quando, indo contra a maré das críticas emocionais ao Provão, sustenta com serena objetividade: “*à medida que os alunos apresentam um mau desempenho no Provão, professores e a própria organização ficam feridos em seus brios*”, para então concluir, com evidente lógica, quão motivador tem se mostrado o Provão para o aprimoramento acadêmico das instituições universitárias.

Em um show de síntese, Boclin assim conceitua o cenário ideal do futuro: “*Flexibilização é a nova palavra-chave; recursos humanos qualificados, o instrumento estratégico; e educação, o norte e o sul, o princípio e o fim*”.

Conhecendo-o há anos como eu o conheço, não me surpreendi com este seu livro, apenas, mais uma vez, como leitor me enriqueci e, mais uma vez, como admirador estou aplaudindo-o emocionado.

*João Pessoa de Albuquerque*  
*Vice-Presidente do*  
*Conselho Estadual de Educação*

2000

# Introdução

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO me concede o especial privilégio de publicar alguns dos meus escritos, que entendo fazerem parte de uma pretensão pessoal de, a par das funções gerenciais associadas a instituições de educação que exerço há muitos anos, transmitir aos que convivem comigo, profissionalmente, um pensamento coerente com as nossas propostas de trabalho e que certamente fundamentaram decisões de cunho estratégico e operacional.

Existe muito de obviedade no que escrevo, mas nem sempre estiveram claras na visão de muitos os princípios e as razões do nosso trabalho, tendo, portanto, algum sentido a faina “literária” um tanto obsessiva que me atribuí.

Selecionei textos que considere oportunos no momento de sua publicação, quer pelo conteúdo metodológico de uns, quer pela função esclarecedora em outros, e sem tornar mais fastidiosa a leitura.

Os que os lerem poderão encontrar aparentes repetições de ideias, mas asseguro que, nesse caso, foram propositais com o sentido de fixar conceitos ou propostas de ações educacionais ou na defesa de argumentos considerados prioridades de nossas instituições.

As menções ao SENAI são mera consequência da minha atividade passada, sem nenhuma nostalgia ou saudosismo e, com admiração e respeito pela obra que realiza essa instituição.

Quero manifestar os meus agradecimentos à Prof<sup>a</sup> Edília Coelho Garcia por seu estímulo e apoio sempre presentes ao tempo de nossa longa e afetuosa convivência; ao amigo João Pessoa de Albuquerque pelo permanente carinho que impõe ao nosso relacionamento; à querida Terezinha Saraiva, protagonista de inesquecíveis momentos de encantamento e amizade, estimulante e rica detentora de exemplos dignificantes que homenageiam os que se tornam mercedores de partilhar do seu afeto; a Cláudio de Moura Castro e a Alberto

Mello e Souza, amigos de mais de trinta anos, a minha gratidão pelo companheirismo e aconselhamento.

A vocês que estão me concedendo a honra de sua atenção e ao número incontável de amigos dos quais o trabalho com a educação me aproximou, o meu sincero preito de gratidão.

A todos, enfim, proponho continuarmos “*conversando sobre educação*”.

*Roberto Boclin*

2000

Dedicatum

## A Estrela Binária

Quem quer que tenha tido o privilégio de se deparar com um céu estrelado, no litoral ou nas montanhas, poderá testemunhar o espetáculo da contemplação grandiosa de uma das mais belas visões que a natureza nos pode oferecer.

A percepção do infinito, o cintilar em harmonia dos astros espriados e a beleza da escuridão abissal intercalada pelo pulsar de cores indefinidas.

Apurando um pouco mais o interesse, poder-se-ão identificar as constelações e nelas as estrelas principais dessa galáxia fascinante. Aires, Sirius e Canopus, o Cruzeiro do Sul e as Três Marias, Centaurus, Vênus, linda e sedutora, e tantas outras inspiradoras de poemas e canções.

Mesmo o menos aplicado espectador se deixará envolver pelo clima de encantamento que nos faz esquecer as horas e lembrar de Deus.

Ao identificar o artesanato supremo que costurou o tecido universal de forma solidária, verificamos que de fato a interdependência astral é exemplificadora e simples.

Os homens alcançarão a perfeição, ao tomarem, como parâmetro de convivência, os princípios da gravitação universal que estabelecem a interligação indestrutível da sociedade astral.

Nos desencontros do seu cotidiano, a humanidade pode encontrar melhores caminhos nas guias de uma interação transcendental, onde o espírito se sobreponha à matéria, o pensamento oriente o racional, o amor corrija a paixão, o bem reencontre a sua posição de única alternativa.

Do exame mais aplicado do cenário de paz e estabilidade, que se verifica na ordenação celestial, pode ser inferida uma transposição para a nossa realidade, desde que as forças gravitacionais do relacionamento humano, tais como a solidariedade, a compreensão, a renúncia e tantas outras estejam presentes.

São associações, correntes, grupos e, em casos muito particulares,

indicações de uma relação sensitiva que o homem busca no intermédio da felicidade, o sentimento de dedicação absoluta de um ser ao outro, o amor.

Nesta posição devotada estão as estrelas binárias, ligadas gravitacionalmente entre si e com tal reciprocidade que chegam a parecer uma só na vista desarmada de uma plateia distante.

A estrela binária simboliza a afeição que perdoa, que compreende e que estimula, que reflete na própria identidade as características de sua parceria.

São duas numa só ou uma só em duas.

Bendita estrela binária dos meus caminhos insensatos. Bem-aventurados os que encontrarem a sua estrela binária.

*Outubro - 2000*

# Grande Mistério

A data é de comemorações, de reflexões e de júbilo pela passagem de mais um momento dedicado ao magistério de nosso país. A revista “Educação”, da ABE, dedica a sua edição de outubro ao evento, com depoimentos e citações que se propõem a resgatar de alguma forma o mérito dessa vocação e dessa trajetória de permanente enfrentamento de dificuldades e incompreensões.

Quisera extrair da minha inspiração defeituosa e impregnada pelo imperdoável esquecimento as palavras que captassem o seu verdadeiro sentido e expressassem a justa exaltação ao valor acumulado dessa gente anônima, por longas e intermináveis vigílias, na construção de culturas e de exemplos e na formulação dos princípios e do caráter de uma profissão nobre.

A história da Educação Profissional no Brasil é marcada pelo exercício solitário de uma vontade cívica de abnegação transcendental, que exigiu extrema aplicação daqueles que viveram, apaixonadamente, as múltiplas passagens dessa jornada.

A mística e o fascínio de suas origens, transmitidas silenciosamente no cotidiano dos encontros de uma pedagogia sem prestígio, alimentaram a sua paixão, tornando-a compulsiva e sublime na medida em que se permitiu permear, pelos resultados alcançados na transformação de uma juventude pobre e sem futuro, numa classe operária moldada pelos atributos da técnica, da ética e da responsabilidade consciente do seu profissionalismo.

Os rostos expressivos dos candidatos ao ensino profissional, revelando a retorcida angústia, a insolente esperança, o desespero de quem se afoga na incredulidade de seu próprio absurdo social, encontraram, em exemplificações simples e despojadas, no respeitoso relacionamento humano e no conhecimento da técnica que a sua aptidão individual assimilava naturalmente, uma nova visão de espaço e de promoção.

Sem maiores alquimias, como em todos os Grandes Mistérios, os mesmos rostos, em pouco tempo, estavam inundados de alegria, convulsionados de entusiasmo, com a pureza abstrata e absoluta da felicidade estampada no magnetismo da imagem do amor lírico da cidadania.

---

Mestres da Educação Profissional, sentimos que somos movidos por

uma impulsão mágica e que a nossa missão transcende às relações materiais, porque rompemos o espaço sagrado da compreensão ao tocarmos em vidas, ao renová-las, ao acreditarmos que podemos orquestrar a misteriosa melodia do espírito, despertando olhos de um sonho sem nexos para a encantadora contemplação da vida plena, verdadeira poesia dos deuses.

A magia da docência é uma faculdade quase exclusiva nos tumultuados dias de infecção da qualidade humana e, longe do sobrenatural, preserva-se, ressurgente diariamente sob diversas formas em cada um de nós, que nos deixamos envolver pelo seu aroma inebriante e pela grandeza de sua mensagem.

E sabe Deus como foi possível e com que obstinada persistência, exercemos a nossa tarefa singela, ela que tem sido injuriada, humilhada, desprestigiada e ofendida. Sonhamos com os novos dias, inspirados nas reminiscências de um passado distante onde o Professor, na interseção do bem e do mal, exercia o seu papel de engenheiro do caráter, médico dos sentimentos e anunciador da verdade.

A quem atribuir o milagre da perseverança que tornou possível conservar e aprimorar a prática de uma educação desafiadora e complexa?

Penso nos Mestres como criaturas irremediavelmente predestinadas, luminosas, evangelistas da vida moderna, intérpretes de ideais, decifrando os códigos impostos pela sociedade e transformando-os em crenças de esperança e de fé.

Finalmente, acreditamos que o presente nos permite pensar em melhores dias para a Educação Profissional, fundamentado em preceitos legais que nos estimulam a confiar no progresso da escola e na valorização do trabalho docente, insofismáveis esteios do desenvolvimento econômico e social do nosso país.

As palavras têm sido escassas ultimamente, perturbadas pelas excessivas apreensões dos tempos difíceis que me furtam a inspiração, mas ficam a intenção e o sentimento!

*Setembro - 2000*

# Accreditation of institutions of education

## NOVAS ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, representou, sem dúvida, inestimável contribuição para o aprimoramento da educação brasileira e, em particular, uma provocação inovadora à melhoria do desempenho das instituições de ensino superior.

A sua regulamentação no campo da competência federal, tem sido extensa e de certa forma doutrinária, seja quando “*estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior*”, como no que concerne aos aspectos mais abrangentes dos dispositivos legais e no elenco de portarias normatizadoras para o credenciamento de instituições privadas de ensino superior.

O credenciamento é uma das inovações legais regulamentadas pelo Decreto 2.207/97 e pelas Portarias 637, 639 e 640/97 e que, embora resulte de uma ambiguidade legislativa com o conceito de autorização, agora restrita aos cursos superiores, sugere importantes atributos relacionados com o desempenho e com os objetivos das instituições de ensino superior.

Não é nosso propósito discutir sobre a nova legislação e suas regulamentações mas, assimilando a sua proposta, refletir sobre alguns aspectos conceituais que julgamos importantes e oportunos para a gestão eficaz do ensino superior.

O Decreto 2.026/96 apresenta pela primeira vez, na legislação brasileira, o conceito de indicadores de desempenho global, enquanto a Portaria nº 637/97 estabelece, também de forma original, a figura dos critérios a serem considerados no credenciamento.

Conceitos como “autoavaliação” e “avaliação individual” são frequentes nos textos legais sem, no entanto, caracterizarem uma metodologia própria ou mesmo uma sistematização no seu emprego.

As mudanças recentes, promovidas pela expansão do conhecimento e da tecnologia, no mercado de trabalho, na competitividade empresarial, nos processos de financiamento de recursos financeiros cada vez mais escassos, na redução do poder aquisitivo da classe média e nos níveis de aspiração da

população jovem em busca de melhores empregos, constituem um singular desafio à gestão criativa, competente e eficaz das instituições de ensino, aproximando-as dos procedimentos adotados pelas empresas na condução dos seus negócios e das logísticas mais apuradas, onde os indicadores estatísticos aparecem como ferramentas estratégicas gerenciais.

Do elenco de providências adotadas pelo Governo Federal, no sentido de despertar as instituições de ensino superior para a qualidade da prestação de serviços educacionais, o Provão tornou-se a peça mais contundente e discutida. Embora não seja o melhor instrumento de avaliação, uma vez que não impõe compromissos e consequências diretas aos alunos submetidos às provas, é inquestionável a repercussão dos seus resultados. Isoladamente, no entanto, é possivelmente injusto e certamente débil como proposta metodológica.

Recentemente, o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, por intermédio da sua Câmara de Ensino Superior, instituiu a figura de uma Comissão multidisciplinar, com o propósito de estabelecer condições para a autorização de funcionamento de Órgãos de Acreditação, ou seja, empresas, fundações, institutos, etc., que se proponham, segundo procedimentos adequados e preestabelecidos, indicar referenciais de qualidade de desempenho de instituições de ensino e que, em curto prazo, se transformem em parâmetros de qualidade e, até mesmo, em classificações de desempenho.

Se no Brasil, aos poucos se constrói uma categorização das instituições de ensino superior, com Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades e Institutos Superiores ou Escolas Superiores, cumprindo, ainda que de forma um tanto subjetiva, o mandamento legal, nos EUA, a questão ultrapassou muros acadêmicos e se tornou pública em vários outros modelos.

Hoje, as instituições vão ocupando um “*ranking*” educacional assemelhado aos dos hotéis, restaurantes, das cidades, corporações empresariais, etc.

Empresas especializadas publicam as suas detalhadas classificações como a “US News World Report”, “Money”, “Barron's Guides”, “The Fiske Guide to Colleges” e a “The Gournan Report”, que orientam o público e exigem das instituições desempenhos de melhor qualidade.

É claro que existe uma distinção entre classificação e categorização.

Categorização está associada aos objetivos e às potencialidades da instituição e que, em decorrência, exigirá das mesmas, reputação, honras e

prêmios, pesquisas e trabalhos publicados, instalações, laboratórios, bibliotecas, titulação acadêmica de professores, etc.

Poderá haver classificação entre instituições da mesma categoria, mas a distinção de categorias não indicará diferenças na qualidade da prestação de serviços de uma e de outras e, sim, finalidades diversas.

A classificação as diferenciará nas categorias, nos cursos e no desempenho e o recurso para este fim é o uso de indicadores.

O aproveitamento dos indicadores por instituições de ensino superior no processo de avaliação, como instrumento de aferição de desempenho, apresenta inúmeras vantagens diretas e outras indiretas, apoiando o processo de gestão administrativa, acadêmica e financeira, constituindo-se em elemento indispensável do processo de Acreditação.

De um lado, favorecem o estabelecimento de metas visíveis e concretas, envolvendo as equipes no processo consciente de alcance de resultados.

De outra forma, mobilizam esforços no sentido de que seja implantada uma linguagem própria, uma cultura de informação fundamentada em retratos do cotidiano, permitindo correções imediatas e ajustes no processo ensino-aprendizagem e em todos os seus envolvimento.

É verdade, que um elenco de indicadores hábil e tecnicamente selecionados e corretamente apurados, cria mecanismos que ultrapassam as funções de controle e invadem os terrenos psicológicos da valorização profissional, do reconhecimento, da motivação e do fortalecimento dos vínculos dos recursos humanos com a instituição.

Na medida em que a sistemática de apuração e análise se desenvolve, inevitavelmente será desenhada uma história do comportamento da instituição, favorecendo a definição de metas e a projeção de novas estimativas, corrigidas em função das providências decorrentes.

Parâmetros referenciais serão construídos, estimulando a comparação intra sistema, enquanto paralelamente estará sendo abastecido um Banco de Dados indispensável ao planejamento estratégico.

Finalmente, entendendo a Acreditação como o estabelecimento de uma reputação, o abono de uma confiança inspirado nos resultados efetivos de um desempenho, é preciso que sejam definidos com clareza os meios de coleta e a fidedignidade das informações, que com o tempo se tornarão de domínio público e virão a se constituir em valiosos elementos de aprimoramento da

educação em nosso País.

A Acreditação virá para ficar como um efetivo instrumento à disposição da comunidade para avaliação das instituições de ensino.

*Novembro - 1999*

# Educação e Trabalho

Quem pretender pesquisar as origens da Educação Profissional, certamente, irá encontrá-las na Reformpädagogik da virada do século, nos estudos de Georg Kerschensteiner e sua “Arbeitschule”, nas controvérsias com Hugo Gaudig, Robert Seidel, Paul Oestreich, P. P. Blonskij e, quem sabe, Otto Scheibner e Alois Fischer, todos envolvidos com as questões da “Escola Nova” onde merecem especiais citações Pestalozzi e Dewey.

As próprias origens metodológicas da formação profissional no Brasil foram muito influenciadas pelas ideias “revolucionárias” dos pesquisadores citados e, muito especialmente, pela Escola do Trabalho de Kerschensteiner, na Baviera, polo pedagógico da formação profissional na Alemanha, na Áustria e na Suíça.

A Escola do Trabalho, partia do pressuposto de que o desenvolvimento das habilidades manipulativas exercia papel estratégico na facilitação da aprendizagem das disciplinas de educação geral e na formação do cidadão. Até mesmo deveria de um certo modo precedê-las.

Prevalencia a convicção de que a formação profissional tinha como objetivo a preparação de um cidadão apto a desempenhar o seu papel na sociedade, seja pela sua promoção social, seja pela sua valorização profissional.

Os resultados colhidos confirmaram as expectativas mais otimistas.

O conceito reformista de Educação e Trabalho, de Kerschensteiner, buscava uma relação melhor entre o social da educação e o econômico do trabalho, sendo a escola a passarela pedagógica entre os dois entes de mesma grandeza.

Alguns menos atentos ao pensamento reformista enveredaram por caminhos mais pragmáticos e menos conceituais, como o da educação para o trabalho, que parecia se influenciar mais pelo ambiente empresarial do que pelos aspectos pedagógicos. Logo ficou claro, quando a noção de trabalho no processo educacional e no discurso pedagógico, foi adquirindo uma compreensão mais substancial, que a escola para o trabalho não era uma consequência da pedagogia reformista.

Há trinta anos, na esteira do progresso tecnológico e industrial, surgiu,

no que se denominou de “virada realista”, o conceito de Qualificação, inspirado na pedagogia das profissões e orientado pelas pretensões das empresas. Esta realidade profissional contemporânea deu origem a uma educação profissional centrada nas exigências da produção.

Embora identificada com uma clara recusa aos princípios então aceitos, não se pode negar a importância das pesquisas em Qualificação, pelas reflexões que provocaram, entre as quais o conceito de Dieter Mertens, em 1974, que representou papel central tanto no discurso pedagógico-profissional como nas empresas.

A concentração nas necessidades empresariais conduziu, inevitavelmente, à marginalização da escola e dos domínios da pedagogia, na organização de uma formação funcional em prazos curtos e de resultados imediatos para os alunos e empregadores.

Ainda assim, nunca foi possível estabelecer perfis de Qualificação confiáveis e incontestáveis, ou mesmo, prognósticos garantidos de que poderiam ser convertidos em adequados programas de formação.

Recentemente, nos últimos dez anos, a questão se agravou em decorrência da velocidade do progresso da ciência e da tecnologia que, alterando substancialmente as exigências das empresas, tornou impraticável a atualização dos programas de Qualificação, formulados como uma perspectiva de ajuste fiel entre as demandas e as ofertas de conhecimento.

São compreensíveis as influências do progresso econômico na formulação de projetos de formação da “força de trabalho”, como a pedagogia das profissões, comprometida com os conceitos de Qualificação identificados com as necessidades das empresas, na visão imediatista e indeterminada de uma perspectiva de exigências, limitando a questão às relações de trabalho nas empresas.

Do ponto de vista um tanto pragmático, o que de fato ocorreu, nos últimos vinte anos, foi o processo de levar-se a Escola para o Trabalho, restringindo-se a sua função formadora aos aspectos circunstanciais do negócio, das habilidades, conhecimentos e capacidades de uso imediato e direto.

Ao contrário, nos pedagogos reformistas clássicos, como Maria Montessori, a formulação é inversa, ou seja, trazer o Trabalho para a Escola, segundo o princípio de que o homem forma-se mais precisamente por meio do trabalho, cujo significado educativo permite a sua transposição para o ambiente

da escola.

Embora o conceito educativo do Trabalho tenha sido objeto de discussões intensas no século XIX, é verdade que foi no clima dos “REFORMISTAS”, no início do século XX, que despontaram a Escola do Trabalho de Kerschensteiner e, mais precisamente as escolas de formação profissional, como as derivadas perfeitas onde se produzia a relação entre vida social e vida profissional.

No pano de fundo dessa dissertação pedagógica fica sempre a pergunta, se na socialização empresarial não seria possível “salvar”, usando a linguagem da informática, alguns dos princípios essenciais da pedagogia das profissões dos tempos modernos.

A discussão passa então para o contexto pedagógico do Trabalho e seu papel educacional na formação profissional, na tentativa conciliadora de uma associação de atributos sociais e econômicos.

Na tentativa de se compreender substancialmente o conceito de Trabalho penetra-se na filosofia da igreja no século XIX, no sistema de compreensão transcendental da ética do cotidiano, onde nem todos os homens são predestinados, não por vontade de Deus, mas por culpa deles mesmos, ou: “Deus ajuda a quem se ajuda a si próprio”.

Para estabelecer a ordem nesse direcionamento de vida, o Trabalho, como atividade ascética, impõe-se como meio de excelência para o pietismo de acento sentimental, no qual Deus abençoa o seu filho pelo sucesso do seu trabalho.

No início do século XX, mais precisamente em 1908, com a conferência “A escola do futuro no espírito de Pestalozzi” proferida em Zurique, Kerschensteiner torna acessível a círculos amplos a sua “escola do trabalho” e os seus princípios, tomados pelo “pathos e pelo ethos da educação”, como disse Spranger ao considerá-lo um educador de profunda seriedade profissional.

O conceito de Trabalho de Kerschensteiner apoiava-se menos no sentido de atividade profissional e industrial do que, no componente estético, que se relaciona com Ruskin, Carlyle e com a Liga alemã do trabalho.

Uma outra característica marcante da sua conceituação, está na sua ligação com uma filosofia de vida, em que o trabalho se associa a ideais éticos e sociais, numa trama onde se destacam formação, profissão, valor, caráter e personalidade, e que remete a transcendência religiosa a uma unidade, a uma

força primitiva atemporal da humanidade.

Nos tempos modernos, o Trabalho associa-se a ideias mais terrenas, como salário, renda e sacrifício. Prevaecem, na sua formulação, atributos como disciplina, criatividade, juízo de valor, produtividade e lógica.

As discussões sobre o trabalho, a escola e a educação iluminaram a pedagogia reformista, influenciadas pelas reflexões de Pestalozzi, Goethe, Dewey, Spranger e também Spencer, Carlyle, Götze, Muthesis e Simmel. No arranjo das fontes de inspiração das citações, verifica-se não terem sido um “mal-entendido” as teorias da Escola do Trabalho, que mais adiante se ligariam à forma estetizante da educação e da formação profissional.

Hoje, a escola do trabalho está esquecida nas perspectivas de um processo de profissionalização acelerada, que acompanhe as mudanças do progresso tecnológico e as necessidades das empresas e do emprego. Mas as oficinas do repertório didático, ainda presentes nas Academias de Educação, parecem apontar para uma conciliação entre a Educação e o Trabalho, na conjugação de uma proposta atual e renovadora.

A Formação Profissional não será mais exclusiva das necessidades das empresas, já que essas variarão muito aceleradamente e, ao mesmo tempo, conhecimentos relacionados com o desempenho estarão mais bem situados no ambiente e na abstração das escolas que, em oposição à empresa, são os locais mais adequados para essas finalidades. A educação continuada será estratégia da escola e da empresa na desejável conciliação.

Os princípios da Escola do Trabalho de Kerschensteiner estão ainda tão atuais quanto na sua origem.

*Folha Dirigida – Setembro - 2000*

# A Educação Brasileira Revisitada

Quem pesquisar a educação brasileira nos tempos recentes deverá, inevitavelmente, concluir que a sua evolução não acompanhou o processo de desenvolvimento econômico do País e, ao contrário, andou sempre na direção oposta, sendo seguramente responsável por parcela ponderável dos fracassos das políticas sociais empreendidas que, afinal, conduziram ao quadro lamentável de pobreza, miséria, alienação e exclusão de representativo segmento da nossa população.

Se de um lado verificou-se uma acelerada expansão do sistema educacional, pressionado pela demanda social de educação, de outro é infosismável admitir que qualitativamente, por deficiências estruturais, políticas elitistas, péssimo rendimento do sistema escolar e outras mazelas, o processo caminhou em oposição às demandas decorrentes do desenvolvimento.

Para uma compreensão melhor da evolução da educação brasileira, tomaremos como ponto de partida a criação, em 1924, da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO – ABE, reunindo educadores de ideias renovadoras, influenciados por um movimento reformista, no início do século, na Europa e nos Estados Unidos, denominado de Escola Nova.

Heitor Lira, Ernesto Carneiro Leão, Edgard Sussekind de Mendonça e outros criaram a ABE com o objetivo de reivindicar medidas consideradas inadmissíveis, tais como a laicidade da educação, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino e a co-educação.

Foi um período polêmico, principalmente pela reação dos educadores religiosos que monopolizavam a educação das elites e se sentiam ameaçados pelas ideias renovadoras.

A partir de 1922 começaram a surgir as Reformas em vários Estados: Ernesto Carneiro Leão em Pernambuco, Lourenço Filho no Ceará, Sampaio Dória em São Paulo, Fernando Azevedo no Distrito Federal, Francisco Campos em Minas Gerais e Anísio Teixeira na Bahia constituíam o prenúncio de uma grande reforma de caráter nacional.

O movimento reformista culminaria com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional ou da Escola Nova, como foi denominado, em 1932, apresentando as propostas que desde 1924 eram debatidas na ABE e que tinham o comando de Fernando Azevedo e o apoio de 26 notáveis educadores.

Sob a égide do Governo Provisório, em 1930, era constituído o Ministério da Educação e da Saúde Pública, tendo Francisco Campos como Ministro e muitas esperanças de mudanças.

De fato, em abril de 1931, um conjunto de Decretos, Reforma Francisco Campos, promove a primeira intervenção legal de âmbito nacional na educação brasileira.

Ainda que de uma certa forma restrita na sua intervenção a Reforma abrangeu:

- a criação do Conselho Nacional de Educação;
- a organização do ensino superior e o regime universitário; a organização da Universidade do Rio de Janeiro; a organização do ensino secundário;
- a organização do ensino comercial e a criação da profissão de Contador;
- a consolidação da organização do ensino secundário.

Embora com méritos inegáveis, a reforma não abrangeu o ensino primário nem a formação profissional nem o ensino técnico. Tampouco cogitou do ensino normal, sendo seletiva, elitista e aristocrática.

No que diz respeito ao ensino superior, embora existente desde os idos de 1908 e com denominação de Universidade do Paraná, em 1912, do Rio de Janeiro, em 1920 e a de Minas Gerais, em 1927, o fato é que todas resultavam da simples agregação de Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, sem a concepção universitária.

Com a aprovação do novo Estatuto das Universidades Brasileiras e apesar da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, somente 1934 foi criada a primeira Universidade no conceito da reforma, a Universidade de São Paulo. Em 1935 Anísio Teixeira cria a Universidade da Bahia e no mesmo ano surge a de Porto Alegre; a primeira com uma Faculdade de Educação e a segunda com uma de Economia, além do Direito, da Medicina e da Engenharia.

Do ponto de vista regimental a reforma do ensino superior, contemplava a figura do Reitor, do Conselho Universitário, da Assembleia Universitária e da Direção das Escolas. Criou a carreira de Catedrático, de Auxiliar de Ensino e de Livre Docente.

Organizou os currículos em três fases: o normal, os equiparados e os de aperfeiçoamento e especialização.

No entanto, manteve a falta de diversificação do ensino superior ao exigir a presença dos cursos de Direito, Medicina, Engenharia e Educação e Letras, reforçando a aristocracia do ensino e não levando em conta as novas demandas de natureza econômica, próprias do desenvolvimento.

Quanto ao ensino secundário, a reforma extinguiu os “preparatórios” e promoveu profundas mudanças na organização do ensino, que passou a ter:

- o ciclo fundamental em 5 anos;
- os ciclos complementares em 2 anos com direcionamentos curriculares específicos para o Direito, a Medicina, Odontologia e Farmácia e para a Engenharia e Arquitetura.

Tratou de oferecer uma formação básica no fundamental, sendo propedêutico no complementar.

Foi implantado um sistema de avaliação rigoroso, com arguições mensais, provas bimestrais e exames finais.

Criou-se o cargo de Inspetor de ensino com atribuições e normas centrais e um rígido sistema de inspeção escolar.

Embora tenha sido uma reforma no sentido abrangente não se livrou da excessiva centralização e dependência do poder central.

No âmbito do ensino comercial, foram organizados os cursos médios e os superiores. Os primeiros, em dois ciclos: o 1º, propedêutico, em 3 anos e o 2º, técnico, variando entre 1 e 3 anos, formando secretários, guarda-livros e peritos contadores.

O Curso Superior, em 3 anos, voltado para Finanças.

Se a Reforma Francisco Campos não foi completa, ainda muito influenciada pela conjuntura política dominante, inegavelmente foi o primeiro passo para as mudanças que se sucederiam nos anos seguintes com as Constituições de 1934 e 1937.

A Constituição de 1934 recebeu vantajosas influências dos Renovadores, vindo a ser considerada uma vitória dos integrantes do Manifesto de 1932.

Incorporou a fixação de um Plano Nacional de Educação onde estavam presentes a descentralização do ensino pelos Estados, a gratuidade do ensino e o ensino primário integral, cabendo à União afixação das diretrizes gerais. Ainda sob o domínio de pensamentos conservadores, destinou o ensino profissional às classes menos favorecidas, mantendo princípios socialmente discriminatórios.

Durou pouco a conquista dos reformadores, já que, em 1937, a Carta Magna do Estado Novo viria a moderar substancialmente as ênfases, procurando conter a expansão do ensino, permitindo o ensino religioso como matéria do currículo ordinário das escolas e suavizando outras conquistas anteriores. O ensino gratuito, por exemplo, foi admitido para os que comprovassem carência de recursos.

Viveu-se um período de estagnação até 1942, quando o então Ministro da Educação do governo Vargas, Gustavo Capanema, inicia uma nova Reforma, as “Leis Orgânicas do Ensino”, constituída de quatro Decretos, seguidos no governo José Linhares, após a queda de Vargas, por outros três, implantados pelo Ministro Raul Leitão da Cunha, entre 1942 e 1946 e que verdadeiramente promoveram profundas mudanças na educação brasileira.

Os quatro primeiros instituíram o Ensino Industrial, o Ensino Comercial, o Ensino Secundário e a criação do SENAI. Os outros três, o Ensino Primário, o Ensino Normal e o Ensino Agrícola.

Percebe-se no exame dos documentos legais a influência marcante do pensamento dos integrantes do Manifesto de 32 no momento em que a educação nacional se engaja no Ensino Médio e Profissional como prioridades de governo. Logo a seguir era criado o SENAC, em 1946, compondo o quadro de uma moderna filosofia, humanista e tecnicista, que prevaleceria por muitos anos.

Do ponto de vista curricular e resumidamente, o Ensino Secundário passou a ser composto de dois ciclos: o primeiro, Ginásial, com 4 anos; e o segundo com 3 anos, dividido entre Clássico e Científico.

É óbvio considerar o caráter de cultura geral e humanística da proposta que claramente destina a formação secundária ao ingresso nos cursos superiores, deixando para o ensino industrial a função de terminalidade profissional em nível médio.

Os ensinos industrial, comercial e agrícola, por sua vez, foram organizados com 4 anos de fundamental e 3 ou 4 de técnico e 1 ano de

formação pedagógica para a preparação de professores, neste caso, em caráter opcional.

Ao SENAI e ao SENAC coube o papel de treinamento e formação profissional, como obrigação dos empregadores e preferencialmente para os jovens concluintes do ensino primário e aos trabalhadores empregados.

O ensino primário pioneiro em suas diretrizes nacionais, foi organizado em Fundamental (4 anos) e Complementar (1 ano) destinado a crianças entre 7 e 12 anos e o Supletivo (2 anos) para adolescentes e adultos que não receberam esse nível nas idades oportunas. Exerceu importante papel no combate ao analfabetismo.

O ensino normal teve centralizadas as suas diretrizes destinadas à formação de professores para o ensino primário e foi dividido em dois ciclos; o 1º com a duração de 4 anos, visando formação de Regentes de ensino primário e o 2º, com duração de 3 anos, visando à formação de professores e próprios das Escolas Normais e dos Institutos de Educação.

A Constituição de 1946, com o retorno realidade democrática, eminentemente liberal, consagrou a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, enquanto fortalecia os princípios de obrigatoriedade do ensino, gratuidade do ensino primário e obrigações explícitas aos empresários quanto ao ensino e ao treinamento de seus empregados.

A educação brasileira passou a ser objeto da preocupação dos políticos e governantes no período entre 1948 e 1961, quando se discutiu no Congresso o projeto de lei do Professor Lourenço Filho, a pedido do então Ministro Clemente Mariani.

Em 20 de dezembro de 1961, é aprovada a Lei 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consagrando a estrutura anterior com pequenas alterações, como a criação do ensino pré-primário, com maternais e jardins de infância e, o ensino médio, subdividido em ginásial de 4 anos e colegial com 3 anos. De fato, nada mudou.

Com o período ditatorial instalado a partir de 1964 e as frequentes crises estudantis decorrentes da contestação ideológica e da defasagem entre a demanda por cursos superiores e a oferta de um sistema universitário envelhecido, gerando a figura dos excedentes, concluintes do ensino médio sem perspectivas de qualificação profissional e um ensino profissional sem prestígio junto à população e à classe empresarial, o governo adotou medidas julgadas corretoras, mas que de fato resultaram em grande fracasso educacional.

A expansão do ensino superior privado foi estimulada fortemente, com expressivo crescimento quantitativo de cursos e vagas, porém com qualidade quase sempre insatisfatória, resultando na formação de quadros profissionais de nível superior sem qualificação e emprego.

Na mesma vertente e sob o impacto das ideias tecnicistas, é aprovada a Lei 5.692, de 1971, de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, com obrigatoriedade de iniciação ao trabalho no 1º Grau e profissionalização no 2º Grau. Um outro fracasso, uma vez que nem o sistema de ensino público, nem o privado, tinham recursos e infraestrutura compatíveis com a proposta e muito menos professores preparados. Isso para não falar de uma centralização metodológica impraticável.

A Lei 5.692 arrastou-se por 25 anos, com consequências perversas para a formação da nossa juventude, prejudicada e enganada por um sistema absolutamente teórico, cujo benefício residual foi o de valorizar a educação profissional, ainda que a submetendo a um rígido sistema, incompatível com o progresso da ciência e da tecnologia.

Finalmente chegamos ao ano de 1996, com a nova LDB (Lei 9.394/96), que depois de mais de dez anos de discussões, alterações e emendas tornou-se objeto de uma proposta substitutiva do Prof. Darcy Ribeiro, alterada em alguns dos seus artigos, mas imaculada no seu propósito principal, que introduz profunda revisão conceitual da educação brasileira.

Nesse sentido, introduzo alguns dos comentários do ilustre Prof. João Pessoa de Albuquerque, publicados no nº 99, da Revista EDUCAÇÃO, da ABE.

As creches passam a integrar o sistema educacional.

A autonomia das escolas é estimulada com liberdade na elaboração da proposta pedagógica, na elaboração dos seus regimentos e na reclassificação de seus alunos independentemente de escolarização anterior.

O período letivo passa a ter 800 horas e 200 dias úteis na educação básica e um mínimo de 200 dias letivos no ensino superior.

A frequência escolar é de 75% do total de horas letivas com o controle pela escola.

Aproveitamento de experiências extraescolares tanto na educação básica como na educação profissional, e do notório saber no ensino superior.

A nova lei valoriza a educação profissional e estabelece currículos diferenciados para o ensino médio e os cursos técnicos. Para estes, propõe, já na sua regulamentação, nova organização em caráter modular.

Reestrutura a educação superior e estabelece classificação inovadora para as instituições – Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores.

O Ensino a Distância merece tratamento e importância especial.

Surgem os cursos sequenciais com objetivos associados às propostas de educação continuada.

Outras muitas inovações foram contempladas na nova LDB, mas somente o tempo poderá aferir a sua propriedade e os seus resultados.

Concluindo a modesta contribuição aos interessados na análise da educação brasileira dos tempos modernos, queremos enfatizar as esperanças no seu futuro e no professor que parece reencontrar o seu papel de prestígio e respeito na nossa sociedade.

*Outubro - 2000*

*\* O presente relatório está inspirado nos estudos da Prof<sup>a</sup> Otázia de Oliveira Romanelli*



# Sagrado e Profano

Recomeço com as minhas incursões reflexivas neste fim de dia, em meio a tantos afazeres que absorvem o nosso cotidiano. Não sinto cansaço.

Não li em nenhum romance de amor que um dos personagens estivesse cansado...

Creio ser este o motivo: o amor pelo SENAI, que já tem a forma de delírio domesticado, por sua missão e por sua gente.

Vivemos os tempos da qualidade. Qualidade de vida, da gestão, do produto, e quem sabe um dia, do caráter.

O SENAI, ente sagrado pela sua missão transcendental de formador de uma classe operária, deverá, na medida de suas competências e atribuições, ajustar-se aos preceitos dos novos modelos de gestão empresarial, baseados em teorias comportamentais que se fundamentam no perfeito conhecimento que cada um tem do seu papel relevante na consecução dos objetivos superiores da entidade.

O que se percebe, a par de um progresso expressivo no desenvolvimento dos recursos humanos, é que os interesses pessoais muitas vezes obtêm prioridade na mira de nossas aspirações, tornando-se incompatíveis com as propostas coletivas da Instituição,

É uma atitude de quem se agarra ao “objeto perdido” ao “poder aparente”, por efeito de uma psicose alucinatória do desejo, como analisa com profundidade a teoria freudiana.

Com tal conduta marcada pela ambição, profanam o recinto sagrado da missão superior da entidade, em busca de alternativas que contemplem apenas as suas individualidades.

Para o alcance da qualidade total, verifica-se a necessidade de uma purificação dos integrantes da entidade e que se afastem as incertezas, a desconfiança, as fraquezas, os ciúmes e as angústias, para que possamos receber as mensagens de esperança e de felicidade que, ao seu final, conduzirão a um desempenho eficiente.

A missão sagrada e a ação profana, integradas, produzem a relação mágica e enigmática que conduz ao objeto da perfeição.

Abrir mão dos privilégios do inconsciente individual para deixar livre a entrada dos interesses do grupo e da entidade. Perceber que, individualmente, somos apenas um exilado imaginário na composição da festa do consciente coletivo. Admitir as perdas, renunciando ao objeto de nossa vaidade pessoal para merecer o benefício de fazer parte do conjunto.

Não sei se falei de qualidade, mas tenho a plena consciência de que a empresa do “futuro presente” repudiará a ambição individual que viola o templo iluminado do mandato superior.

Como eu disse, não estava cansado, mas o que fazer desse embrulho de cansaço colocado diante de mim?

Talvez, devolvê-lo, porque decidi ser o que sou e o que faço, com amor.

*Março - 1994*

# Uma Questão de Tempo

Têm sido numerosos e recentes os estudos de educadores, sociólogos e economistas visando à construção de cenários futuros que revelem as novas formas da organização do trabalho e dos modelos da educação e da formação profissional que se ajustem aos efeitos decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico.

Nos países do primeiro mundo, é consensual o esgotamento do sistema Taylorista-Fordista, energético-intensivo, que conduziu, com bastante êxito, a industrialização neste século.

Os modelos competitivos fundamentados em inovadoras teorias do comportamento, o desenvolvimento da microeletrônica e da informática e a “mundialização” da economia parecem acomodar-se na estrutura decorrente que se resolveu denominar de “novo paradigma do desenvolvimento” ou de “paradigma da informação”.

Os modernos sistemas de produção modificam a sua disposição orgânica, optando por grupamentos técnico-produtivos, intitulados de células, no lugar das produções seriadas que reuniam homens e máquinas em cansativa rotina, cadenciada pela repetição de operações pouco complexas.

Os organogramas empresariais identificaram, na gestão sistêmica horizontalizada, as suas preferências, reduzindo os gastos com perdas administrativas e ampliando a interação e a participação dos departamentos.

Concepção, Projeto e Execução parecem ter encontrado espaços comuns, enquanto a Qualidade presencia todas as etapas.

Flexibilização é a nova palavra-chave; recursos humanos qualificados, o instrumento estratégico; e educação, o norte e o sul, o princípio e o fim.

Assim equacionado, instala-se o paradigma do mundo desenvolvido.

No Brasil, a temática incorpora inúmeras outras variáveis, sempre mais complexas.

Ainda assim vale especular sobre o que nos espera em breve.

O cenário futuro do modelo brasileiro parece apontar para uma configuração com quatro vertentes:

- 1) O segmento moderno, fortemente influenciado por empresas internacionais, de tecnologias assimiladas em curto prazo, utilizadores de capital e informação, intensivos e, reduzidos contingentes de mão-de-obra.
- 2) A indústria tradicional, de tecnologia convencional, em maior número, de mão-de-obra intensiva, mas com elevados padrões de qualidade.
- 3) O mercado informal, quantitativamente expressivo, em franco crescimento, assimilando tecnologias e com desempenho qualitativo apreciável.
- 4) A terceirização, constituída com o surgimento em grande quantidade de empresas organizadas para a prestação de serviços de apoio.

Para suprir as demandas de um mercado de trabalho de tal forma diversificado, os programas de educação técnica e formação profissional necessitam, também, de uma nova configuração.

Quanto aos segmentos tecnologicamente desenvolvidos e mesmo considerando as indústrias convencionais, percebe-se que o perfil apresentará sensíveis modificações.

A ênfase dos programas de formação deverá se acentuar nos conceitos da polivalência profissional, oferecendo amplo espectro de conhecimentos técnicos e habilidades específicas e conduzindo não mais à preparação para uma ocupação e sim para um conjunto de atividades afins que poderá ter uma intitulação mais abrangente, referida área de técnicas correspondentes.

Paralelamente, conteúdos teórico-práticos deverão consolidar a elaboração dos programas, contemplando atributos essenciais, tais como o raciocínio lógico, a capacidade de ler e escrever, informatizada e especializada, a visão espacial e o desenho técnico, a criatividade, a ética e a qualidade, a preservação ambiental e o combate ao desperdício, a segurança do trabalho e o conhecimento das legislações pertinentes – sociais, políticas e econômicas.

Evidencia-se a necessidade de um sistema educacional de maior eficiência, que anteceda e contribua para a agilização da preparação para o trabalho. É um dos grandes desafios que se impõem ao processo de desenvolvimento do nosso país.

O Ensino Fundamental, prioridade distante nos últimos 40 anos, revela-se perturbadoramente ineficaz, envolvido por circunstâncias conhecidas, tais como professores mal remunerados e sem motivação, ausência de metodologias adequadas às diversas realidades de um país continental, alunos sem os mínimos pré-requisitos sociais desejáveis, material instrucional e multimeios ultrapassados e avaliações intuitivas.

O Ensino do 2º Grau, perplexo diante de uma legislação com nítidas incoerências conceituais, buscou, no dilema de conciliar a profissionalização obrigatória com a educação geral, um caminho pelo qual não realizou nem uma nem outra com eficiência.

O Ensino Público Superior, indiscriminado numa sociedade discriminadora, ofereceu-se, sem qualidade, para uma elite de escolarização deficiente, arrebanhando, paradoxalmente, a maioria das principais e escassas verbas destinadas pelo Estado à Educação.

A formação para o magistério, perdida na ausência de vocações, deverá considerar como prioridades estudos e metodologias compatíveis com os novos padrões de desempenho quantitativos e qualitativos que serão demandados.

Informática Educativa, Educação a Distância e multimeios instrucionais dentre outras, são algumas das alternativas que se associarão a um amplo programa de formação e aperfeiçoamento de professores e instrutores.

A sociedade do futuro, de economia “mundializada” e de consciência planetária, onde será essencial um Estado terá seus fundamentos, na educação. A nossa questão é reverter prioridades e resgatar o tempo perdido. Ainda há tempo.



# Rio de Janeiro: vestibular em foco

*O final dos anos 40 marca a intensificação dos processos seletivos ao ensino superior, conhecidos como exames vestibulares, desgastante experiência vivida por jovens e adultos.*

Até então, uma elite social e econômica de reduzida expressão quantitativa, buscava a continuidade dos exemplos familiares, principalmente nas Escolas Politécnica, do Largo do São Francisco, Nacional de Medicina, da Av. Pasteur ou Nacional de Direito, ultrapassando exames preliminares para os quais alguns poucos e bons colégios públicos ou privados haviam cuidado, com esmero e seriedade, de sua educação.

## **Ascensão Social e de Conhecimento**

As modificações sociais do pós-guerra, impulsionadas pela industrialização, associadas a uma atividade comercial mais diversificada, promoveram o surgimento de uma classe média de maior poder aquisitivo e de renovadas aspirações de ascensão social e de conhecimento.

Aparecem, então, novos colégios particulares, e o número de candidatos ao ensino superior triplica em cinco anos.

Em 1950, as oportunidades de ensino superior limitavam-se praticamente às Escolas Federais de Engenharia, Medicina e Direito e à Universidade Católica, na rua São Clemente, que somente em 1955 iria instalar-se no Campus da Rua Marquês de São Vicente, quando selecionaria entre 1.000 candidatos, 100 alunos para a Escola de Engenharia, por meio de uma prova eliminatória de Geometria Descritiva e 3 provas escritas e orais de Matemática, Física e Química.

Os primeiros cursinhos de Vestibular eram implantados, como o Curso Universitário do excelente mestre Cristeavam Dias Gaspar, que incluía entre os seus professores o brilhantismo de Norbertino Bahiense Filho, um gênio da geometria descritiva.

## **Caminho Atraente**

O curso COS, iniciais do nome de seu proprietário, também aparecia como um atraente caminho para os alunos da 3ª série do curso científico, funcionando em dois ou três turnos de estudos.

O negócio cresceu, multiplicou-se!

Colégios particulares transformaram-se em universidades como a Gama Filho, a Santa Úrsula e muitas outras, abrindo vagas para uma oferta sempre crescente de candidatos.

Cursinhos proliferaram, alguns transformaram-se em colégios, com atividades efetivamente promissoras.

No ano de 1971, quando o número de faculdades e universidades públicas e privadas já era notavelmente expressivo, surge a CESGRANRIO, fundação criada para unificar os exames vestibulares, adotando metodologias e processos de avaliação aprimorados no exercício anual de testes seletivos que alcançavam cerca de 150.000 candidatos por ano.

O tempo passou e a febre dos vestibulares baixou. A oferta de cursos superiores multiplicou-se na projeção das novas profissões e no número incalculável de faculdades e universidades que se instalaram por todo o Estado, favorecendo um atendimento mais abrangente das necessidades de acesso ao ensino superior, repetindo um fenômeno já ocorrido em países avançados como os Estados Unidos.

Apenas certos cursos de universidades federais e de algumas poucas instituições privadas, em sua maioria confessionais, ainda mantinham um quadro de demanda mais competitivo.

### **Oportunidades Iguais**

E hoje? A nova LDB e a Constituição de 1988 estabelecem que devem ser concedidas oportunidades iguais de acesso ao ensino superior. E por que as universidades públicas gratuitas são frequentadas por alunos das classes sociais mais elevadas e as instituições particulares, ao contrário, enfrentam dificuldades nas relações alunos/mensalidades, já que seus candidatos provêm, em sua maioria, de famílias de menor renda?

É simples! Oportunidades iguais de acesso se traduzem por ensino básico e ensino médio público gratuito e de boa qualidade.

A decadência do ensino público é conhecida de todos.

Nos últimos 30 anos, a educação brasileira atingiu os mais críticos índices de incompetência no seu desempenho, até mesmo alcunhada de “vergonha nacional”.

Oportunidades iguais de acesso ao ensino superior não significam certamente provas iguais para todos.

Reconhece diferenças individuais entre os que buscam o ensino gratuito das públicas e os que, por livre escolha, procuram esta ou aquela instituição privada, movidos pelo interesse neste ou naquele curso que identifiquem como de qualidade e compatível com o valor da mensalidade que vão ter que pagar.

### **Igualdade de Condições**

A intenção do legislador na nova LDB, promovendo a autonomia das universidades para instituir novos processos seletivos, procurou corrigir, em consonância com o mercado, a distorção criada com a figura de um vestibular anacrônico e decadente.

Igualdade de condições de acesso se alcançará com a reforma do ensino público, fundamental e médio, com professores motivados e competentes, com metodologias adequadas, material didático e meios instrucionais atualizados. Em resumo, educação como prioridade de governo.

Até lá, a melhor providência que o MEC poderá adotar, na atual conjuntura, será estimular a aplicação de novos e modernos meios de avaliação de potencialidades. Isso é melhor do que tentar medir, em testes rigorosamente inconsequentes em suas conclusões, o conhecimento adquirido pelos alunos do ensino médio.

Por fim, na medida da competitividade latente que se expressa na relação candidatos/vagas, sobreviverão as instituições que propiciarem melhor ensino em qualidade e em ajustamento com as demandas do nosso país.

*Revista "Brazilian Business" - Ano XIV - Nº 136 - Fevereiro - 1999 - pag. 34 e 35*



# Ensino Profissional: nova realidade

*Especialista em educação profissional, Roberto Boclin, destaca caráter “inovador e revolucionário” da nova LDB*

Recente relatório da Organização das Nações Unidas – ONU – aponta que na América Latina, em virtude da recessão e do desemprego, o número de pobres ultrapassa 200 milhões, correspondendo a mais de 40% da população. Segundo o Relatório Socioeconômico, combater a pobreza e a redução de empregos é necessário para o crescimento econômico sustentado, mediante investimentos e fortalecimento do capital humano.

Como ponto positivo, o relatório destaca a queda da inflação e o crescimento econômico em países como Brasil, Peru e Chile. Em média, o desemprego urbano na América Latina está entre 7 e 8%, mas 40% dos empregos urbanos são mal remunerados e não há tendência de melhoria. Segundo a ONU, é necessário supervisionar e regular a indústria de economias recém-liberalizadas, para que ela possa enfrentar a crescente integração financeira mundial.

*No entender do Professor Roberto Guimarães Boclin, especialista em Educação Profissionalizante, ex-Diretor Regional do Senai-RJ, Vice-Presidente da Faculdade da Cidade e Conselheiro do Conselho Estadual de Educação (CEE), o Brasil, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reúne todas as condições de preparar profissionais aptos a atuarem em uma economia em expansão, contribuindo para afastar a possibilidade de recessão e desemprego.*

*Para o Conselheiro do Conselho Estadual de Educação (CEE-RJ), o Capítulo 7º, da nova LDB, que trata da educação profissional, é “extraordinariamente inovador e revolucionário, pois rompe, praticamente, todos os cordões que existiam, ligando o ensino profissionalizante e o ensino técnico à Lei 5.692”. A seu ver, ele “torna a educação profissional algo à parte, presente e integrada à educação formal, mas independente em suas ações e em sua forma”.*

*O educador considera que o “ensino profissional sempre foi visto como destinado ao filho dos pobres. Agora, a sociedade já começa a entender a importância da formação profissionalizante”. Ele considera que a “educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida*

produtiva” e cita o parágrafo único, segundo o qual “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior, bem como o trabalhador, em geral jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”, frisando que agora ela não está mais amarrada a nenhum sistema de ensino formal, mas, sempre que possível, integrada.

O Vice-Presidente da Faculdade da Cidade também destaca o fato de o ensino profissionalizante não estabelecer pré-requisitos, já que ele atende aos egressos, aos matriculados na Educação Geral e aos jovens e adultos trabalhadores que estejam em busca de progresso no mercado de trabalho. “Ela é, portanto, extremamente abrangente. Ela respeita a velocidade da ciência e da tecnologia”, frisa.

Para o Conselheiro do CEE-RJ, o progresso científico exige que a educação profissional seja permanentemente encarada como um processo de educação continuada. Ele destaca o aspecto de flexibilidade da nova LDB como altamente positivo para o ensino profissional.

— O Capítulo 30 é integralmente flexível, desregulamentador e descentralizador. Abre realmente grandes perspectivas para que a educação profissional possa ser realizada. O artigo 41, aliás, inclusive, reconhece o conhecimento adquirido em programa de educação profissional, seja em instituições especializadas, seja nos ambientes de trabalho, seja nas escolas. Ele aceita certificar esse procedimento, o que também é um fato auspicioso contemplado pela lei. Esses diplomas dos cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. — esclarece.

O Professor Boclin enfatiza que “mudanças na economia mundial fazem com que as escolas passem a adotar um outro tipo de ensino no qual a formação profissional se adéque a essa nova realidade”. Outro ponto positivo da lei por ele destacado é o de que as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

“Isso significa dizer que todo sistema de ensino técnico tem agora, autorização, estímulo, motivação para oferecer comunidade como um todo cursos especiais em que sequer pré-requisito de escolaridade é exigido”, assinala.

Apesar do desenvolvimento tecnológico, com ênfase na microeletrônica e informação, o professor Boclin destaca o fato de o País ainda possuir uma imensa população de desvalidos e órfãos, a quem era destinado o ensino profissional. “Na verdade essa imensa população tem direito ao acesso educação profissional básica, em diferentes modalidades, em diferentes formas de atuação. A lei, portanto, é extremamente abrangente,

extremamente inovadora”, *comenta*.

*Ele critica a falta de atenção à formação dos professores da educação profissional na nova LDB. “Já a Lei 2.208, felizmente, aborda esse capítulo da formação dos professores do ensino profissionalizante e do ensino técnico, abrindo uma perspectiva realmente muito boa para profissionais desse campo. Vale lembrar que o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro já havia aprovado, há cerca de dois anos, uma deliberação que normatizava essa questão da formação de monitores de ofício e de professor de educação profissional”, alega.*

— É preciso que compreendamos que o artigo 36, da nova Lei de Diretrizes e Bases, estabelece uma proposta curricular. Evidentemente deverá haver, ainda, um período de um ano para que isso venha a ocorrer. Nessa proposta de mudança curricular, o item 1, do artigo 36, destaca a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes. É muito provável que esse novo currículo de educação de ensino médio contemple partes profissionalizantes. Tanto que o Decreto 2.208 admite que 25% do currículo de uma habilitação técnica possam ser considerados como créditos do currículo do ensino médio. De modo que essa questão, embora seja realmente uma questão bem complexa de discutir, prevê essa mudança curricular no próprio ensino médio. — *ênfatisa o Professor Roberto Boclin.*

*A seu ver, a lei contempla uma educação não formal, esforçando-se em repetir que a educação profissional de nível básico deve ser entendida como uma educação não formal, portanto não sujeita às formalidades da lei e que deva ter uma conotação de educação continuada.*

*Folha Dirigida – SUPLEMENTO ESPECIAL DO DIA DO PROFESSOR  
15 de outubro de 1997 – pag. 39*



# O (Alto) Preço do Desemprego

Autoridades, economistas e especialistas em recursos humanos ocupam páginas dos jornais, há muitos meses, para debater a participação de mão-de-obra nos custos da produção que, segundo muitos, inviabiliza o crescimento do emprego e o próprio desenvolvimento industrial.

Os tratados econômicos já publicados em todo o mundo, ao abordarem a questão do emprego, mostram-se inseguros ao tentar determinar as influências dos novos modelos de organização do trabalho, impostos pelo novo paradigma tecnológico, denominadas de “desemprego estrutural”.

Qual o peso do desemprego estrutural no perfil do mercado de trabalho quando o mundo da produção industrial vive, concomitantemente, forte crise decorrente da globalização da economia e da intensidade competitiva das ações produtivas apoiadas no aprimoramento da qualidade e na aplicação intensiva de novas tecnologias?

Para alguns, o custo social do emprego no Brasil é alto e deveria ser reduzido. Trata-se de um sofisma, pois o custo da mão-de-obra industrial brasileira, segundo a OIT, de US\$ 2,79 por hora é muito inferior aos US\$ 14,80 dos Estados Unidos ou aos US\$ 17,00 em média da Europa.

Por outro lado, a ausência de uma política industrial, que incentive atividades internacionais competitivas, tem restringido iniciativas estratégicas e essenciais.

A construção naval, por exemplo, com uma capacidade instalada admirável, um *know-how* tecnológico valioso, podendo gerar 30 empregos qualificados, se perde nas sombras de um passado confuso onde, na falta de outros fatores, os subsídios foram considerados culpados.

Os setores de alimentos e de calçados e a indústria de mobiliário, por exemplo, com um pouco mais de organização, poderiam fazer parte do elenco de ações que certamente viabilizariam um exemplar programa de exportações gerador de empregos.

É claro que a presença do Estado é indispensável na formulação de um plano de desenvolvimento econômico e social, favorecendo, com incentivos, setores competitivos no mercado internacional, no que se refere à necessidade

de programas, de formação profissional, modernos e compatíveis com as novas demandas impostas pelas mudanças tecnológicas.

O melhor caminho será reavaliar os programas de educação técnica e formação profissional e incentivar sua expansão para que alcance também o mercado informal. Além disso o aprimoramento das micro e pequenas empresas, onde muito pouco tem sido concretamente realizado.

Flexibilizar os contratos de trabalho, favorecendo o enfrentamento das variações conjunturais do mercado e da mão-de-obra é outro caminho que, associado ao aumento da produtividade e da eficiência da empresa brasileira, superando uma legislação tributária ultrapassada e injusta, poderá compor o futuro desejado.

*Jornal do Brasil – Abril - 1996*

# O Ensino Médio: Continuidade e Terminalidade

*Palestra proferida na Escola Superior de Guerra em 1990*

Agradeço à Escola Superior de Guerra a gentileza em distinguir-me com o convite para participar deste debate sobre o Ensino Médio no Brasil e suas funções, ao lado dos ilustres Conferencistas Professor Paulo Sampaio e João Manuel de Souza Beil.

É de fato um especial privilégio, principalmente considerando-se o elevado nível intelectual dos Senhores participantes e as tradições desta Escola, notável acervo de cultura, formador de um pensamento moderno embasado nas mais renomadas experiências nos campos da Ciência política, econômica e social de nosso País.

A própria seleção do tema, elegendo o Ensino Médio como o centro deste debate, já revela a seriedade dos propósitos e a sabedoria dos que têm a incumbência da Direção destes trabalhos, já que, embora seja o Ensino Médio uma das funções estratégicas da educação, nem sempre nos últimos 20 anos mereceu a importância que lhe competia por parte de educadores e governantes.

Devemos reportar-nos sempre e inevitavelmente à Lei nº 5.692/71, quando nos propusermos a discutir o Ensino Médio, a qual tendo por princípio básico a obrigatoriedade da profissionalização do “ensino de 2º grau” logo, de imediato, provocou os mais ardentes debates, colocando em confronto a “formação humanística” e os “ideais pragmáticos e utilitaristas”.

A ilustre Professora Terezinha Saraiva foi autora do Parecer nº 76/75, do Conselho Estadual de Educação, que é, sem dúvida, a mais completa análise dos objetivos da referida lei e de cujo texto me permito destacar, por sua propriedade e atualidade, algumas reflexões de maior relevância: *“Manter nas sociedades industriais da era tecnológica em que vivemos uma formação humanista baseada exclusivamente na educação geral seria, certamente, incidir em anacronismo social, cultural e pedagógico. Como também não seria possível a formação profissional sem uma base sólida de educação geral”*.

Na realidade, a proposta pedagógica e curricular da Lei nº 5.692/71,

embora tenha sido objeto de muitos anos de discussões, não era uma inovação brasileira, uma vez que experiências muito anteriores em países desenvolvidos como os Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, por exemplo, já recomendavam a conjugação das funções de terminalidade pela formação profissional e de continuidade pelo acesso ao nível superior.

Documento conclusivo da 18ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, citado pela Professora Terezinha Saraiva em seu parecer, admitia a possibilidade dessa duplicidade de objetivos proposta pela Lei nº 5.692/71.

A economia brasileira, por sua vez, passava por notável surto de progresso, com ênfase na industrialização, e, portanto, era de se esperar uma grande receptividade do mercado de trabalho carente de pessoal técnico habilitado.

No entanto, as dificuldades eram conhecidas. Elevados investimentos na reestruturação das escolas de 2º grau deveriam ser considerados de modo que lhes oferecessem as condições técnicas desejáveis, tais como laboratórios especializados, salas-oficina de práticas industriais, equipamentos, maquinaria, aparelhos e ferramentas.

Por outro lado, o maior desafio residia na formação de professores qualificados para as disciplinas de formação especial.

A organização das grades curriculares que ajustassem os objetivos da Lei às realidades da tecnologia brasileira era outra necessidade emergente.

Para superar as dificuldades que se apresentariam como intransponíveis, a Lei nº 5692/71 promovia, como artifício de flexibilização operacional, a ideia da intercomplementaridade, que favorecia o entrosamento entre a escola e as empresas, entre escolas e escolas, por meio de organização dos centros interescolares que reuniriam serviços, disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos.

Procuravam-se muitos facilitadores para o alcance dos propósitos ambiciosos de conduzir os jovens, por intermédio da educação profissionalizante, aos domínios da técnica, da ciência e da tecnologia, adquirindo condições para exercer de pronto atribuições no mercado de trabalho compatíveis com as naturezas da demanda.

A formação dos professores também encontrou na Lei nº 5.692/71 uma proposta que equacionasse a questão da carência de pessoal habilitado para lecionar disciplinas de formação especial. Foram o Esquema 1 – para os portadores de diplomas de grau superior, relacionados com as habilitações que

seriam ministradas, que, com 600 horas de complementação pedagógica, obteriam os registros competentes - e o Esquema II - para portadores de diplomas de técnico de nível médio, também com complementação pedagógica variável. Ambos incorporavam a noção de transitoriedade, uma vez que se esperava viessem as escolas formadoras de professores a viabilizar, no futuro, novas propostas de currículos e de programas que se ajustassem às necessidades impostas pela Lei.

A Lei 5.692/71 seguiu sendo questionada e discutida ao longo dos anos seguintes à sua aplicação.

Em 1981, no Parecer nº 57/81 do Conselho Estadual de Educação, do ilustre relator Professor Henrique Zaremba da Câmara, lia-se: *“Transcorridos quase dez anos da promulgação da Lei nº 5.692/71, já não é possível desconhecer que, por melhores que tenham sido os seus propósitos a esse respeito, não contribuiu significativamente para o prestígio do ensino profissional. Ao contrário, instaurando-o obrigatória e indiscriminadamente, levou-o a um aviltamento decorrente da baixa qualidade de seu produto, gerando condições inadequadas. E isto, quase sempre, porque recorreu-se a soluções enganosas em que formalmente se atendia à Lei, mas de fato se procurava preparar para o ingresso no Ensino de 3º Grau.”* O ensino profissional deveria, pois, coexistir no 2º Grau com alternativas de cursos sem terminalidade profissional específica – e isto não implica defender o retorno aos antigos cursos Clássico e Científico - dos quais não se eliminaria, entretanto, uma parte de formação especial que, dando sequência ao processo iniciado no 1º Grau, continuaria a ter objetivos de sondagem de aptidões e de orientação profissional, melhor guiando os estudantes em relação a si mesmos (autoconhecimento) e às suas possibilidades profissionais, em nível superior ou não. O aprofundamento de estudos da parte especial, com vista à formação específica de uma habilitação neste ou naquele setor profissional, diz respeito a apenas uma parcela do aluno, aquela que, por suas aptidões pessoais, pelos atrativos que possa oferecer o mercado de trabalho, e, ainda, pela necessidade que a condição socioeconômica de cada um imponha, venha interessar-se pela qualificação estrito senso. Quanto aos demais, seria desperdício e demasia, se não mesmo uma espécie de totalitarismo pedagógico, obrigá-los a perder tempo com uma dispensável profissionalização. A criação de uma série com o objetivo de proporcionar uma efetiva profissionalização à clientela do 2º Grau com formação genérica e interesse profissional específico, além de ampliar o campo de opção para os alunos, em termos de continuidade de estudos, facultaria um aprimoramento do ensino profissional, permitindo maior adequação ao mercado de trabalho e concentração de esforços em necessidade concretamente identificadas, atingindo, em decorrência, melhor padrão de qualidade.

Em 18 de outubro de 1982, surge a Lei 7.044, que alterou os dispositivos

da Lei nº 5.692/71 referentes à profissionalização do ensino de 2º grau.

O Conselho Federal de Educação analisou as consequências dessas alterações no Parecer nº 618/82, do Professor Mauro Costa Rodrigues: *“Consequências decorrentes das alterações introduzidas pela Lei nº 7.044/82 na Lei 5.692/71, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus”*.

A análise e as considerações feitas nos tópicos anteriores permitem chegar às seguintes conclusões: Em sua essência, o pretendido pela Lei nº 7.044/82 foi a eliminação da profissionalização obrigatória e da predominância da formação especial em prejuízo da educação geral, em nível do ensino de 2º Grau. Nessa perspectiva:

Não foi modificado o enfoque da Lei nº 5.692/71 quanto à necessidade de manter a correlação entre a escola e o trabalho no processo educacional. - Deixa clara a compreensão de que a preparação para o trabalho deve ser entendida, principalmente, como componente da formação integral do aluno. - Determina que a preparação para o trabalho seja obrigatória e indissociável dos planos curriculares de todos os estabelecimentos de ensino, em todas as séries, tanto no 1º como no 2º grau.

Elimina os conceitos de “Educação Geral” e de “Formação Especial” enquanto componentes dos currículos de 1º e 2º graus.

Ao corrigir a distorção da obrigatoriedade da profissionalização em nível de 2º grau e da predominância das matérias profissionalizantes sobre as matérias de cultura geral no planejamento curricular, não impede que essa predominância possa ocorrer, quando a natureza da habilitação profissional assim o exigir.

Sugere que a preparação para o trabalho no ensino de 2º grau se volte para a habilitação profissional, deixando, todavia, essa opção decisão dos estabelecimentos de ensino.

Assegurou maior flexibilidade, possibilitando com isso mais liberdade aos Conselhos e estabelecimentos de ensino, para melhor adequação de suas propostas curriculares às realidades regionais e locais.

A variável nacional de diplomas e certificados do ensino de 2º grau será assegurada por via do registro do estabelecimento do ensino no Ministério de Educação e Cultura.

Permitiu a vigência imediata do disposto na nova redação, uma vez que o atual estágio de implantação da Lei nº 5.692/71 não apresenta feição peculiar

determinante de alterações essenciais, salvo no que concerne ao entendimento da “Educação para o Trabalho”, o que é matéria dos programas de ensino, tornando-se indispensável proporcionar aos professores a imprescindível atualização nessa área.

Em 9 de julho de 1983, o Parecer nº 281/83 do Conselho Federal de Educação, de autoria da Professora Anna Bernardes da Silveira Rocha, destacava: *“Em outras palavras, a preparação para o trabalho, tomada como elemento de formação integral do aluno, importa uma profunda revisão curricular, de modo a torná-lo um instrumento de valorização da vida humana, com as considerações de possibilidades de aprendizagem, motivação e habilidades dos educandos.*

*Tomada nessa concepção, a preparação para o trabalho manifesta-se menos como uma bússola e mais como um farol aberto a vários caminhos e capaz de desenvolver no indivíduo, em relação à divergência de atividade de trabalho, uma atitude criativa positiva, e especialmente, valorativa da pessoa, em face do ‘fazer’.”*

A Professora Eurides Brito da Silva, no Parecer nº 108/83, do Conselho Federal de Educação, ao analisar a Lei nº 7.044/82, assim se pronunciou: “Em face de todo o exposto, sugerimos que o presente Parecer, que é o primeiro de uma série em que se desdobrará o Parecer nº 618/82, seja encaminhado aos Conselhos de Educação, como contribuição às questões que vêm sendo suscitadas, em decorrência das alterações introduzidas na Lei nº 5.692/71. Uma dessas questões, aliás, que está sendo objeto de dúvidas internas junto à rede escolar de ensino de 2º grau, diz respeito à necessidade, ou não, de haver normas especiais, baixadas por este Conselho Federal de Educação, para a operacionalização dos princípios contidos na Lei nº 7.044/82. Na verdade, essas normas são dispensáveis, podendo os estabelecimentos de ensino estruturar os currículos de 2º grau à luz das necessidades, de sua clientela e da disponibilidade de seus recursos humanos, técnicos e financeiros, informando, posteriormente, para as providências cabíveis aos órgãos dos sistemas de ensino.”

É importante destacar, na análise dos instrumentos legais que têm orientado o ensino de 2º grau, o Parecer nº 132/90, da Professora Edília Coelho Garcia, do Conselho Estadual de Educação: *“É preciso não esquecer que a 4ª série do 2º grau nada tem a ver com os Estudos Adicionais. A 4ª série é um complemento admitido no 2º grau, mas no sentido de um curso pós-secundário. Seus objetivos são os de dar àqueles estudantes que concluíram o 2º grau e não querem ou não podem ingressar imediatamente na Universidade, uma oportunidade de aprimoramento em determinadas disciplinas profissionalizantes e suas metodologias e a indispensável oportunidade de aperfeiçoamento e treinamento. No caso pós-secundário, entretanto, a preocupação predominante é a de dotar os alunos que já trazem a educação geral, de uma base científica*

*sólida e de princípios relativos a cada setor de atuação profissional técnica. Tem essa série o objetivo de, em curto espaço de tempo, dotar o mercado de trabalho do profissional de que esse está carente.*

- 1. Que considera a 4ª série do 2º Grau dos cursos técnicos profissionalizantes como independente das três séries iniciais, no que concerne ao desenvolvimento programático, ressalvado apenas o estabelecimento que organizar seu 2º Grau em quatro séries, quando considerada a 4ª série como a de especialização, não poderá fornecer certificados de conclusão de curso ao final de apenas três séries.*
- 2. Que nos cursos de formação para o magistério, a aglutinação de disciplinas no 2º Grau, desde que ressalvado o total conteúdo programático de cada uma, não constitui nenhuma irregularidade.”*

De todo o exposto, que teve como objetivo uma reflexão sobre a legislação do Ensino Médio nos últimos 20 anos, pode-se concluir que a função terminalidade aparentemente prioritária na conceituação da Lei nº 5.692/71 não era evidentemente exclusiva. Pretendia-se uma escola de 2º Grau com ênfase na profissionalização, na habilitação técnica de seus concluintes, sem que tal prioridade significasse um impedimento no prosseguimento de seus estudos superiores nem um prejuízo na formação de sua cultura humanística objeto de currículos de educação geral. É claro que um propósito de tal modo abrangente pressupunha uma escola que estaria mais próxima de uma utopia educativa do que da realidade educacional brasileira. Talvez essa característica ambiciosa e muito distante dos atributos próprios de uma nação ainda precariamente desenvolvida e marcada pelas desigualdades sociais, econômicas e geopolíticas tenha sido o maior equívoco da proposta desses ilustres educadores na formulação das diretrizes e bases contidas na Lei nº 5.692/71.

Penso que a Lei nº 7.044/82, embora reconhecendo o seu mérito no posicionamento da preparação para o trabalho, não teve outra função senão atenuar os propósitos generalizantes da obrigatoriedade da profissionalização em nível de 2º Grau da Lei anterior.

É claro que promoveu ajustamentos e favoreceu novas posturas, que, no entanto, tal como acontecera com a primeira, não sem o conhecimento dos fatores que condicionam à qualificação do trabalhador e o emprego, fica extremamente teórica a formulação de um planejamento educacional fundamentado apenas em legislações que objetivem a preparação para o trabalho.

A base técnica da produção e a organização do trabalho são fatores

essenciais para a formulação de uma proposta de ensino profissionalizante.

O modelo taylorista, fundamentado nos estudos de tempos e movimentos e a concepção fordista, de organização da produção e do trabalho com um crescente grau de mecanização, e ampliação das escalas de produção, parecem esgotados diante das novas aspirações do progresso e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Os êxitos alcançados pelo modelo japonês na década de 70 influenciaram sobremaneira os modelos organizacionais do mundo capitalista ocidental.

Conceitos como flexibilidade, em contraposição a rigidez, estoque zero, qualidade no processo e tantos outros promoveram sensíveis alterações na participação dos trabalhadores, exigindo deles atributos desconhecidos, como cooperação, autonomia e responsabilidade, decisão e iniciativa, e reduzindo consideravelmente a distância entre a concepção e a execução.

O conceito de trabalhador polivalente com capacidade de intervenção em vários pontos do processo de fabricação, a sua percepção global em oposição à fixação a um posto de trabalho, a capacidade de antecipação dos problemas técnicos e seus diagnósticos, a participação na escolha e na definição do método de trabalho são alguns aspectos que a nova organização de um sistema de ensino com terminalidade deve considerar.

Outras condições devem ser examinadas, como, por exemplo, crescente evolução da microeletrônica e da informatização, em contradição com o modelo fordista energético-intensivo, fundamentado no petróleo e seus derivados.

O sistema de automação flexível, as ilhas de usinagem, o CNC, os controladores lógicos são novas configurações técnico-sociais que reforçam a tendência de redução de espaços entre a concepção e a execução.

As mudanças no perfil das profissões técnicas devem ser acompanhadas de modificações sensíveis nos sistemas de ensino.

É esperado um considerável aumento nas necessidades de educação geral, associado a uma maior necessidade de abstração e raciocínio lógico e conhecimentos técnicos de diversas áreas do saber.

Poderíamos ficar horas seguidas especulando sobre os novos métodos, currículos, objetivos, enfim, tudo que poderia ser considerado na formulação de uma nova concepção educativa em que continuidade ou terminalidade serão, sem dúvida, opções acidentais que em nenhum momento deverão ser

influenciadas por instrumentos legais e muito mais pelas próprias circunstâncias que a vida futura oferecerá ao jovem brasileiro.

Estamos diante de um novo Projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira. Que não seja repetitivo, rígido, antigo, é o que desejamos.

*Escola Superior de Guerra  
Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - 9 de outubro de 1990.*

## Mensalidades Escolares

Há muitas semanas que a imprensa vem dedicando considerável espaço de seu noticiário ao assunto das mensalidades escolares.

As informações veiculadas têm abrigo nas sucessivas medidas provisórias sobre o assunto, na questão do repasse aos aumentos pagos aos professores, nas escolas que tem cobrado mais do que a lei permite e tantas outras controvertidas matérias decorrentes das relações confusas entre pais de alunos, professores e donos de colégio.

Não se verifica nenhum conflito sobre a qualidade da educação oferecida, já que a tônica das discussões é meramente financeira.

Depoimentos de pessoas que se dizem representativas de alguma classe ou categoria surgem nas entrevistas quase nunca com equilíbrio, mas ganhando “notoriedade” com as oportunidades gratuitas de “aparecer”, sendo raros os esclarecimentos sérios e competentes.

No Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, por força de dispositivo legal, o assunto “mensalidades escolares” tem ocupado horas intermináveis das sessões plenárias, e os seus Conselheiros, que afinal pretendiam tratar de educação e não de economia popular, se veem na contingência de discutir um tema que não têm a mínima obrigação de conhecer.

Mas a cultura e a experiência desses educadores notáveis têm colocado em destaque o ponto central, origem da discussão – a falência do ensino público.

Desde Flexa Ribeiro e Terezinha Saraiva, no Governo Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, que praticamente nada foi feito pelo ensino público.

Abro um parêntese para Arnaldo Niskier, que, mesmo sem recursos, conseguiu colocar em discussão metodologias e tecnologias educacionais, tendo mobilizado e motivado o quadro docente da Secretaria de Educação.

Hoje a Professora Fátima Cunha procura, abnegadamente, superar dificuldades herdadas, ditas intransponíveis, em um testemunho lamentável da moribunda educação pública brasileira.

O fato é que, depois de cerca de 30 anos de abandono, o ensino público no Estado do Rio de Janeiro se transformou no mais vergonhoso caos.

Professores mal remunerados e desmotivados, escolas em ruínas, material didático ultrapassado, tecnologias educacionais inexistentes e metodologias superadas.

Em meio às profundas trevas nas quais mergulhou o ensino público, surgiu um bom “*negócio*”, ou seja, a escola particular substituindo a escola pública.

Digo substituindo, e não, como no passado, sendo uma alternativa de melhor qualidade no conjunto disponível de boa qualidade.

Os princípios da escola particular de ontem fundamentavam-se no atendimento a uma classe média de expressivo poder econômico e de uma elite.

Colégios como Santo Inácio, São Bento, São José, Andrews, Padre Antônio Vieira, Souza Leão, Benett e tantos outros nunca tiveram suas contas questionadas, porque a eles os pais confiavam a educação de seus filhos, cujo preço não merecia discussão.

Havia escolas ruins, por má distribuição ou despreparo de seus dirigentes; mas sucumbiram na competição de um mercado elitista, ou permaneceram na sombra dos que buscavam mesmo um diploma sem outras aspirações. Mas essas eram poucas.

As boas escolas permanecem até hoje; outras, também com qualidade, nasceram e se firmaram.

A diferença é que surgiram muitas ruins ocupando os espaços vazios abertos pela escola pública.

Foi por essa razão que o Governo Federal entendeu que era preciso controlar os preços dos serviços de educação, legislando sobre mensalidades ou anuidades, criando uma parafernália de fórmulas, cláusulas jurídicas e procedimentos administrativos próprios de uma burocracia tecnocrata muito distante da realidade educacional.

Teria sido muito melhor reformular a escola pública, aprimorara sua qualidade, expandi-la, remunerar decentemente os seus professores, aperfeiçoá-los e motivá-los, reconstruir os prédios em ruínas; enfim, fazer do ensino gratuito a verdadeira opção constitucional.

Dessa forma, a imensa maioria das escolas particulares de má reputação teria sucumbido às leis do mercado ou se adaptaria à nova realidade.

Nada foi feito, e só restou “*meter uma tranca na porta e deixar solto o ladrão*”...

Prisioneiros da gestão pública da educação, que se arrastou cansada, preguiçosa e omissa, hoje só nos resta a esperança de novos tempos. E, embora a jornada seja difícil, não será um sonho impossível um sistema educacional que se mantenha longe dos interesses políticos, dos mercenários que fazem do ensino um negócio lucrativo e da descontinuidade da administração pública.

A solução para o problema das mensalidades escolares está mais perto da escola gratuita do que do controle da educação como mais um produto da cesta básica.

Está mais para educação do que para economia popular, mais para sala de aula do que para cadeia, mais para professor do que para polícia.

*O GLOBO – junho - 1990*



# Academia Internacional de Educação

*Discurso de Posse*

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

*“A vida de um homem é como a existência de um dia. Comecei a viver em tantos lugares e em tantas horas diferentes que não sei por onde começar”*. O poeta Pablo Neruda refletiu com fidelidade as minhas ansiedades, antecipando o significado deste dia e desta hora para quem a Academia Internacional de Educação não fora - Nem mesmo uma quimera!

*“Mas é preciso sonhar, voar no limite improvável e tocar o inacessível chão!”*

E assim, espreitado pelas manifestações imprevistas de apreço de tantos amigos, o coração despreparado vacila e descompensa, banhado de emoção, oferecendo-se por inteiro para compartilhar sua alegria e questionar com insistência os motivos e as razões que expliquem o merecimento do superior privilégio!

Foram muitos e diversos os sentimentos e as dúvidas que se apossaram de mim, desde que a Academia Internacional de Educação, presidida pelo consagrado Acadêmico Carlos Alberto Serpa de Oliveira, cometeu seu primeiro equívoco, ao eleger-me para integrar este insigne quadro de renomados educadores.

No fulcro dessa resultante emocional, renunciando à definição do enigma, desponta solitária uma profunda e sincera gratidão, que, embora avessa ao formalismo, pede um espaço singular para espriar-se e revelar, ainda que por meio de palavras hesitantes, o quanto se tornou parceira de meus pensamentos, nestas últimas horas que antecederam este momento solene.

Enquanto procurava expressá-la de forma que projetasse a sua verdadeira grandeza, percebi que no âmago dessa honrosa outorga, repousava docemente a afetuosa relação, propiciada pela convivência com essas personalidades, dignas detentoras de valioso acervo de contribuições prestadas ao desenvolvimento da educação brasileira.

E quanto me tem sido cara a prestigiosa companhia, a inestimável compreensão e o zeloso afeto de personagens tão ilustres, que, ao final, me

convidam para fazer parte do nobre elenco da Academia Internacional de Educação.

A esses Acadêmicos, ofereço a minha emoção!

De repente, em meio vaidosa e súbita valorização do próprio ego, cuja ausência dos sentidos desnuda o inconsciente, retorno à realidade para uma aceitação maior decorrente da seleção e do controle dos impulsos e dos desejos. Verifico, nessa retomada, uma outra explicação, ainda oculta na formulação dessa teoria de pesquisa e entendimento do mérito.

Durante trinta e cinco anos de íntima união profissional, consciente, identifico no SENAI a razão de ser, a essência de tudo o que se relacionou com a minha vida, no aprimoramento da minha personalidade, na formação dos meus conhecimentos.

Levado pela necessidade de subsistência, um certo dia, na minha mocidade, vim ter a essa casa, que me acolheu, e no afago paternal dos que me receberam, deixei-me impregnar pelo encantamento de sua missão, pela seriedade dos meus propósitos, pela dignidade de suas ações, transitivas ou imanentes.

A generosidade dos que pacientemente aceitaram as minhas imperfeições conduziu os meus passos, orientou as minhas decisões, fortaleceu as minhas convicções, compôs a partitura da canção da minha vida.

Uma misteriosa magia intercedeu para que uma sucessão de pessoas iluminadas fossem colocadas no meu caminho, para tornar a minha jornada repleta de felicidade.

Releio Fernando Pessoa:

*“De quem é o olhar que espreita por meus olhos Quando penso que vejo?”*

*Quem continua vendo quando estou pensando? Por que caminhos seguem*

*Não os meus tristes passos*

*Mas a realidade*

*De eu ter passos comigo?”*

Abençoados companheiros que modificaram o curso dos meus intentos e que fizeram de nossas identidades múltiplas uma sociedade de vocações e de ideais.

Foram e são, independentemente de suas posições ou funções, ou mesmo de interesses, atentos e solidários, até quando interferências aleatórias sobrepõem desafios de soluções complexas, que submetem o nosso entusiasmo, muitas vezes, ao cansaço e ao desgosto.

Os meus superiores guardam estreita cumplicidade com as homenagens que ora recebo.

Fui sempre distinguido com o apoio, o aconselhamento e o estímulo de autênticos líderes empresariais que, quando me escolheram para ser o executivo de suas políticas no campo do ensino profissional, me confiaram, também, a sua experiência e prestigiosa amizade.

Sóbrio e modesto como convém às propostas definitivas, o SENAI firmou-se como uma casa de educação cujo valor, reconhecido mundialmente, inspirou a criação de inúmeras outras entidades similares em toda a América Latina e na África.

O zelo pelos recursos humanos e materiais, o permanente desenvolvimento de suas metodologias de ensino, o aguerrimento na procura de uma eficiência exemplar, o enfrentamento altivo dos desafios impostos pelo progresso da ciência e das tecnologias, a proposta de valorização profissional e de promoção social de uma juventude premida por conjunturas adversas que se prolongam indefinidamente. Enfim, um conjunto raro de atributos consolidados em 50 anos de preciosas conquistas e inesquecíveis lembranças.

Ao SENAI, aos seus dirigentes, colaboradores, docentes e alunos, a minha emoção!

Os estatutos da Academia Internacional de Educação determinam ao Acadêmico eleito a indicação do seu patrono.

Enquanto buscava um nome que fosse digno de pertencer ao quadro de patronos desta Academia Internacional de Educação por sua significativa contribuição para o aprimoramento da educação, uma inspiração transcendental do brilhante Professor Silveira Lobo levou-me às Escolas Novas, que tiveram em Rousseau, em Pestalozzi, em Froebel os seus iniciadores.

Reencontrei o pedagogo alemão contemporâneo mais eminente Georg

Kerschensteiner, autor do termo “Arbeitschule” (Escola do Trabalho), que definia a sua proposta de implantação de escolas profissionais, em substituição aos modelos prussianos predominantes na Alemanha, no início do século.

Ex-Professor de Física e Matemática, concluiu seus estudos universitários em 1871. Embora mestre das ciências exatas, teve sua vocação seduzida pela Pedagogia, Psicologia e Didática.

O seu desajustamento com os métodos tradicionais autoritários e o conhecimento adquirido pelas suas experiências didáticas, impulsionaram-no a criar o seu próprio método voltado para a profissionalização dos jovens.

Kerschensteiner atribuiu ao trabalho manual um valor educativo essencial – sua tese assinalava que a evolução das habilidades manipulativas precedia a dos conhecimentos intelectuais.

Afirmava que, antes de tudo, a escola do trabalho era a escola do caráter e que o único caminho para alcançar a formação do homem é o que tem início em sua educação profissional.

A ideia da instrução individual, marca pedagógica da atuação do SENAI do Rio de Janeiro, está presente no modelo da Escola Nova de Kerschensteiner, onde a prática dos trabalhos manuais e o emprego de métodos ativos na educação geral formam um todo único, ou melhor, usando suas próprias palavras, “o cabo e a lâmina da faca”.

A autonomia dos alunos na definição de seus programas de estudos e o respeito às suas aptidões individuais constituem, segundo Kerschensteiner, a própria justificativa da educação em si mesma.

Pergunto-me se estarei diante das origens pedagógicas do SENAI ao reencontrar-me na Baviera, no final do século passado, com o Professor de Matemática cujo princípio era dar ao jovem a consciência do seu poder criador e o gosto pelo trabalho bem-feito, que se prova e se experimenta ao superar as suas próprias dificuldades.

A Arbeitschule tinha como prioridade o desenvolvimento de hábitos relacionados com a consciência profissional, assim como o SENAI do Rio de Janeiro tem como lema “Educação e Trabalho”.

Não tenho nenhum receio em afirmar-lhes que o SENAI é a viva manifestação da Escola Nova de Kerschensteiner, no Brasil.

Identificada em todos os seus princípios com as ideias do seu iniciador, a

metodologia de trabalho do SENAI merece ser pesquisada pelos estudiosos da educação com maior profundidade, como um experimento contemporâneo exitoso da Pedagogia do movimento, onde Kerschensteiner tem um lugar de destaque.

Ao meu Patrono, Georg Kerschensteiner, ofereço a minha emoção!

A Cadeira nº 38 que me foi concedida merece uma citação especial.

Pertenceu ao inesquecível Educador Professor Nuno de Souza Santos Lisboa, médico e advogado, fundador dos Colégios Cristo Rei e Brasília, do Ginásio Olinda, da Faculdade Nuno Lisboa e da Clínica de Repouso Campo Belo.

Nascido em 12 de janeiro de 1915 e falecido em 09 de dezembro de 1990, Nuno Lisboa consagrou-se como Doutor em Medicina Legal, tendo sido Catedrático e Livre Docente de Medicina Legal, Higiene e Odontologia Legal da Faculdade Fluminense de Medicina e da Faculdade Fluminense de Odontologia.

Exerceu uma carreira brilhante no campo da Medicina Legal e tornou-se Doutor pela Universidade de Valladolid e de Bordeaux, além de obter Doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

Foi também Livre Docente de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, da Escola de Medicina e Cirurgia e Regente das Cadeiras de Medicina Legal e de Criminologia dos cursos de Doutorado da Faculdade Nacional de Direito.

Como Fundador e Chanceler da Sociedade Educacional Nuno Lisboa, deixou notável acervo de cultura e competências profissionais cujo legado é extremamente valioso.

Sucedê-lo é, acima de tudo, uma honraria que se associa ao dever de guardar permanentemente a memória desse eminente educador.

Ao Professor Nuno Lisboa, a minha emoção!

Acadêmica Terezinha Saraiva:

Quando ingressei no Conselho Estadual de Educação, em 1982, primeiro Técnico do SENAI-Rio a merecer tal consideração, senti o constrangimento e os receios próprios de um principiante ao lado de nomes consagrados na educação brasileira.

Queria mostrar que o SENAI não era uma educação de segunda grandeza, não era uma escola sem virtudes ou mais uma organização filantrópica de bons intentos. Queria levar a nossa mensagem, apresentar os nossos resultados, destacar a nossa contribuição para o aprimoramento da educação brasileira.

A Câmara de Ensino Supletivo presidida por Vossa Excelência foi o meu abrigo. Com o seu apoio, o seu entendimento e a sua amizade, em pouco tempo merecia dos nossos companheiros atenção e respeito.

Passaram-se dez anos, e Vossa Excelência hoje me concede a honra, como Acadêmica e Educadora de reconhecido mérito, de proporcionar-me esta memorável saudação.

A poetisa Cecília Meireles disse:

*“A vida só é possível reinventada, e uma das maneiras mais criativas de viver é fazendo amigos, prolongando as nossas alegrias nas alegrias dos que nos querem”.*

Vossa Excelência, com o seu coração grandioso, sabe fazê-lo com perfeição e encontra sempre a palavra adequada de estímulo, de apoio, de entusiasmo que nos anima para novas empreitadas.

De nosso convívio, sempre afetuoso, assimilei conhecimentos e alimentei esperanças de crescimento profissional. Com o seu aconselhamento, amadureci experiências. Com a sua vontade indômita, aprendi a suportar os desencantos.

A Vossa Excelência, Acadêmica Terezinha Saraiva, ofereço minha emoção.

Gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos à Academia Internacional de Educação, na pessoa de seu Presidente, Acadêmico Carlos Alberto Serpa de Oliveira, por fazer realizar esta solenidade no Auditório do SENAI – Rio de Janeiro, abrindo mão de suas tradições protocolares e de seu belo cenário do Cosme Velho.

Para nós do SENAI, trata-se de uma concessão que nos dignifica, que valoriza nossa entidade e que nos incita a prosseguir a nossa missão, agora prestigiados pela grandeza do apoio de eminentes educadores que acolheram o chamamento de Vossa Excelência, solidarizando-se com o seu desejo.

A Vossa Excelência, Acadêmico Carlos Alberto Serpa de Oliveira, a minha emoção.

Finalizando, aos amigos, familiares, empresários, colaboradores, agradeço as suas presenças, que abrilhantaram esta noite, e, para retribuir-lhes, de alguma forma, minha felicidade por revê-los, tenho o prazer de anunciar o mestre do violão Turíbio Santos, que, acolhendo ao nosso convite, nos apresentará sua virtuosa arte, mundialmente reconhecida e admirada.

Muito obrigado!

*1994*



## Investimento ou encargo social?

Outra vez pairam sombras sobre a estabilidade institucional do SENAI, a despeito de sua bela carreira de serviços prestados à educação técnica do País. Discute-se, no bojo da questão do peso dos encargos sociais sobre as folhas de pagamento das empresas, a contribuição de 1% para o SENAI. Pensa-se em, aliviando a empresa desses encargos, criar condições para a geração de novos empregos como decorrência da redução dos custos operacionais.

No caso das contribuições para o ensino profissional, o efeito será perverso e contrário as expectativas.

De imediato, o que se pode afirmar é que a formação profissional é valioso instrumento de aumento da produtividade do trabalhador, o que, certamente, reduz custos.

Por outro lado, ainda que a redução dos encargos sociais favorecesse a geração de novos empregos, sem uma formação profissional adequada, haveria um vazio entre o postulante ao novo emprego e as qualificações necessárias ao seu preenchimento.

Verifica-se que a contribuição das empresas para o SENAI tem fins estratégicos, vitalizando a indústria brasileira e possibilitando o seu desenvolvimento e expansão.

Na verdade, está longe de ser um imposto e muito melhor seria considerá-lo um investimento com retornos mensuráveis e altamente rentável.

Representa, nos dias de hoje, em valor global, considerando todo o País, US\$ 280 milhões anuais.

Parece muito elevado, porém se examinada a prestação de serviços decorrente, constata-se que corresponde ao treinamento de 1.200 mil trabalhadores da indústria, o que se racionaliza em um investimento anual de aproximadamente US\$ 280 por trabalhador treinado, o que é, de fato, muito pouco.

Admitamos que a média da remuneração dos operários qualificados da indústria seja de US\$ 350 mensais e que o treinamento oferecido pelo Senai resultasse na elevação dos níveis de produtividade em apenas 4%, índice muito inferior aos resultados colhidos na prática. Nestas condições, as empresas

alcançariam um ganho de cerca de US\$ 168 anuais por trabalhador e seu investimento de US\$ 280 retornaria integralmente em cerca de 1,3 ano.

Esse raciocínio não leva em conta as profissões técnicas e as ocupações de elevado valor agregado de conhecimentos, onde os indicadores seriam bem mais elevados para a profundidade e para o retorno decorrente do investimento.

Cabem, ainda, outras considerações, como o extraordinário acervo de metodologias, instalações, recursos humanos, tecnologias e equipamentos que conduzem a uma reserva de educação técnica inigualável no mundo, capaz de propiciar amplo atendimento às necessidades das empresas, contribuindo para o crescimento e elevação dos seus padrões de desempenho.

Pensar no SENAI com a visão estreita de um encargo social é desconhecer o desafio da formação de uma classe operária qualificada e da técnica de alto nível, capazes de possibilitar as condições de competitividade e qualidade de que a indústria dos tempos modernos necessita. Também a função social do SENAI, servindo de passarela entre os anseios de uma população menos favorecida socialmente e o mundo do trabalho e da valorização profissional, não é cogitada nestes cálculos simplificados. Isso demandaria maior profundidade de uma teoria custo-benefício.

O que se torna necessário não é simplesmente eliminar a contribuição-investimento de 1% sobre as folhas de pagamento das indústrias para o SENAI.

Ao contrário, é imperioso criar um adicional para as empresas que utilizam tecnologia de ponta, no sentido de viabilizar o crescimento qualitativo dos programas, como os que, com inúmeras dificuldades financeiras, a instituição tenta realizar nos seus importantes centros tecnológicos. Neste caso, poderia ser uma contribuição que incidisse sobre o faturamento, mais adequada aos seus objetivos.

O SENAI tem sido modelo de instituição de educação, promovendo a valorização profissional, a promoção social e o ansioso encontro com a cidadania de mais de 14 milhões de brasileiros.

Vale a pena pensar bem, se a contribuição regimental de 1% sobre as folhas de pagamento das indústrias é um encargo ou um dispositivo de que dispõe a sociedade para a realização integral de considerável parcela de nossa população.

# Diálogo nas Alturas

O voo da Varig deixou Brasília há pouco mais de 15 minutos.

Superado o período natural de tensões no saguão do aeroporto e vencida a etapa de apreensão inconsciente com a decolagem cercada de uma liturgia um tanto dramática nas demonstrações de procedimentos de segurança, começo a acomodar-me para um repouso forçado de mais ou menos uma hora.

Percebo uma certa melancolia nos rostos desses passageiros habituais que vêm a Brasília por um dia e voltam, portando as suas valises de mão carregadas de planos, projetos e documentos de rotina que se empilham na protelação natural de administrações burocráticas.

Ao meu lado, nas filas do meio, dois viajantes iniciam uma conversa que logo me atrai.

Um é austero e amadurecido na aparência de seus cabelos grisalhos.

O outro é jovem e parece ter saído de um curso de doutorado no exterior, pelo seu linguajar moderno de um economista de escol.

– *Precisamos reduzir os encargos sociais. O custo da mão-de-obra está altíssimo. Para cada salário pago existe pelo menos outro de encargos*, diz o mais velho.

- *Mas quais são, finalmente, esses encargos?*, pergunta o mais jovem.

Abrindo sua pasta executiva, a autoridade lhe passa uma folha de papel um tanto amarrotada.

– *São estes, veja você, mais de 100% de encargos sociais!*

Consigo num golpe de sorte, olhando de soslaio, identificar os famigerados encargos que nunca mais vou esquecer.

INSS (Contrib. Para a Previdência)	22,0%
Contrib. para o Salário-Educação	2,5%
Contrib. para o SESI/SENAI/SESC/SENAC	2,5%
Contrib. INCRA, ensino aerov. etc	1,2%
FGTS (inclusive s/ 13º Salário)	8,9%
Incidências cumulativas	13,3%
Total	* 101 3%

O jovem economista demonstra espanto, enquanto o outro completa:

– *É necessário reduzi-los em pelo menos 12 a 13%. São ordens superiores! Vamos cortar SESI, SENAI, SEBRAE que alcançam em torno de 3% e tentar mexer na Previdência.*

– *Cortar o SENAI? E quem vai preparar a mão-de-obra qualificada?*, perguntou de imediato o jovem graduado. E acrescenta:

– *Repare, Dr. Astrogildo, a maioria dos dados desta listagem não são encargos sociais. Vejamos: férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, feriados, aviso prévio, rescisões. Estes são salários de verdade, não são encargos!!! Se o senhor somar os encargos sociais verdadeiros não passam de 50%. Olhe aqui, este índice cumulativo atinge 13% e incide sobre salários. São, na sua teoria, encargo do encargo.*

– *Mas a que conclusão você pensa que chegou?*, pergunta o mais velho um tanto irritado.

– *Concluo que se o Governo quer reduzir os encargos sociais, bastaria propor uma lei que permitisse a sua não incidência sobre esses que definitivamente já são encargos trabalhistas. Nesse caso, haveria uma redução de cerca de 13 a 14%. Qualquer estagiário de economia poderá atestar esta minha opinião.*

– *Ah! Mas assim você vai falar a Previdência!*

– *Ora, do outro jeito, vocês acabam com sistemas públicos que têm sido administrados com eficiência e austeridade pelo empresariado! E a previdência dispõe de outros meios para não falir. O SENAI, o SESI e o SENA C são únicos e bons, respeitados pelos serviços que prestam. Atingi-los de qualquer forma, seria um absurdo. Olha, o comissário de bordo já vai servir os “drinks”.*

– *Há quem afirme que nos incentivos fiscais estaria a solução. Contribuição espontânea com dedução no imposto de renda. O SENAI teria que conseguir adesões para viabilizar o seu orçamento.*

– *Certo! Se tivessem sido criados desta forma. Depois de 53 anos, com um ativo respeitável de mais de 600 escolas técnicas e um programa de dois milhões de participantes anuais, não há transição que resista. Além do mais, não existe um sistema que o substitua. Vão fechar? E os custos de oportunidade?*

– *Problema deles.*

– *Não, problema brasileiro!*, afirmou com convicção o inteligente

economista.

O céu era de brigadeiro, sem maiores turbulências e até chegamos no horário. A conversa encerrou-se sem constrangimentos.

Do diálogo dos executivos fiquei com a certeza de que, ao contrário do que pensa o resto do mundo, a mão-de-obra brasileira é caríssima e com dúvida se a educação técnica, a elevação da produtividade e a melhoria da qualidade sejam prioridades nacionais.

O futuro nos oferecerá a resposta adequada.

*Junho - 1995*



# Verdadeira Grandeza

*Nem se sonha nem se vive,  
É uma infância sem fim,  
Parece que se revive  
Tão suave é viver assim  
Nesse impossível  
Fernando Pessoa, Nova Ilusão – 1909*

Ruídos inesperados de motores, murmúrios sincopados que perturbam o silêncio da manhã despertam-me ansioso. No camarote do comandante são 5 horas, segundo o relógio da parede. Levanto-me e em poucos minutos estou no convés da popa, voltado para o rio.

Amanhece no rio Maués. O sol já está forte e o movimento dos barcos é surpreendente para o espectador desacostumado. Afinal, é o meio de transporte disponível.

Animais, peixes, frutas, mantimentos, gente acomodada em redes suspensas nos conveses, um cantador violeiro, crianças de olhares dispersos, o caboclo valente e solitário, mulheres sem vaidades, todos personagens e componentes decorativos deste cenário amazônico que insiste em me desafiar a contemplá-lo como um pedaço brasileiro de vivas cores, verde e amarelo.

A mesa do café está posta. Bolachas, pães, sucos, guaraná, queijos, tapioca e bananas. Dona Conceição surge silenciosa, trazendo duas garrafas térmicas com café e leite.

Calculo que deva ter perto de 60 anos. É difícil adivinhar a idade da pele morena curtida pelo sol intenso, calor e muito trabalho de uma vida árdua.

Começamos a conversar. Ela fala do seu passado e dos últimos três meses vividos no barco-escola do SENAI, convivendo com os anseios dos jovens, a dedicação absoluta dos docentes, a eficiência da equipe de bordo, um mundo desconhecido e fascinante que logo absorveu e conquistou suas modestas aspirações. A emoção vai crescendo na medida em que sua descrição se aproxima do epílogo que se dará mais tarde na despedida. Ela permanecerá em Maués e o barco seguirá a sua peregrinação de levar a formação profissional aos pontos mais distantes e esquecidos de nossas fronteiras. As lágrimas escorrem pelo rosto inocente dessa mulher-coragem.

Sempre acreditei na magia que conduz as nossas relações com o SENAI, tornando-as impulsivas, passionais, místicas e irreversíveis. O que não imaginava era deparar com elas aqui neste encantador rincão do Amazonas.

Ontem fora paraninfo da turma de alunos do SAMAÚMA, em solenidade inesquecível. Não sei precisar, mas cerca de 100 alunos reuniram as suas famílias, parentes e amigos para participarem da entrega de diplomas.

O Prefeito, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Pároco e outras autoridades prestigiavam a cerimônia conduzida pelo querido companheiro José Augusto Roque da Cunha, Diretor Regional do SENAI do Amazonas. Os discursos se sucederam até quando o orador da turma, em pronunciamento pungente, destacou a função definitiva para sua vida exercida pelo SENAI, levando até ele e seus colegas o conhecimento técnico, a disciplina profissional e o sentido da cidadania.

Uma animada festa encerrara o evento.

No jantar oferecido pela Prefeitura conheci mais de perto, por meio de depoimentos dos convidados do local, a vida em Maués e a importância da passagem do SENAI para aquela população.

Voltamos ao nosso barco por volta da meia-noite. A conversa continuou embalada pela brisa agradável que soprava e pela lua cheia que acalentava o nosso entusiasmo. Quando me recolhi, não consegui conciliar o sono. O SAMAÚMA, O BARCO DA ESPERANÇA não abandonava os meus pensamentos. Atestei a convicção de que o papel do SENAI passa pelas Escolas de Aprendizagem, Centros de Tecnologia, programas de treinamento nas empresas, mas encontra sua verdadeira grandeza na relação integral com as comunidades carentes onde se torna essencial e único, meio e fim, educação e trabalho.

O SAMAÚMA é o exemplo inspirador para todos os que militam no SENAI, por vocação, e que devem conhecer e seguir a sua rota, com a certeza de que estarão construindo um Brasil de realidades concretas.

Dona Conceição nos deu o derradeiro aceno com uma toalha molhada de saudades.

O SAMAÚMA levantou âncora e partiu levando consigo a certeza do cumprimento de sua missão transcendental e bela.

*Agosto - 1994*

# Emprego e Educação Prioridades absolutas

Não restam dúvidas de que o País vive intensamente um processo de transição econômica e social, sob o comando de intervenções e mudanças políticas, organizacionais e tecnológicas.

Paradigmas que serviram de referência em um século de incontestáveis progressos apresentam sintomas de esgotamento e enfraquecimento diante de realidades surpreendentes que, agressivamente, desafiam até mesmo a conduta individual dos integrantes de uma sociedade mundializada e de espaços sempre mais próximos dos fatos e de suas consequências.

Os modelos que serviram de base às organizações públicas e privadas se veem envelhecidos diante de logísticas ágeis e flexíveis, influenciadas pelo desenvolvimento da informatização e da microeletrônica.

O econômico e o social se aproximam inexoravelmente de uma conjugação unicelular e, reciprocamente, interferem no processo decisório superior onde o conjunto se sobrepõe à unidade, enquanto o conceito de global pesa sobre a ideia do particular.

Neste contexto, que tem menos de conjuntura do que de uma nova realidade evolutiva, a educação tem papel definido e estratégico, surgindo como um pré-requisito de ordenação social que pressupõe indicadores qualitativos, um tanto desprezados no passado pelas prioridades da economia.

A formação do emprego emerge como derivada do desenvolvimento e encontra, nas suas concepções, alternativas complexas e de difícil equacionamento.

O primeiro emprego, que será ainda a aspiração de uma coletividade heterogênea e expressiva, encontrará para seu alcance um grande contingente de futuros trabalhadores de escolarização deficiente e qualificação precária.

Os mercados que, no passado, deram acolhida, sem maiores exigências, a agrupamentos como o campo, a construção civil e os serviços gerais entre outros, e que representaram ponderável parcela da força de trabalho, nos dias de hoje apresentam reduzida expressão de ofertas e demandas mais rigorosas no que diz respeito à educação.

Embora sem base científica, qualquer reflexão mais elaborada poderá associar o esvaziamento dessas ações, nos últimos 20 anos, ao crescimento da miséria e da violência, que se constitui na mazela social que agride e desafia governantes e autoridades e que vem a ser uma grave ameaça à estabilidade e à segurança da nossa população.

A indústria tradicional, que representou um universo de cerca de 500 mil empregos no Estado, dos quais 15% de operários qualificados, busca na introdução de novas tecnologias os meios de enfrentar as severas dificuldades impostas pelo desenvolvimento e, nesse sentido, reformula os critérios de seleção de sua mão-de-obra, tornando-os mais identificados com parâmetros educacionais e de conhecimentos técnicos com índices superiores aos do passado.

A indústria moderna, promotora de parcela reservada do perfil qualitativo do emprego, exige maiores qualificações de seu pessoal, compatíveis com as crescentes demandas impostas pela microeletrônica, e a informática e pela automação.

As atividades de serviços de apoio, em fase de crescimento, impulsionadas pelas propostas de terceirização, passam a mobilizar um competitivo mercado no qual a eficiência se vincula, principalmente, à qualidade da mão-de-obra.

Finalmente, o mercado informal, que se organiza na interseção das modificações estruturais com as políticas anti-inflacionárias, abandonará a atividade de comércio marginal para conviver com a eficiência que viabilizará a sua estabilidade e o seu crescimento.

O mesmo panorama descrito aplica-se ao setor terciário e aos órgãos do sistema financeiro, que se modernizam com impressionante velocidade, superando as suas deficiências com a elevação dos padrões de desempenho de seus recursos humanos.

Todos os caminhos conduzem a uma prioridade emergencial de fortalecimento da educação e de aprimoramento dos modelos de formação profissional e treinamento, pilares do desenvolvimento e instrumentos essenciais na formulação do primeiro emprego.

*Fevereiro - 1996*

# Manhãs da Modernidade

Vivemos, nos dias de hoje, sob o efeito dos primeiros sintomas das transformações econômicas e sociais decorrentes do novo paradigma da produção industrial, da surpreendente reengenharia social e política das nações. Novas formas de comercialização determinadas pela globalização da economia, sob o efeito dos indicadores apelam por reflexões profundas sobre a organização do Estado, das empresas e das instituições, sejam quais forem suas naturezas.

O mercado de trabalho e as políticas de emprego e formação da mão-de-obra, como resultado, sujeitam-se a mudanças estruturais de consequências ainda imprevisíveis, mas que já revelam a necessidade de uma nova conduta dos que intervêm diretamente na sua organização.

A terceirização de serviços, a informatização de procedimentos, a competitividade internacional, as novas tecnologias de automação, promovem alterações quantitativas e qualitativas no perfil do emprego, cujo novo formato, mesmo o raciocínio prospectivo mais atento, sente dificuldade em apurar com precisão.

Mesmo assim, sem querer adivinhar, podem-se considerar com alguma nitidez certos segmentos distintos do provocativo futuro do mercado de trabalho industrial.

Para começar, o grupamento tecnológico composto de engenheiros, técnicos e operários com alta qualificação, polivalência de conhecimentos e habilidades, usuários abundantes de tecnologias informatizadas, operando em sistemas elitizados de qualidade e produtividade, desenvolvendo com habitualidade o raciocínio lógico, a criatividade e o senso crítico.

Do ponto de vista quantitativo, constituem minoria no conjunto do emprego industrial estimada em cerca de 15% da força de trabalho, detentores de 70% do produto industrial, voltado principalmente para o mercado externo.

O segundo segmento, de atributos distintos, mas associado à produção, compõe o quadro dos serviços autônomos e das micro e pequenas empresas que apresentarão forte tendência de crescimento e organização, assimilando inclusive práticas de uso intensivo de tecnologias adequadas à natureza de seus processos e produtos.

Como instrumento de eficiência e elevação da produtividade, conduz à geração de um conjunto de empregos flexibilizados, de peso quantitativo expressivo, com ênfase em serviços auxiliares e administrativos, e que deverão se distinguir do quadro anterior de natureza de sua mão-de-obra.

Haverá também espaços para serviços de criação, comunicação, projetos e outros assemelhados em que se destacam profissões técnicas de caráter autônomo ou micro e pequenas empresas.

A indústria tradicional, ou seja, a que adotara mudanças tecnológicas nos seus processos produtivos, mas sem alterações mais significativas na organização da produção, constitui o segmento clássico do emprego formal voltado para o mercado interno. Reduzida em sua expressão qualitativa, é, no entanto, de importância no elenco das oportunidades de emprego, que ficarão sempre condicionadas à sanfona do crescimento econômico e às conjunturas determinadas pela ação mais ou menos direta do Estado.

Desta análise manifestamente superficial pode-se antever uma nova linha de atuação para a Educação Profissional, que na verdade virá a se constituir no prolongamento de ações já iniciadas e que deverão ser fortalecidas a curto e médio prazo.

Assim sendo, e sem a preocupação de nominar os executores, poder-se-ão distinguir:

- a implantação dos Institutos de Tecnologia, credenciados pelas Normas ISO 9000 e ISO 14000, habilitados por meio de convênios com Sindicatos patronais e Associações de classe a fornecer os Selos de Qualidade de produtos e de mão-de-obra, voltados para a assimilação e difusão de tecnologias, priorizando o desenvolvimento de recursos humanos e se organizando segundo os princípios da Qualidade Total e da máxima eficiência, autossuficientes financeiramente e subordinados aos princípios da gestão por resultados;
- a organização de unidades formadoras de mão-de-obra destinada ao mercado informal, às pequenas e médias empresas em programas que associem o valor agregado dos conhecimentos técnicos aos princípios de gestão administrativa e financeira;
- a formação profissional voltada para a indústria tradicional, planejada segundo acordos com empresas e associações que definirão o perfil quantitativo e qualitativo da demanda em programas especificamente organizados para o seu atendimento;

- os programas voltados para a comunidade com ênfase para as populações carentes e para os desempregados, utilizando as instalações disponíveis mediante convênios com o Estado que deverá financiar a sua realização;
- os programas de Educação à Distância como instrumento auxiliar do aperfeiçoamento da mão-de-obra da gestão das empresas;
- a implantação de Centros de Formação de Gestores Industriais que terão o objetivo de colaborar no processo de formação de novos gerentes para a empresa industrial.

De tudo o que se percebe, vivendo as manhãs da modernidade brasileira, constata-se que há muito por fazer na convergência de propósitos de convolar com novas políticas de ação para a educação profissional.

*Abril - 1996*



# Academia Brasileira de Educação

## *Discurso de Posse*

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Que as minhas primeiras palavras, pedindo licença a este ilustre plenário de queridos amigos que aqui vieram abrilhantar e valorizar esta cerimônia, sejam para dirigir-me aos meus confrades da Academia Brasileira de Educação e agradecer-lhes a grande honra que me concederam, escolhendo-me para ingressar no seu convívio intelectual e participar de suas valiosas reflexões sobre a educação em todos os seus matizes.

Não posso deixar de revelar, com grande orgulho, que fui tocado em minha vaidade, ao conhecer a decisão de Vossas Excelências, até que, vencidos o fascínio narcisista e o deslumbramento inevitável, percebi, ao retomar a realidade da minha dimensão, que a consagradora outorga deveria ser dividida com o SENAI e sua laboriosa equipe a quem de fato venho representar nesta Casa de Educação.

É o que faço, com a consciência de que o prestígio e o reconhecimento do mundo da educação pelo SENAI vieram a se constituir no laço de união que me fez ser lembrado por tão ilustres educadores, a quem externo a minha gratidão e as minhas homenagens.

Para os que militam nesse campo da atividade social, desprendidas vocações esquecidas na ingratidão e na omissão da sociedade política, onde muitas vezes são preteridos no elenco das prioridades nacionais, a Academia Brasileira de Educação é um abrigo de enlevos raros e de vontades recíprocas, onde a insigne acadêmica tem a representação da conquista e da glória do dever cumprido e do seu relacionamento indelével.

É, hoje, o extremo e principal reduto do pensamento educacional brasileiro, com suas tradições impostas por trajetórias inesquecíveis de notáveis educadores que nos deixaram exemplos dignificantes e cujo convívio urge e purifica o espírito.

Quatro Ministros da Educação, quinze conselheiros do Conselho Federal de Educação, seis membros da Academia Brasileira de Letras, sete Secretários

de Estado, oito conselheiros Estaduais de Educação, cinco Reitores de Universidades, Diretores de Faculdades, Professores Eméritos, todos autênticos profissionais que honram a educação brasileira, fazem da Academia Brasileira de Educação um fórum permanente de discussões e de pesquisa, de interação cultural e de proposições relevantes, de lutas em defesa do progresso da educação na nossa pátria.

Lembro-me da discussão sobre o Projeto Substitutivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, autoria do ilustre educador Darcy Ribeiro, realizada no plenário da Academia e que favoreceu a apresentação de valiosos subsídios para o seu aprimoramento, embora lamentavelmente, tenha sido abandonada em troca de uma outra legislação, engessadora da educação brasileira, colcha de retalhos de interesses e de proposituras de valores discutíveis.

Lembro-me também dos dois importantes Seminários Nacionais, de cuja organização participou a Academia Brasileira de Educação, reunindo educadores de todo o país para debater o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o processo de Avaliação.

Uma outra promoção da Academia Brasileira de Educação, com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento de professores e a pesquisa educacional, são os quatro prêmios anualmente oferecidos aos melhores trabalhos e monografias sobre educação.

O prêmio Fernando Azevedo - “O Educador do Ano” - que em 1994 agraciou o Prof. Sérgio Costa Ribeiro pelos seus estudos sobre o desempenho da educação básica e os prêmios Lourenço Filho, Juracy Silveira e Benjamin Albagli, voltados para professores em todos os níveis de ensino.

Reafirmando as minhas considerações sobre a importância e o valor agregado desta sociedade cultural-filosófica, destaco a importância do Patrono da Cadeira 14 que, a partir de hoje, estarei ocupando.

O Professor Ernesto Carneiro Ribeiro, baiano, professor de Castro Alves e Rui Barbosa, médico e filólogo. Envolvido em famosa polêmica com Rui, nos primeiros anos do século, escreveu em 1904 “A Redação do Projeto do Código Civil e a República do Dr. Rui Barbosa”.

Sua tese de doutoramento versou sobre “Relações da Medicina com as Ciências Sociais”. Concorreu à cátedra de Clínica Psiquiátrica, da Faculdade da Bahia, com a tese “Perturbações Psíquicas no Domínio da História”.

---

Autor de “Elementos da Gramática Portuguesa”, habilitou-se, em 1871,

à Cátedra do Liceu da Bahia, com a tese “Origem e Filiação da Língua Portuguesa”. Escreveu ainda “Serões Gramaticais”, em 1915, e “O Padre Antonio Vieira considerado como clássico da Língua Portuguesa”.

Em 1915 pronuncia, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a festejada conferência sobre “Educação e suas relações com a Moral”, que alguns deveriam conhecer pela profundidade ética de sua reflexão.

O Professor Carneiro Ribeiro nos deixa um acervo inesquecível de exemplos e sua memória estará sempre presente, ao nosso lado, enquanto Deus nos permitir ocupar a nobre Cadeira nº 14, da Academia Brasileira de Educação.

A emoção agora me invade integralmente. Devo referir-me ao saudoso Prof. Joaquim Faria Góes Filho, a quem devo suceder, ocupando seu lugar na Academia Brasileira de Educação.

Quantas lembranças me envolvem, neste instante, quando recordo a figura notável do fundador do SENAI e suas realizações, construindo uma entidade pautada pela seriedade de seus propósitos e pela correção de sua atuação.

Faria Góes, também baiano, como o patrono de nossa cadeira, formou-se em Direito, pela Universidade Federal da Bahia, tendo iniciado a sua vida profissional exercendo as funções de promotor público. Logo a sua vocação pelas letras e os seus dons de oratória foram atraídos pelos rumos da educação e, em particular, pelo ensino industrial, que viria a ocupar seu interesse por toda a sua longa trajetória de vida, encerrada, com simplicidade e respeito, em vinte e cinco de junho de 1994.

Foi pelos idos dos anos 30 que se manifestou a presença de Faria Góes nos destinos da formação profissional brasileira.

Convocado pelo Ministro Gustavo Capanema, integrou em 1939 a Comissão Interministerial que deveria regulamentar o artigo 4º, do Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939, que determinava que as empresas, com mais de 500 empregados, deveriam propiciar o aperfeiçoamento de seus operários.

Ao lado de Lycério Alfredo Schreiner e de Rodolfo Fuchs, e representando o Ministério da Educação e Cultura, de imediato, tornou-se o líder do processo de estudos e negociações que conduziria à criação do SENAI, em 1942. Defendia a proposta de que não bastava aperfeiçoar operários, mas, considerando a presença significativa das pequenas e médias empresas no cenário industrial brasileiro, era preciso formar uma classe

operária fundamentada nos princípios da qualidade e da produtividade, qualificada para o atendimento das demandas do setor industrial em franco processo de crescimento. Essas palavras da modernidade constam dos seus escritos de 1940, que o SENAI, com devoção, guarda em seus acervos de memória.

Para que a formação profissional obedecesse aos rigores de um processo educativo sistemático e metódico, Faria Góes propugnava pela criação de uma entidade especializada e não apenas pela ação das grandes empresas, nem sempre preparadas para esta missão, por fugir aos seus objetivos principais.

À comissão conduzida por Faria Góes juntou-se outra composta de líderes empresariais, onde estavam Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Valentim Bouças.

A personalidade marcante de Faria Góes foi logo assimilada por Euvaldo Lodi, Tornaram-se grandes e inseparáveis amigos, unidos pela admiração e respeito mútuos.

Assim, foi possível identificar uma proposta de criação de uma entidade a ser mantida por uma contribuição compulsória do empresariado industrial, a quem competiria organizá-la e administrá-la.

Verifica-se, nessa passagem, a lucidez e o desprendimento do educador Faria Góes, funcionário público do MEC, que com naturalidade poderia ter exercido influência pela criação de mais um órgão público a serviço do Governo Federal. Da mesma forma, a visão empresarial de Euvaldo Lodi, político influente, que percebeu a importância histórica de sua participação na construção de uma entidade que se tornaria definitiva e irreversível no seu destino de formadora de recursos humanos especializados pela indústria.

Em 22 de janeiro de 1942, o Presidente Getúlio Vargas, convencido pelos argumentos incontestáveis contidos nos relatórios das duas comissões, cria o SENAI, por meio do Decreto-Lei nº 4.048, como entidade jurídica de natureza privada.

Faria Góes é conduzido ao cargo de Diretor Regional do SENAI, da 4ª Região, que abrangia o Distrito Federal, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

A solenidade de posse, no dia 03 de agosto de 1942, nas instalações da Confederação Nacional da Indústria, Av. Almirante Barroso, nº 91 - Edifício Mayapan, é fato histórico para aqueles que abraçaram a causa do SENAI.

Com o ato de nomeação e obstinada competência, Faria Góes inicia o

processo de construção do SENAI, cuja mensagem de Educação e Trabalho se traduziu na prática notável de um processo educativo sem precedentes na história da educação brasileira.

Em pouco tempo, pelos seus atributos de companheirismo, solidariedade, competência e liderança, Faria Góes conquistou a admiração de seus colegas de outros Estados, onde destacava-se o jovem engenheiro Roberto Hermeto Corrêa da Costa, primeiro Diretor Regional do SENAI do Estado de Minas Gerais e que viria a ser seu amigo fiel por mais de 50 anos.

Por essas razões que afinal exemplificariam para todos nós, seus seguidores, os requisitos indispensáveis para o comando da entidade, Faria Góes é conduzido por Euvaldo Lodi para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional do SENAI, onde pouco tempo depois teria Hermeto como seu adjunto.

Associou-se então a uma equipe de abnegados funcionários e educadores, entre os quais destacavam-se Roberto Mange, em São Paulo, Antonio Urbano de Almeida, no Ceará, José Stênio Lopes e José Maria Aranha Pinheiro, no Norte, Aroldo da Silveira e João Furtado, no Sul, Lycério Schreiner, no Rio, a quem juntar-se-iam, posteriormente, outros nomes memoráveis da vida do SENAI, como Ítalo Bolonha, Paulo Novais, Saulo Diniz Swerts, Arivaldo Silveira Fontes, Olímpio Jader de Magalhães Melo, Afonso Greco, Paulo Ernesto Tolle, Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo, José Augusto Roque da Cunha, Paulo Vargas, Antonio Bulhões Barbosa, Mendel Klejner, Stefânio Faria Alves, Raimundo Teixeira, Célío Goulart, Gerson Peres, Carlos Henrique Athayde, e tantos outros, que reverenciamos com afeto e reconhecimento.

O grande líder ficou no SENAI durante 26 anos, prestando seus serviços. Mesmo fora do exercício de suas funções diretivas fez-se sempre presente nos aconselhamentos e orientações. Tive ainda o privilégio de ouvi-lo muitas e muitas vezes e percebia seu zelo e interesse pelas práticas mais modernas do SENAI, discutindo-as com propriedade e correção.

Do SENAI foi para a Fundação Getúlio Vargas, levado por Anísio Teixeira e Roberto Hermeto, onde exerceu por outros vinte e tantos anos, profícua tarefa no Centro de Treinamento de Recursos Humanos, realizando estudos e pesquisas sempre no campo da formação de mão-de-obra e da educação técnica.

Seus trabalhos, relatórios e posicionamentos técnicos são até hoje atuais e consultados com curiosidade científica por aqueles que anseiam para o

SENAI um futuro compatível com as suas origens.

Vivemos o final do século e antecipam-se mudanças transcendentais nas relações entre o capital e o trabalho e na formação de um novo perfil qualitativo do mercado industrial de empregos.

Previsões fundamentadas no desenvolvimento vertiginoso das relações entre a ciência e a tecnologia apontam para o esgotamento do modelo energético-intensivo que pautou o desenvolvimento industrial deste século e favoreceu os modelos de organização do trabalho e da produção, fortemente influenciados por um processo de racionalização e parcialização dos conhecimentos e das habilidades manuais em benefício de uma produção em massa, repetitiva e de baixos níveis de qualificação de mão-de-obra.

A microeletrônica, a informática, as telecomunicações, a mundialização da economia transformam os valores intrínsecos do processo de produção e passam a demandar resultados sempre referidos à elevada qualidade dos produtos, à flexibilização do processo produtivo e a valores que determinam novas formas de organização do trabalho, conjugadas com pré-requisitos de polivalência de mão-de-obra, sua qualificação múltipla e potencialidades de assimilação de inovações, participação em todas as etapas do processo produtivo, reduzindo as distâncias entre a concepção, projeto e execução da obra.

A mão-de-obra deixa de ser custo e passa a ser considerada como recurso e, sua formação, um investimento.

O SENAI do futuro, que não é uma antevisão fictícia, mas sim uma realidade que se aproxima rapidamente, como se nos observasse de perto, não pode mais ser considerado como encargo social oneroso sobre as folhas de pagamento da indústria, como pensam alguns inadvertidos tributaristas, mas, sem dúvida, um investimento estratégico, sem o qual não haverá alternativa de continuidade do processo de industrialização brasileiro.

Detenho-me agora na visão de uma realidade triste, com a esperança latente e a presunção vaidosa de que sejamos capazes de transformá-la um dia: a educação brasileira!

De fato, a educação brasileira é sempre o fulcro das atenções da Academia Brasileira de Educação, sua permanente e obsessiva arguição.

Caótico e ineficiente, o sistema educacional do nosso país desagregou-se, não correspondendo em nenhum dos seus níveis aos padrões de desempenho desejáveis.

Nesse quadro desrespeitoso, motivo de pungentes denúncias ao longo dos vinte anos, destacam-se a perda de direito ao exercício da cidadania de numerosa parcela de nossa população e uma sociedade que retrata injustiça, desintegração e conflito.

É, pois, urgente que se adquira consciência do papel da educação e que se reverta esse quadro que nos deprime e envergonha.

A universalização da educação básica emerge como prioridade absoluta, competência dos estados e municípios, estimulada e apoiada pelo Governo Federal.

Nesse sentido, a única via adequada que poderá oferecer resultados aceitáveis está inserida na municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries, pelo menos, o que incorporaria requisitos da modernidade, tais como descentralização, flexibilização e qualidade.

E preciso que não seja um casuísmo político, mas um processo sistêmico, fundamentado em modernos princípios de gestão que garantam recursos, supervisão, acompanhamento e avaliação. A informatização das ações federal, estadual e municipal em assuntos de educação básica é outra constatação que superaria a burocracia ineficiente e com sinais claros de envelhecimento.

A participação da comunidade nos Conselhos Municipais de Educação e no apoio à ação das escolas, por meio de comissões comunitárias, é outra iniciativa que merece ser efetivada de imediato, tendo em conta que as peculiaridades regionais são parte do processo de ajustamento educacional em caráter permanente e continuado.

O aperfeiçoamento do livro didático e das metodologias de ensino devem ser encarados como uma ação que conte com a participação da escola, executora do processo e a ele integrada em todas as suas etapas.

O magistério, desmotivado e despreparado para o exercício pleno de sua missão superior, de construtor de uma sociedade justa e solidária, merece mais cuidados. Os critérios para a sua remuneração, associados a padrões de desempenho, precisam ser reformulados, oferecendo-se alternativas que recuperem o prestígio e a importância da missão docente e que a ele sejam oferecidas condições mínimas que resgatem o seu orgulho profissional e despertem um novo ciclo de vocações adormecidas.

Um abrangente programa de aperfeiçoamento de professores deve ser encetado, aproveitando-se os recursos de educação a distância e das tecnologias modernas, como a televisão e a informática, superando deficiências intrínsecas

e estruturais que condenaram o magistério à posição em que se encontra e contribuindo, decisivamente, para a melhoria da qualidade de ensino.

O ensino de 2º grau a que tem acesso, lamentavelmente, apenas uma pequena parcela da população que a todo custo ultrapassou as barreiras do ensino básico e, em farrapos, superando deficiências, alcançou esse patamar, tem, sem dúvida, uma vocação implícita, qual seja, a de preparador da força de trabalho, oferecendo aos jovens as condições para que se habilitem à obtenção de um emprego.

Não se trata de algo como se imaginou com a Lei 5.692/71 tornando a profissionalização obrigatória, mas, como ela própria previa, do estabelecimento de diretrizes que favoreçam a intercomplementaridade das escolas especializadas com empresas e de parcerias que viabilizem a criação de espaços profissionalizantes no ensino de 2º grau. Este entendimento é que precisa ser buscado e perseguido, com urgência.

Não é tarefa impossível, mas é preciso que se tomem as medidas que permitam a redistribuição de recursos, mesmo quando escassos, na direção de um amplo sistema conveniado que se beneficie das disponibilidades existentes com iniciativa, criatividade e eficiência.

O Ensino Superior é matéria que envolve reflexões complexas e que conta com correntes de posicionamentos claros e conflitantes.

Atrevo-me a procurar examiná-las sob uma visão conceitual menos fundamentada, fruto mais de especulações do que de pesquisas ou experiências consolidadas.

Questões como o crédito educativo associado a avaliações qualitativas de desempenho, redução da ociosidade, aumento das oportunidades nas universidades já instaladas, revisão do sistema de acesso ao Ensino Superior, estímulos à produção acadêmica e restrições à expansão das unidades, isoladas são alguns aspectos que necessitam ser examinados com critério e profundidade.

Um modelo de avaliação qualitativa permanente das universidades brasileiras que favoreça a definição apropriada para os investimentos é outra medida que se apresenta emergencial.

Por outro lado, em consonância com a sua filosofia acadêmica e com a importância do seu papel no desenvolvimento brasileiro, a universidade, além de humanista, deve ser o polo de difusão dos avanços da ciência e a passarela entre esta e a tecnologia, promovendo a pesquisa científica e a pesquisa

aplicada, que favorecerão o progresso e a competitividade da empresa brasileira.

São todos comentários que tangenciam o óbvio e que reúnem o consenso dos educadores, estes que apresento com pouca precisão e sem desejar que se constituam numa avaliação mais objetivado quadro educacional brasileiro. Eu os faço com o propósito provocador de uma discussão ética que se proponha a registrar a indicação de novos rumos para a principal questão social brasileira.

Percebo que me torno exaustivo. O momento é mais apropriado para destacar a grande alegria por este instante tão importante em minha vida profissional.

Quero renovar ao Acadêmico Carlos Alberto Serpa de Oliveira, Presidente da Academia Brasileira de Educação, e a todos os que compõem esta congregação que tenho a honra de integrar a minha profunda gratidão.

Ao Acadêmico Roberto Hermeto Corrêa da Costa, que me concedeu o privilégio de sua saudação, a permanência da minha amizade.

Ao Dr. Arthur João Donato, Presidente da FIRJAN, a quem devo grande parte das minhas oportunidades de promoção profissional, agradeço sensibilizado o prestígio do seu apoio, da sua compreensão e a consideração em permitir que esta sessão se realizas-se no seio desta entidade que respeitamos e onde aprendemos lições inesgotáveis de cidadania e de espírito público com os empresários conduzidos pelo carisma e pela personalidade do seu líder.

Com os companheiros do SENAI do Rio de Janeiro, pela sua dedicação, eficiência e devoção à causa da formação profissional e pela atenção que tiveram comigo ao longo destes 17 anos em que dirijo esta casa, quero compartilhar a emoção deste momento especial.

Aos meus colegas Diretores do SENAI dos Estados do Amazonas e Alagoas, e aos Ex-Diretores Regionais do Espírito Santo e São Paulo, pelo privilégio que me concedem com a sua presença nesta noite, a certeza da nossa indissolúvel amizade.

Uma palavra que expresse a minha gratidão aos empresários aqui presentes, amigos que constituem a razão de ser de nossa entidade e de quem sempre mereci atenção, apoio e estímulo para a realização do nosso trabalho.

Aos companheiros do Conselho Estadual de Educação, pela sua

permanente vigília de amizade e solidariedade com este modesto colega, o meu respeitoso registro de admiração e reconhecimento.

Uma singular referência aos membros do Conselho Regional de Administração, sob a presidência da Dra. Gilda Nunes, que me fizeram ingressar no seu elenco de abnegados colaboradores.

A Carmen, minha estrela binária.

Agradeço a Deus pela felicidade que me tem concedido.

Enfim, a todos, que são tantos, amigos de ontem, hoje e sempre, amigos que fizeram desta noite um encontro de fascinação e encantamento que guardarei na memória dos meus dias e no recanto de minh'alma.

Obrigado.

*Dezembro - 1994*

## Deus Salve o SENAI

Em São Cristóvão, tradicional bairro do Rio de Janeiro, localizado nas imediações da Quinta da Boa Vista, existe uma rua das mais antigas, que sugere um atributo de qualidade muito especial: a Rua Bela.

Voltando ao passado, pelos idos de 1942, vamos encontrar a Rua Bela com suas residências de classe média, proprietários de quitandas, armazéns, padarias e açougues, a maioria portugueses um farmacêutico, um médico clínico homeopata, funcionários públicos, um deles que serviu no gabinete do presidente Getúlio Vargas. Enfim, uma comunidade simples de caracteres culturais modestos que retratavam com fidelidade a tranquilidade do bairro na época, ainda que sob a tensão das notícias da Segunda Guerra Mundial.

A Rua Bela não era apenas uma denominação isolada proposta por algum político inspirado. Ela era linda com sua gente nas calçadas, nas varandas, que se comunicavam nos olhares ansiosos das mocinhas casadoiras, nas conversas de botequim, nas discussões futebolísticas em torno da banca de jornal.

Ela era bela como a alma das ruas.

Um dia, uma certa casa dessa rua, a de nº 436, apresentava um alvoroçado movimento de tantos que entravam e saíam transportando máquinas, carteiras escolares, ferramentas, até que, finalmente, alguém pregou na parede da fachada umas letras maiúsculas de harmonia singular: SENAI.

Os moradores, curiosos, no princípio não entendiam o que se passava, mas logo iriam perceber que estavam presenciando um fato que modificaria a história daquela rua.

A partir de então, anônimos profissionais, operários veteranos e experientes, com dedicação de monges, cultuavam a bela missão de ensinar aos jovens durante o dia e aos adultos cansados da faina cotidiana, à noite, uma nobre profissão manual.

Torneiros, eletricitas, marceneiros, ministravam com suprema vocação os ensinamentos que abririam um novo destino, uma nova esperança a tantos que lá chegavam em busca de uma opção melhor de vida.

Nascia o SENAI.

Sob a inspiração utópica de Faria Góes e de outras pessoas especiais com as quais tive o privilégio de conviver e aprender a entender o SENAI, firmaram-se as bases sólidas de uma instituição nascida para ficar.

O SENAI foi construído com a fundamentação holística de uma convicção superior, com a dedicação sublime de bandeirantes do ensino profissional, cujos nomes tornaram-se legendas e exemplos para os que percorrem as oficinas e salas de aula, aquecidas do afeto de uma instituição sagrada pela dimensão social dos seus resultados.

Ao tempo dos seus 52 anos de existência, essa instituição recolheu resultados meritórios, construiu um patrimônio de honradez e competência inigualável na história da educação brasileira.

Insatisfeita, estendeu o seu alcance além de nossas fronteiras e tornou-se admirada e respeitada em todos os quadrantes, mesmo pelos países mais desenvolvidos.

Recentemente, intervenções de ilustres personalidades da nossa vida pública têm gerado inquietações e incerteza no SENAI e junto à sua numerosa legião de alunos que, no Brasil, dados imprecisos apontam como sendo de dois milhões.

Um Ministro de Estado no exercício de seu elevado posto, entrevistado por uma emissora de TV, denominou o SENAI de “penduricalho dos encargos sociais”.

Um renomado tributarista atribuiu ao SENAI a “honrosa” classificação de uma das cinquenta e tantas “pestes tributárias” que assolam a economia brasileira.

Economistas competentes – na tentativa de reduzir o peso dos citados encargos sobre as folhas de pagamentos – também cogitam de alterar a forma de arrecadação da entidade, eliminando a compulsoriedade das contribuições das empresas.

Outras incursões na esfera do poder legislativo revelam propósitos semelhantes.

Seria mesmo o SENAI esse pesado encargo alvo de tantas atenções?

A Previdência Social, administrada pelo governo, representa 20% das

folhas de pagamento.

O Fundo de Garantia de Tempo do Serviço, administrado pelo governo, constitui 8% dos salários dos empregados e destina-se ao financiamento da construção de casas populares.

O Salário Educação, 2,5%, para financiar a educação pública de primeiro grau.

O Seguro de Acidentes, 2%; as férias, 14,51%; o INSS de terceiros, 5,4%.

A lista dos encargos poderá crescer na medida de sua interpretação, podendo totalizar cerca de 100% das folhas de pagamento.

E o SENAI? Seria uma condição onerosa restrita de vantagem, como define o Aurélio, a contribuição de 1% do segmento industrial para a capacitação da mão-de-obra?

Novcentas escolas modelares, milhares de alunos, de professores realizados em seus ideais, eficiência comprovada, reconhecimento internacional, um milhão e duzentos mil assinaturas populares de apoio da comunidade.

Encargo ou investimento de alto retorno? Ônus ou benefício?

A Rua Bela, submersa pelas construções impostas pelo desenvolvimento, ainda guarda o mesmo encanto dos tempos antigos.

A casa que abrigou o SENAI em 1942 resiste à Linha Vermelha e observa atenta ao progresso.

As suas recordações são testemunho que nos impede de esquecer as nossas origens, a nossa luta por uma educação digna, a nossa esperança por um Brasil melhor.

Bendito “penduricalho”.

Santa “peste”!

*Setembro/1994*



# Nova Conjuntura

Vivemos uma conjuntura de transformações econômicas e sociais profundas, em todo o mundo. No caso brasileiro, isso também está presente, exigindo dos governantes, dos líderes políticos e empresários, dos trabalhadores, enfim, de nossa sociedade uma nova postura, uma conduta em que acima dos interesses pessoais e de determinadas classes, se sobreponha o sentido comum de reconstrução nacional, de nacionalidade e cidadania.

O grande desafio proposto pela modernidade reposiciona o futuro do desenvolvimento industrial brasileiro, apontando poucas opções fora dos limites da qualidade e da produtividade.

Estamos sendo convocados para participar da grande ousadia de tornar o Brasil um país competitivo e moderno, onde a qualidade não seja uma abstração, mas o resultado de um processo global de renascimento social e econômico.

Qualidade como um conceito que ultrapassa a atividade produtiva e invade os restritos domínios de nossa individualidade, em casa, nas ruas e no trabalho.

Qualidade como uma proposta de vida, de relacionamento, de entendimento, de conduta e de participação.

Qualidade como uma nova concepção política em que o certo não será talvez, a ideologia, uma convicção, o direito, uma conquista do dever cumprido, o progresso do país, a única e derradeira razão.

Essas propostas renovadoras chegam com a volúpia do atraso e revelam uma ansiedade implícita por recuperar o tempo perdido, diante do que será difícil e certamente pouco importante decidir por onde começar.

Seja como for, a educação técnica e o ensino profissional não serão prioridades menores no elenco das medidas estratégicas e essenciais.

A transformação de considerável parte do parque industrial brasileiro em atividade competitiva e compatível com o mercado internacional não é tarefa simples, porque contempla, na formação da qualidade do produto industrial, o capital e o trabalho, os recursos humanos, sendo assim, a participação do

homem é, sem dúvida, estratégica.

Ao contrário da revolução industrial, que se caracterizou pela simplificação do trabalho, reduzindo o papel do homem a um agente de produção, a revolução tecnológica enfatiza o conhecimento.

É enganoso pensar que a informática e a microeletrônica desprezam a participação da mão-de-obra, quando o que se passa é uma modificação qualitativa nas relações entre o homem e a máquina, em que o conhecimento predomina sobre a habilidade e os resultados passam a ser decorrência de uma afinidade integral entre o trabalhador e o processo produtivo.

O trabalho na era tecnológica se reconcilia com a sociedade e se transforma na manifestação pura da criatividade, da inteligência e do conhecimento do homem.

Nesse momento em que se envolvem intimamente a ciência e a técnica, a educação é mister decisivo e recurso indispensável na definição dos resultados.

Educação e trabalho, entes sociais distintos e da mesma grandeza, associam-se por intermédio de relações afins entre a escola e a empresa. Numa e noutra não haverá mais espaços reservados para a hora da inteligência e a hora da mão, mas um único “ateliê” com a marca do artístico, tendo a mão como instrumento e a inteligência como causa.

É, pois, tempo de uma nova escola, enriquecida pelo entusiasmo dos professores, realizados em sua vocação, tendo reconhecido o seu mérito pela sociedade. É tempo de uma nova escola, alegre e jovem, como a prioridade nacional.

É tempo de uma nova escola, seduzida pela oportunidade de se tornar a verdadeira construtora de uma nova geração.

É tempo de uma nova escola, que não seja apenas fornecedora de diplomas, mas, acima de tudo, uma efetiva contribuição para a conquista da liberdade interior e a procura da verdade.

*Abril - 1990*

## Onde Começa o Futuro.

Muito tem sido comentado sobre a importância do desenvolvimento tecnológico e suas influências no perfil do mercado de trabalho, nas características e atributos da mão-de-obra e mesmo na geração de um denominado “desemprego estrutural considerado de responsabilidade desse desenvolvimento”.

No entanto, os mais conceituados autores que examinaram, com profundidade, a questão revelam incertezas unânimes diante dos dados colhidos em suas pesquisas, que não apontam com evidência nenhum caminho que permita uma conclusão científica comprovada desse teor.

No Japão, em Cingapura ou na Suécia, por exemplo, não existem comprovações sobre as citadas influências, mesmo nas atividades bancárias ou empresas do ramo financeiro onde tem sido mais intensamente empregada a automação.

Na indústria, onde a automação ainda é incipiente em comparação com o Primeiro Mundo, os modelos tradicionais ainda se impõem, incorporando técnicas e tecnologia que aprimoram a qualidade e elevam a produtividade, porém sem indicações de liberação de mão-de-obra por força de possíveis mudanças decorrentes na organização da produção. Alguns autores mais ousados chegam a introduzir reflexões mais contundentes no que concerne ao perfil qualitativo da mão-de-obra, que poderia, ao contrário de muitas afirmativas, ser menos qualificada pela introdução de novas tecnologias, sem, no entanto, ser quantitativamente menos expressiva.

Na verdade, fica difícil determinar quais as verdadeiras origens dos elevados níveis de desemprego, num momento em que a produção industrial diminui, já há alguns anos, em todo o mundo ocidental. Isso para não falar na economia asiática, comprovadamente saturada em muitos setores.

Existe, no entanto, uma tendência para a unanimidade em praticamente todos os estudos especializados publicados, qual seja, a necessidade de uma nova organização da educação técnica com nova proposta curricular que enfatize o desenvolvimento do raciocínio lógico, a criatividade, as habilidades de leitura em diversas linguagens, a matemática, a prática da ética profissional, a elevação dos padrões de responsabilidade, a sociabilidade e a solidariedade, o

aprender a trabalhar em equipe e os conhecimentos tecnológicos.

Neste particular, caminha-se para um consenso sobre uma polivalência de conhecimentos e habilidades técnicas, abandonando-se as propostas de especializações em campos de atividades cada vez mais restritos, como ocorreu no período entre os anos 50 e 70.

A educação geral e a educação técnica tendem a aproximar os seus currículos, mesmo que com organização distinta, e o treinamento, a aprendizagem e a qualificação certamente estarão mais próximos de um processo educativo do que no passado.

*Agosto - 1990*

# Educação Profissional Novos Caminhos

A Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representou, sem qualquer dúvida, um marco importante no processo educacional brasileiro, revendo situações controversas e ultrapassadas e oferecendo um toque de modernidade, estratégico para a formulação de um planejamento adequado às condições impostas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

A Educação Profissional foi beneficiada com um capítulo à parte, o Capítulo III e quatro artigos, nº 39, 40, 41 e 42.

Considerando a história do ensino profissional no Brasil, é uma grande conquista.

A escravatura, origem do trabalhador brasileiro, e os imigrantes europeus, artesãos do início do século, princípio da indústria de transformação, fizeram do trabalhador braçal e das habilidades manuais uma casta social de reconhecimento precário e importância secundária para a sociedade que não lhe atribuía maior valor.

A legislação discriminava o ensino profissional, oferecendo-o aos “órfãos e desvalidos da sorte”, sem perceber nenhuma relação entre educação e trabalho.

Salvo honrosas exceções, como a Escola de Belas Artes, em 1816, e o Liceu de Artes e Ofícios, em 1858, no Rio de Janeiro, a verdade é que a atividade manual não merecia nem respeito, nem prestígio social, tal como a viu o Presidente Nilo Peçanha, em 1910, instalando escolas de aprendizagem, destinadas “aos pobres e aos humildes”.

Mesmo em 1942, quando se estabeleceram as Leis Orgânicas do Ensino Secundário e Normal, e do Ensino Industrial, a marca e o ranço assistencial estiveram presentes, destinando a formação profissional para os “filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados”.

Nessa atmosfera de preconceitos, foram criados o SENAI (1942) e o SENAC (1946); o primeiro para atendimento à formação profissional para a indústria e o segundo para o comércio e os serviços.

Somente em 1961, a legislação brasileira reconheceu equivalência de estudos entre o ensino profissional e o ensino regular, o que de algum modo se fortaleceu em 1971, com a Lei 5.692, que se tornou conhecida como a lei da profissionalização obrigatória mas que, de fato, não se concretizou efetivamente como um benefício palpável, salvo o de conscientização para a importância das relações entre a educação e o trabalho.

A nova LDB, ao contrário, prioriza e fundamenta seus princípios na ideologia progressista que considera a educação geral como alicerce da educação profissional. O primeiro artigo da Lei explicita a sua intenção:

*“Art. 1º - § 2º – A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.”*

A educação profissional vai encontrar a sua primeira menção na Seção IV, Art. 35 – II e IV - onde a lei estabelece os princípios norteadores do Ensino Médio:

*“Art. 35 – II - A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;”*

*“Art. 35 – IV - `A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina;”*

A segunda menção encontra-se no Art. 36, em que a lei se refere aos currículos do Ensino Médio:

*“Art. 36-1- Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;”*

E no § 4º, do mesmo artigo, com forte sentido inovador:

*“§ 4º – A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.”*

Mas é o Capítulo III que cuida da nova dimensão da proposta legal no âmbito da educação profissional.

Seus quatro artigos são ricos e criativos, como o

*“Art. 40 – A educação profissional será desenvolvida em articulação com ensino u por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições ou no ambiente de trabalho.”*

Ou o Art. 41, que deverá causar muita polêmica na burocracia cartorial brasileira:

*“O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimentos ou conclusão de estudos.”*

A educação profissional veio a ser regulamentada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que interveio no § 2º, do Art. 36, e nos Artigos 39 a 42, do Capítulo III, da Lei 9.394/96.

O Decreto define os objetivos da Educação Profissional, que podem ser sintetizados em:

- Transição, ou melhor, uma passarela entre o mundo da educação e o mundo do trabalho
- Profissionalização
- Especialização, Aperfeiçoamento e Atualização do Trabalhador
- Qualificação, Reprofissionalização e Atualização de Jovens e Adultos

Um dado importante aparece no Art. 3º, onde são estabelecidos níveis de educação profissional com graus de competência definidos.

- NÍVEL 1 – Educação Profissional Básica que confere Certificados de Qualificação Profissional e não é objeto de regulamentação curricular ou autorização especiais. E ministrada em caráter não-formal, com duração variável e independente de escolaridade prévia.

A Qualificação Profissional de Jovens e Adultos deve merecer prioridade das instituições especializadas públicas ou privadas sem fins lucrativos, tratando-se de uma grande abertura para a profissionalização de nível básico que abrange os Trabalhadores e os Jovens e Adultos em busca de inserção no mercado de trabalho.

- NÍVEL II – Educação Profissional de Nível Técnico destina-se à

habilitação profissional de alunos matriculados ou egressos do ensino médio e é matéria mais complexa e de regulamentação rígida.

- NÍVEL III – denominada Educação Profissional de Nível Tecnológico que tem relações com as atividades de ensino superior.

A Educação Profissional de Nível Técnico mereceu regulamentação especial mais recentemente pela Resolução nº 04 CNE-CEB, do Conselho Nacional de Educação.

Alguns pressupostos foram estabelecidos pelos instrumentos legais citados, por exemplo:

- O Ensino Técnico, em sua conclusão, exige a conclusão do Ensino Médio
- Os currículos devem contemplar uma polivalência de conhecimentos, habilidades e atitudes
- São princípios específicos da organização curricular e da prática pedagógica do Ensino Técnico, a Competência estruturada em Conhecimentos (saberes), em Habilidades (saber fazer, tecnologias) e em Atitudes (ética e estética da sensibilidade)
- Conhecimentos e Tecnologias que correspondem a uma área de atividade profissional e Atitudes norteadas pela Ética de uma profissão, ou seja, a personalidade que induz ao respeito, à admiração e à identificação da seriedade de propósitos inerentes à dignidade profissional e à convicção da importância do seu papel na sociedade

Destina o Parecer nº 16, no CNE uma longa reflexão sobre a Estética da Sensibilidade que estimula “a solidariedade, a responsabilidade, a autonomia, a criatividade, o espírito de curiosidade, a prudência, o compromisso pessoal e coletivo, a colaboração e a participação na resolução de problemas, a liderança, o dinamismo,(...).”

*“A estética da sensibilidade está diretamente associada aos conceitos de qualidade, do bom e do belo(....)”*

A Educação de Nível Técnico terá seu currículo independente dos currículos da educação geral, podendo aproveitar, em até 25% do total da carga horária mínima, as disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas no ensino médio. Será organizada segundo matrizes de áreas profissionais e não mais por especialidades, como preconizava a Lei 5.692/71.

Deve ser levada em conta na organização curricular da Educação de Nível Técnico a interdisciplinaridade dos currículos, ou seja, conhecimentos que se inter-relacionam na própria inter-relação das áreas de atuação.

Preferencialmente, os currículos do Ensino Técnico serão organizados em módulos com alguma terminalidade ocupacional, de tal forma que, ao final do módulo, possa vir a ser concedido um certificado de qualificação.

Os módulos poderão ser oferecidos por diferentes instituições credenciadas, sendo que o estabelecimento que ministrar o último módulo do itinerário profissional conferirá o Diploma de Técnico.

Caberá às Escolas Técnicas reclassificarem os seus alunos oriundos de outra instituição na qual frequentaram algum módulo profissionalizante, se for o caso.

A polivalência produtiva já mencionada, contemplando a rotação das atividades profissionais, a ampliação das tarefas e seu enriquecimento, é elemento estratégico da organização curricular, que deverá levar em conta um *“itinerário de oportunidades que levem às consequências necessárias a polivalência educacional que procura a construção de um cidadão participante, crítico, consciente e ativo”*.

Finalmente, a Educação Profissional de Nível Técnico conduz à Habilitação Profissional, possibilitando saídas intermediárias viáveis por meio das qualificações profissionais, desaparecendo a figura da Habilitação parcial ou a do Auxiliar Técnico, por absoluta impropriedade.

A organização curricular será sempre responsabilidade de cada escola, que deverá, por meio de pesquisa de mercado de trabalho, identificar o perfil profissional que pretende alcançar.

Eis, em síntese, uma visão bem geral da nova legislação da Educação Profissional. A Lei existe e agora é preciso praticá-la.

Na página seguinte apresentamos as matrizes das áreas profissionais com a carga horária mínima de cada habilitação.

<b>ÁREA PROFISSIONAL</b>	<b>CARGA HORÁRIA MÍNIMA de cada habilitação</b>
1. Agropecuária	1.200
2. Artes	800
3. Comércio	800
4. Comunicação	800
5. Construção Civil	1.200
6. Design	800
7. Geomática	1.000
8. Gestão	800
9. Imagem pessoal	800
10. Indústria	1,200
11. Informática	1.000
12. Lazer e desenvolvimento social	800
13. Meio ambiente	800
14. Mineração	1.200
15. Química	1.200
16. Recursos pesqueiros	1.000
17. Saúde	1.200
18. Telecomunicações	1.200
19. Transportes	800
20. Turismo e hospitalidade	800

*Abril - 1997*

# A Gestão Pública da Educação Básica: Uma Questão Estratégica

A educação pública, em particular o ensino fundamental e o ensino médio, merece uma reflexão mais aplicada e uma reformulação de métodos e processos que garantam uma gestão adequada às imposições da modernidade, rasgando os manuais de uma burocracia esgotada e inadequada diante das realidades desafiadoras dos dias atuais, corrigindo assim o quadro negro de um desempenho incompatível com os mais modestos parâmetros de qualidade e de eficiência.

Em todo o mundo desenvolvido, há algum tempo, a discussão do tema alcançou resultados plenamente satisfatórios, na definição dos novos caminhos escolhidos para a educação básica enfrentar as mudanças impostas pelo desenvolvimento científico e tecnológico e as transformações sociais, políticas e éticas decorrentes.

As ideias de centralização da gestão, das prioridades em investimentos na rede física, da promoção automática, entre outras, foram superadas pela flexibilização, pela ênfase nos aspectos cognitivos e pela adaptação da escola às suas realidades e peculiaridades.

Não resta dúvida de que do ponto de vista da legislação, nos últimos anos, as normas têm evoluído muito, favorecendo a criatividade dos administradores. Na prática, porém, os efeitos ainda estão distantes do desejável.

O exercício da cidadania é aspiração sem limites geográficos ou econômicos, não sendo mais possível admitir a convivência com padrões que aceitem, passivamente, a exclusão como um fenômeno natural sem solução no tempo presente, que é competitivo, espacial, crítico e democrático.

A odisséia educacional exige medidas que acompanhem o progresso das telecomunicações e da informática, que favoreçam a inserção no mercado de trabalho, que reduzam as desigualdades sociais, que respeitem o conceito de cidadania, que façam do trabalho um direito festivo e não um castigo.

No Brasil, tudo está por ser feito, tudo seria prioridade e o que pode ser percebido é que medidas óbvias se tornam grandes conquistas de efeito, sem

maior apreço qualitativo ou gerencial.

Matricular ou oferecer vagas para todos os candidatos é, por exemplo, considerado uma notável realização administrativa, não importando o que vão estudar, com quem, por quanto tempo, com que resultados.

Os referenciais, que procuram justificar os maus resultados colhidos pela escola pública, apoiam-se em alegações sem consistência, tais como pobreza dos alunos, desinteresse dos pais, má alimentação, saúde precária e dificuldades de aprender daí decorrentes.

Ainda numa passagem rápida pelo que foi feito nos últimos vinte anos, sem maior cuidado e sem um planejamento adequado, poder-se-ia destacar a caótica expansão da rede física, custosa e sem a análise de sua viabilidade técnica que levasse em conta variáveis locacionais, sociais e econômicas, a absoluta ausência de processos de avaliação do ensino e da aprendizagem, a carência de metodologias de ensino que respeitem as peculiaridades regionais, má administração do patrimônio (instalações e equipamentos), má remuneração dos quadros docentes, falta de estímulos profissionais, falta de programas de desenvolvimento e de atualização do magistério, entre outros tantos.

O resultado é conhecido e de domínio público, sobressaindo-se, por outro lado, a repetência e a evasão escolar, emblema lamentável desse período de erros e de incompetência da gestão educacional; e por outro, o êxodo das vocações docentes, marca depressiva e sombria que paira solitária e triste sobre a educação brasileira.

Sem querer ser mais contundente, e nem sendo esse o propósito, destaco algumas questões que julgo essenciais na definição da postura gerencial e no planejamento estratégico da administração pública da Educação Básica.

Em primeiro plano, a compreensão de que à gestão compete planejar, apoiar financeiramente, controlar, avaliar, supervisionar e pesquisar.

Ensinar é função da escola, que deve ser autônoma na concepção de sua proposta pedagógica, respeitada a estrutura dorsal dos mínimos legais, e voltada para os seus entornos locais, sociais e comunitários.

Nesse sentido, o combate à repetência e à evasão, a identificação do essencial no conjunto e no inter-relacionamento de conteúdos e habilidades, a melhoria da qualidade do ensino, o aprimoramento da administração escolar, a destinação dos recursos financeiros disponíveis, a atualização de professores e a participação no processo de investigação educacional, são prioridades

específicas e típicas da função escola.

As formas do atendimento serão sempre decorrência de uma política central, que deve estimular a participação da comunidade em conselhos gestores, com atribuições claras e efetivas, propiciando uma ampla integração escola comunidade, inclusive na captação de recursos externos, financeiros e humanos, assessorando a gestão administrativa e opinando no enfoque da proposta curricular.

A flexibilização, decorrente da autonomia da função da escola, privilegia o enfrentamento não só de clientela heterogêneas, de contextos socioculturais distintos, como também do fato pedagógico de que a aprendizagem tende a ser individual na medida das desigualdades do alunado.

Envolvendo-se e comprometendo-se com os seus clientes imediatos, o desempenho escolar passa a exercer papel motivador para administradores, professores e parceiros, no exercício pleno de sua ação formadora, longe das pressões de uma burocracia centralizadora e impotente para enfrentar problemas e dar soluções.

A gestão propriamente dita, que cabe à administração central, tem outras funções, não menos nobres.

O planejamento estratégico, em sua atribuição principal, determina a definição conceitual da Missão, escolhida entre muitas opções. Como tal, tudo decorrerá da estratégia a ser implantada. A reflexão amadurecida do caminho a ser adotado, com a participação da cúpula administrativa, determinará os passos seguintes.

A logística moderna, informatizada e ágil, é a prioridade das prioridades, como infraestrutura do processo gerencial

A formulação dos requisitos mínimos da proposta pedagógica e sua metodologia de ensino, são objetivos centrais que devem ser repassados aos quadros das escolas, por meio de programas de treinamento, seminários e grupos de coordenação, sempre respeitando as condições de flexibilidade e adequação de cada uma das unidades escolares.

O modelo de avaliação do desempenho de administradores, professores e alunos é outra tarefa que exige tecnologia e competência da administração central. Indicadores de desempenho, selecionados por áreas de ação e processados periodicamente segundo frequências previamente estabelecidas, fornecerão as informações para ajustes e correções no planejamento.

Uma política de parcerias com instituições da comunidade, empresários, órgãos públicos, instituições nacionais e estrangeiras favorecerão o apoio necessário ao desenvolvimento tecnológico e pedagógico da função escola.

O estabelecimento de um programa de desenvolvimento de recursos humanos que motive o desempenho individual de todos os envolvidos, estabelecendo critérios de valorização do mérito, aperfeiçoamento profissional e comprometimento com resultados, é função estratégica da ação central.

À supervisão e à inspeção escolar devem ser atribuídas responsabilidades compatíveis com a importância de suas funções essenciais, mister um tanto sem prestígio nos dias atuais.

Planejar e executar uma administração financeira de recursos escassos é outra função que exige competência e conhecimento técnico apoiados em sistemas logísticos modernos e eficientes, com clara definição de investimentos setoriais, distribuição racional de recursos e controle rígido e ágil das aplicações.

Por fim e não menos estratégica, a função pesquisa e investigação deve merecer atenção e aplicação voltadas para as questões prioritárias da gestão, na avaliação, nas metodologias, nas novas tecnologias; enfim, um modelo que reúna parceiros e recursos em caráter permanente.

Finalmente, compete à gestão central, a construção de um Banco de Dados que reúna informações estratégicas, que venham a alimentara pesquisa, a avaliação, o controle, a supervisão e a inspeção, fortalecendo o processo decisório e seus resultados.

A gestão da Educação Básica, por desvios culturais, tem sido objeto de ações centralizadoras, nem sempre negociadas com interesses mais nítidos sem muita influência externa, o que na maioria das vezes resultados desastrosos.

É preciso ter muito discernimento e coragem para promover a transformação que o País pede e que a nossa população merece.

*Maió - 1997*

# A Logística na Educação

*“A logística é a última fronteira gerencial que resta a ser explorada”*

*Peter Drucker*

Nas inúmeras discussões sobre o estado em que se encontra a educação brasileira e, em particular e com grande destaque, a educação pública, o tema central está sempre relacionado aos baixos salários pagos aos professores e a conseqüente redução nos níveis de qualidade do ensino e da motivação para um melhor rendimento.

Sem dúvida, em termos nacionais, é um dos aspectos prioritários e que influência até mesmo a teoria das vocações, tornando ameaçador o futuro dos quadros docentes, pelo absoluto desinteresse de candidatos, com bons níveis de escolaridade, pelos vestibulares para as carreiras do magistério.

Por outro lado, os argumentos dos que aceitam o desgaste de administrar a educação pública nos estados e nos municípios é que, mesmo convencidos da perversa realidade salarial do magistério, não encontram, nos orçamentos disponíveis, os recursos para uma política mais adequada ao tratamento do problema.

Parece ser um círculo vicioso! De um lado, um número incalculável de professores com reduzida carga horária de trabalho efetivo e de outro, remunerações pouco atraentes, o que resulta num dilema controvertido e desafiador.

Uma série de outros procedimentos administrativos exercidos por uma burocracia ineficiente inviabilizam a supervisão, o controle, o planejamento estratégico e a melhoria do desempenho global dos sistemas de educação, que se mostram, ao final, incompetentes em termos gerenciais e técnicos.

Nos últimos dez anos, as empresas brasileiras, diante dos desafios impostos pela mundialização da economia, resolveram se preocupar com a logística como instrumento de seu desenvolvimento e de sua eficácia.

Agilidade no processo decisório, encurtamento no trâmite de papéis, na distribuição e no transporte de mercadorias, informatização em todas as pontas do processo produtivo, redução do desperdício, estruturas orgânicas mais flexíveis; enfim, um leque de novos modelos gerenciais que estão

transformando e desenvolvendo empresas, com excelentes resultados.

É certo que, por meio de medidas corajosas, muitas empresas adotaram novos sistemas gerenciais e se tornaram viáveis, enfrentando as crises econômicas com galhardia e êxito.

Na questão educacional brasileira, a prioridade emergencial reside na logística da sua gestão e nas mudanças dos sistemas gerenciais completamente ultrapassados, ineficientes e desgastantes.

Como ocorreu com a empresa privada, é indispensável e estratégico que a gestão da educação pública seja inteiramente reformulada e os novos modelos de administração, que constituem a ciência da logística, sejam implantados. Os resultados a serem obtidos surpreenderão os mais céticos e os recursos financeiros tornar-se-ão disponíveis e de eficiente aplicação, resolvendo, muito provavelmente, a crise do magistério, que é, sem dúvida, consequência e não causa da doença do ensino público.

*Agosto - 1997*

# A Avaliação na Educação

Tem sido crescente o interesse que o tema da avaliação educacional despertou em educadores e pesquisadores a partir dos anos 40 do século XX, com os estudos de Ralph Tyler (1942), sobre a “accountability”, que no Brasil encontrou como tradução prestação de contas e que, de alguma forma, exerceu forte influência na formulação de metodologias e realização de numerosos estudos e pesquisas.

Com efeito, a década de 60 do referido século foi rica na produção acadêmica de estudos sobre avaliação. Cronbach (1963), Scriven (1967), Stake (1967), Stufflebeam (1971), entre outros, criaram modelos teóricos que obtiveram considerável êxito em suas propostas, influenciando uma geração de avaliadores da educação.

A lógica da avaliação desses autores fundamenta-se na mensuração de variáveis que se propõem a identificar um desempenho, monetário, material ou acadêmico, qualitativo ou quantitativo.

São muitos os críticos do emprego de modelos de avaliação institucional, particularmente os baseados em medidas de variáveis que compõem um indicador, sob a alegação de se constituírem em abordagem quantitativa sem preço qualitativo.

Stake aborda com profundidade a questão, delineando as percepções do fenômeno educacional com precisão, onde a avaliação quantitativa identifica algumas poucas variáveis; seleciona as variáveis necessárias; realiza medidas; explica os fenômenos; faz análise estatística; etc.

Da mesma forma, a avaliação qualitativa identifica eventos de interesse e seleciona algumas variáveis que são o foco do estudo, concentra-se em eventos passados, processos, padrões de avaliação, registra e interpreta observações, verifica as observações, etc.

A Avaliação Qualitativa se resume a um pequeno número de casos e um grande número de variáveis e a Avaliação Quantitativa a um grande número de casos e um pequeno número de variáveis.

Os argumentos a favor e contra a singularidade e a subjetividade são, muitas vezes, vistos como uma diferença entre as abordagens quantitativa e

qualitativa, na pesquisa.

A distinção é importante, ainda que esses temas deem margem a falsas interpretações. Todos os pesquisadores quantitativos é claro, fazem discriminações qualitativas, assim como todos os pesquisadores qualitativos descrevem importantes quantidades em seus relatórios de educação.

É justamente nessa linha de raciocínio que a tese se estrutura, propondo a construção de um conjunto de indicadores de desempenho que não se confunda com a mensuração simples e, mais precisamente, com uma abordagem docimológica, em que a medida é o preâmbulo da avaliação. Dentro desta presunçosa proposta de um modelo de avaliação institucional configura-se o que entendemos por estreita relação entre a avaliação e a pesquisa.

Se considerarmos, como Heraldo Vianna, os aspectos que distinguem a avaliação da pesquisa pode ser definida a avaliação como a aplicação dos métodos da pesquisa na solução de problemas específicos de uma área.

Sem dúvida, existe um traço comum entre pesquisa e a avaliação, qual seja, a busca do conhecimento para a compreensão dos fenômenos educacionais e a solução dos seus problemas.

A pesquisa é julgada em função da sua validade interna, e a avaliação pela sua utilidade e credibilidade.

Não sendo uma reflexão especulativa mas uma distinção que afinal aproxima uma da outra com pontos comuns de identidade, a criação de conhecimento e a solução de problemas, entende-se que a sua aplicação se esboça na intercessão da pesquisa com a avaliação, sendo a metodologia influenciada por estudos em outras áreas do conhecimento, tais como a psicologia, a antropologia, a estatística e a sociologia.

*Janeiro - 2003*

# Justificativa para Um Novo Ensino Técnico

A Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa constituíram-se em movimentos que marcaram a história do Ocidente determinando profundas mudanças no processo de desenvolvimento social e histórico da nossa sociedade. Alteraram o modo de produção material e simbólico, deslocando o trabalho e o conhecimento de uma esfera a outra, ou seja, do campo para a cidade, do feudo para o burgo, do ateliê para a indústria, da igreja para o estado.

Em relação à educação, a Revolução Francesa ao seu final, na fase Napoleônica, defendeu a universalização da escola básica a todos os cidadãos, mas instruindo-os segundo o ideal burguês de sociedade que se pretendia construir.

As ideias educacionais, a partir do final do século XVIII orientaram-se a partir de duas correntes opostas de pensamento: O positivismo representado por Augusto Comte (1798-1857) e o materialismo histórico dialético representado por Karl MARX (1818-1883).

Contrapondo-se ao positivismo, ao seu modelo de sociedade e ao processo de produção que se gestava sob a direção da burguesia, Karl Marx elabora o materialismo histórico dialético e, a partir da crítica à economia política e ao modelo de educação burguesa, apresenta suas ideias sobre a educação da classe trabalhadora.

Após Marx e Engels terem anunciado os princípios da educação pública socialista, estes foram desenvolvidos trinta anos depois por Vladimir Ilich Lênin e M. Pistrak no processo de implantação da teoria materialista de educação, que se apresentou com uma formulação teórico-pedagógica a qual compreende a formação integral do homem, a partir da vinculação do ensino com o trabalho produtivo.

Tal debate, inseriu-se no contexto entre a crítica à escola tradicional aristocrática, no qual a burguesia formulou as propostas de uma escola ativa e pragmática apoiada nas teses de John Dewey e a da classe trabalhadora e seus intelectuais orgânicos, a partir das ideias de Marx e Engels, que colocaram em discussão uma educação para os trabalhadores numa perspectiva politécnica.

---

A politecnia significa o domínio científico e técnico, ou seja, tecnológico

dos processos produtivos.

Para o trabalhador significaria a superação da divisão do trabalho intelectual e manual e a apropriação técnica e científica dos processos de produção. A omnilateralidade proposta compreende todas as dimensões do ser humano para se alcançar o desenvolvimento integral do trabalhador.

A Escola do Trabalho constituiu-se, tomando o trabalho como ponto de partida para concretizar a educação politécnica. Tal experiência conta com a contribuição de vários teóricos e pedagogos socialistas e, estende-se nas décadas de 1920 e 1930 como experiência teórico-prática de educação socialista posterior à Revolução Russa de 1917.

Pistrak apresenta, a partir de sua experiência como pedagogo na Escola de Lepechinsky, algumas ideias sobre como se constituiu a pedagogia social da escola do trabalho. A partir da ênfase nas leis gerais que regem o conhecimento do mundo natural e social, da preocupação com a realidade atual, das leis do trabalho humano, dos dados sobre a estrutura psicofísica dos educandos, do método dialético como uma força organizadora do mundo, este teórico sistematiza a pedagogia social da Escola do Trabalho e aponta algumas questões da prática pedagógica para a compreensão da relação entre ciência e trabalho.

A Escola do Trabalho constitui-se como a primeira experiência de formação Integral do Trabalhador e se orienta no materialismo histórico dialético para guiar uma prática pedagógica que vise a educação do trabalhador com condições de intervir tecnicamente e politicamente nos processos produtivos e sociais.

Nesta relação, busca-se apreender os antagonismos, as contradições postas pela sociedade capitalista no processo de construção social e histórica. O Sistema do Complexo organiza as disciplinas do ponto de vista dialético. A década de 1930 constituiu-se num período de intensa e rica discussão teórica e de enfrentamento prático das formulações propostas pela educação socialista. Nesse período foram publicados muitos livros e relatos de experiência de educação politécnica, vivenciados em várias escolas e que testemunham o interesse pela concretização das ideias propostas, porém, muitos problemas permaneciam sem solução, desafiando os pesquisadores educacionais.

Por outros caminhos semelhantes quem pretender pesquisar as origens da educação profissional certamente irá encontrá-las na Reformpädagogik da virada do século nos estudos de Georg Kerchensteiner e sua “Arbeitschule”, nas controvérsias com Hugo Gaudig, Robert Seidel, Paul Oestreich, P. P.

Blonantesskij e quem sabe, Otto Sheibner e Alois Fisher, todos envolvidos com as questões da “Escola Nova” onde merecem especiais citações Pestalozzi e Dewey.

As próprias origens metodológicas da formação profissional no Brasil, foram muito influenciadas pelas ideias “revolucionárias” dos pesquisadores citados e, muito especialmente, pela Escola do Trabalho de Kerchensteiner, na Baviera, polo pedagógico da formação profissional na Alemanha, na Áustria e na Suíça. A Escola do Trabalho fundamentava seus princípios no pressuposto de que o desenvolvimento das habilidades manipulativas exercia papel estratégico na formação do cidadão. Prevalecia a convicção de que a formação profissional tinha como objetivo a preparação de um cidadão apto a desempenhar o seu papel na sociedade, seja pela sua promoção social como pela sua valorização profissional. Os resultados colhidos confirmaram as expectativas mais otimistas.

O conceito reformista de Educação e Trabalho, de Kerchensteiner, buscava uma relação melhor entre o social da educação e o econômico do trabalho, sendo a escola a passarela pedagógica entre os dois entes de mesma grandeza. Alguns menos atentos ao pensamento reformista enveredaram por caminhos mais pragmáticos e menos conceituais como o da educação para o trabalho que parecia se influenciar mais pelo ambiente empresarial do que pelos aspectos pedagógicos. Logo ficou claro, quando a noção de trabalho no processo educacional e no discurso pedagógico foi adquirindo uma compreensão mais substancial, que a escola para o trabalho não era uma consequência da pedagogia reformista.

A concentração nas necessidades empresariais conduziu inevitavelmente à marginalização da escola e dos domínios da pedagogia, na organização de uma formação funcional em prazos curtos e de resultados imediatos para os alunos e empregadores. Ainda assim, nunca foi possível estabelecer os perfis de Qualificação confiáveis e incontestáveis ou mesmo, prognósticos garantidos de que poderiam ser convertidos em adequados programas de formação. Recentemente, nos últimos anos, a questão se agravou em decorrência das velocidades do progresso da ciência e da tecnologia, que alterando substancialmente as exigências das empresas tornou impraticável a atualização dos programas de Qualificação, formulados como uma perspectiva de ajuste fiel entre as demandas e as ofertas de conhecimento. São compreensíveis as influências do progresso econômico na formulação de projetos de formação da “força de trabalho”, como a pedagogia das profissões comprometida com os conceitos de Qualificação, identificados com as necessidades das empresas na visão imediatista e indeterminada de uma perspectiva de exigências, limitando a questão às relações de trabalho nas empresas.

Do ponto de vista um tanto pragmático o que de fato ocorreu, nos últimos vinte anos, foi o processo de levar-se a Escola para o Trabalho restringindo-se a sua função formadora aos aspectos circunstanciais do negócio, das habilidades, conhecimentos e capacidades de uso imediato e direto.

Ao contrário, nos pedagogos reformistas clássicos, como Maria Montessori, a formulação é inversa, ou seja, trazer o Trabalho para a Escola, segundo o princípio de que o homem forma-se mais precisamente por meio do trabalho, cujo significado educativo permite a sua transposição para o ambiente da escola.

A discussão passa então para o contexto pedagógico do Trabalho e seu papel educacional na formação profissional, na tentativa conciliadora de uma associação de atributos sociais e econômicos.

A necessidade de se criar uma cultura própria dos trabalhadores, por outro lado, relaciona-se com o apelo de Antonio Gramsci, italiano da Sardenha, por um tipo de educação que permite o surgimento de intelectuais que partilhem das paixões das massas de trabalhadores. Neste aspecto, identifica-se com os princípios dos que consideram Gramsci como uma referência, para a formação profissional. Seu sistema educacional pode ser considerado como popular e foi de algum modo pregado pelo brasileiro Paulo Freire.

Na França e na União Europeia, nos dias atuais, o modelo adotado identifica-se com os princípios da nossa proposta experimental a saber: o Conselho Europeu de Lisboa, em março de 2000, afirmou que a Europa deve dotar-se com a “economia do conhecimento mais concorrencial e mais dinâmica do mundo”. A França fez evoluir o respectivo sistema de formação e certificação profissionais nessa perspectiva europeia.

Os diplomas profissionais da educação nacional, classificados em cinco níveis, validam competências e conhecimentos que podem ser adquiridos por três vias, a saber:

- a formação profissional inicial:

segue-se à formação geral, equivalente ao nosso atual fundamental e prepara os jovens para se inserirem num emprego qualificado, de operário a engenheiro;

- a formação profissional contínua:

dirige-se a todas as categorias de adultos ativos, empregados, à procura

de emprego, funcionários, trabalhadores independentes e chefes de empresa. Permite-lhes reforçar ou adquirir um nível de qualificação reconhecido.

- a validação das aquisições da experiência (VAE):

permite obter uma certificação profissional através do reconhecimento das competências e dos conhecimentos adquiridos durante o exercício de uma atividade, remunerada ou não.

Estas diferentes vias permitem responder às necessidades dos diferentes públicos à procura de qualificação, independente da sua idade, nível escolar ou experiência. Tornam possível uma verdadeira formação durante toda a vida. São as vias de formação depois do colégio. Na França, a escolaridade é obrigatória dos seis aos dezesseis anos. Dos seis aos onze anos, os jovens frequentam a escola elementar. Em seguida, entram no colégio para quatro anos de ensino e com dezesseis anos os alunos podem orientar-se para duas vias:

- a via geral e tecnológica:

os alunos preparam, no liceu, o exame do diploma de ensino secundário geral ou tecnológico. Esta via visa o prosseguimento de estudos no ensino superior;

- a via profissional:

os alunos preparam, em dois anos, um certificado de aptidão profissional que permite entrar no mundo do trabalho ou prosseguir estudos tendo em vista um diploma de ensino secundário profissional, ou o mesmo diploma em três anos que permite, também, entrar no mundo do trabalho e prosseguir estudos.

Os jovens podem obter esses diplomas, quer no liceu profissional, quer no âmbito de um contrato de aprendizagem. No liceu profissional, a preparação dos diplomas compreende ensinamentos gerais, ensinamentos profissionais teóricos e práticos, atividades de projeto e períodos de formação em ambiente profissional:

- os ensinamentos gerais agrupam as letras, a história e a geografia, as matemáticas, as ciências físicas, uma (ou duas) língua(s) viva(s), as artes aplicadas, a educação física e desportiva e um ensino de “prevenção, saúde, ambiente”;

- os ensinoss profissionais teóricos e práticos permitem adquirir as competências e os conhecimentos específicos a cada certificado de aptidão profissional ou diploma do ensino secundário profissional;
- – as atividades de projeto visam, através de uma realização concreta em ligação com os ensinoss gerais ou profissionais, o desenvolvimento de capacidades relativas à tomada de responsabilidade dentro de uma equipe, à organização e à gestão do tempo e à criatividade;
- – os períodos de formação em meio profissional são obrigatórios e são tidos em conta para a passagem do diploma. A duração varia consoante a finalidade do diploma e a especialidade (de 12 a 22 semanas).
- - relativamente ao certificado de aptidão profissional, a formação compreende 2 300 horas, ao longo de dois anos, 420 a 560 horas das quais são dedicadas ao período de formação em meio profissional (12 a 16 semanas).
- -relativamente ao diploma do ensino secundário profissional, a formação compreende 3 400 a 3 500 horas, ao longo de três anos, 770 horas das quais são dedicadas ao período de formação em meio profissional (22 semanas).

A Formação Profissional não seria mais exclusiva das necessidades das empresas já que essas variarão muito aceleradamente e, ao mesmo tempo, conhecimentos relacionados com o desempenho estarão mais bem situados no ambiente e na abstração das escolas que são os locais mais adequados para essas finalidades, em oposição à empresa, A educação continuada será estratégia da escola e da empresa na desejável conciliação.

Quem pesquisar a educação brasileira nos tempos recentes deverá, inevitavelmente, concluir que a sua evolução não acompanhou o processo de desenvolvimento econômico do País e, ao contrário, andou sempre na direção oposta, sendo seguramente responsável por parcela ponderável dos fracassos das políticas sociais empreendidas que, afinal, conduziram ao quadro lamentável de pobreza, miséria, alienação e exclusão de representativo segmento da nossa população.

Se de um lado verificou-se uma acelerada expansão do sistema educacional pressionado pela demanda social de educação, de outro é infosismável admitir que qualitativamente, por deficiências estruturais, políticas elitistas, péssimo rendimento do sistema escolar e outras mazelas o processo caminhou em oposição às demandas decorrentes do desenvolvimento. Para

uma compreensão melhor da evolução da educação brasileira o ponto de partida é a criação, em 1924, da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO - ABE, reunindo educadores de ideias renovadoras influenciadas por um movimento reformista, no início do século, na Europa e nos Estados Unidos, denominado de Escola Nova. Heitor Lira, Carneiro Leão, Edgard Sussekind de Mendonça e outros criaram a ABE com o objetivo de reivindicar medidas consideradas inadiáveis tais como a laicidade da educação, a gratuidade do ensino e sua obrigatoriedade e a co-educação.

Foi um período polêmico, principalmente pela reação dos educadores religiosos que monopolizavam a educação das elites e sentiam-se ameaçados pelas ideias renovadoras.

A partir de 1922 começaram a surgir as Reformas em vários Estados com Carneiro Leão em Pernambuco, Lourenço Filho no Ceará, Sampaio Dória em São Paulo, Fernando Azevedo no Distrito Federal, Francisco Campos em Minas Gerais e Anísio Teixeira na Bahia que constituíam o prenúncio de uma grande reforma de caráter nacional.

O movimento reformista iria culminar com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional ou da Escola Nova como foi denominado, em 1932, apresentando as propostas que desde 1924 eram debatidas e que tinham o comando de Fernando Azevedo e o apoio de 26 notáveis educadores. Sob a égide do Governo Provisório, em 1930, era constituído o Ministério da Educação e da Saúde Pública tendo Francisco Campos como Ministro e muitas esperanças de mudanças.

De fato, em abril de 1931, um conjunto de Decretos que passou a chamar-se de Reforma Francisco Campos, promove a primeira intervenção legal de âmbito nacional na educação brasileira.

Ainda que de uma certa forma restrita na sua intervenção a Reforma abrangeu:

a criação do Conselho Nacional de Educação;

a organização do ensino superior e o regime universitário;

a organização da Universidade do Rio de Janeiro;

a organização do ensino secundário;

a organização do ensino comercial e a criação da profissão de Contador;

a consolidação da organização do ensino secundário.

Embora com méritos inegáveis a reforma não abrangeu o ensino primário nem a formação profissional e o ensino técnico e também não cogitou do ensino normal, sendo seletiva, elitista e aristocrática. No que diz respeito ao ensino superior embora existente desde os idos de 1908 e com a criação da Universidade do Paraná em 1912, a do Rio de Janeiro, em 1920 e a de Minas Geris em 1927, o fato é que todas resultavam da agregação simples de Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, sem a concepção universitária.

Com a aprovação do novo Estatuto das Universidades Brasileiras e apesar da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, somente em 1934 foi criada a primeira Universidade no conceito da reforma, qual seja a Universidade de São Paulo. Em 1935 Anísio Teixeira cria a Universidade da Bahia e no mesmo ano surge a de Porto Alegre; a primeira com uma Faculdade de Educação e a segunda com uma de Economia, além do Direito, da Medicina e da Engenharia.

Do ponto de vista regimental a reforma do ensino superior contemplava a figura do Reitor, do Conselho Universitário, da Assembleia Universitária e da Direção das Escolas. Criou a carreira de Catedrático, de Auxiliar de Ensino e de Livre Docente. Organizou os currículos em três fases; o normal, os equiparados e os de aperfeiçoamento e especialização.

No entanto, manteve a falta de diversificação do ensino superior ao exigir a presença dos cursos de Direito, Medicina, Engenharia e Educação e Letras reforçando a aristocracia do ensino e não levando em conta as novas demandas de natureza econômica, próprias do desenvolvimento.

Quanto ao ensino secundário, a reforma extinguiu os preparatórios e promoveu profundas mudanças na organização do ensino que passou a ter:

- o ciclo fundamental com 5 anos;
- os ciclos complementares de 2 anos, com direcionamentos curriculares específicos para o Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia, e para a Engenharia e Arquitetura.

Tratou de oferecer uma formação básica no fundamental, sendo propedêutico no complementar.

Foi implantado um sistema de avaliação rigoroso, com arguições mensais, provas bimestrais e exames finais.

Criou-se o cargo de Inspetor de Ensino, com atribuições e normas centrais e um rígido sistema de inspeção escolar. Embora tenha sido uma Reforma no sentido abrangente, não se livrou da excessiva centralização e dependência ao poder central.

No âmbito do ensino comercial foram organizados os cursos médios e os superiores. Os primeiros em dois ciclos, o 1º, propedêutico em 3 anos e o segundo, técnico variando entre 1 e 3 anos formando secretários, guarda-livros e perito contadores e o Curso Superior, em 3 anos, voltado para Finanças.

Se a Reforma Francisco Campos não foi completa, ainda muito influenciada pela conjuntura política dominante, inegavelmente foi o primeiro passo para as mudanças que se sucederiam nos anos seguintes com as Constituições de 1934 e 1937.

A Constituição de 1934 recebeu vantajosas influências dos Renovadores vindo a ser considerada uma vitória dos integrantes do Manifesto de 1932. Incorporou a fixação de um Plano Nacional de Educação onde estavam presentes a descentralização do ensino pelos Estados, a gratuidade do ensino e o ensino primário integral, cabendo à União a fixação das diretrizes gerais. Ainda sob o domínio de pensamentos conservadores destinou o ensino profissional às classes menos favorecidas, mantendo princípios socialmente discriminadores.

Durou pouco a conquista dos reformadores já que, em 1937, a Carta Magna do Estado Novo viria a moderar substancialmente as ênfases procurando conter a expansão do ensino, permitindo o ensino religioso como matéria do currículo ordinário das escolas e suavizando outras conquistas anteriores. O ensino gratuito, por exemplo, foi admitido para os que comprovassem carência de recursos.

Viveu-se um período de estagnação até 1942, quando o então Ministro da Educação do Governo Vargas, Gustavo Capanema, inicia uma nova Reforma, intitulada de Leis Orgânicas do Ensino, constituída de quatro decretos que são seguidos no Governo José Linhares, após a queda de Vargas, por outros três, pelo Ministro Raul Leitão da Cunha, implantados entre 1942 e 1946 e que, verdadeiramente, promoveram profundas mudanças na educação brasileira.

Os quatro primeiros instituíram o Ensino Industrial, a implantação de Escolas Técnicas Federais em todo o País, o Ensino Comercial, o Ensino Secundário e a criação do SENAI e os outros três, o Ensino Primário, o Ensino Normal e o Ensino Agrícola.

Percebe-se no exame dos documentos legais as propostas da Escola do Trabalho citada anteriormente e a influência marcante do pensamento dos integrantes do Manifesto de 32, enquanto a educação nacional engaja-se no Ensino Médio e Profissional como prioridades de governo. Logo a seguir era criado o SENAC, em 1946, compondo o quadro de uma filosofia humanista tecnicista moderna, que prevaleceria por muitos anos. Do ponto de vista curricular e resumidamente, o Ensino Secundário passou a ser composto de dois ciclos, o primeiro, Ginásial, com quatro anos e o segundo, com três anos, dividido entre Clássico e Científico.

É óbvio considerar o caráter de cultura geral e humanística da proposta, que claramente destina a formação secundária ao ingresso nos cursos superiores, deixando para o ensino industrial a função preconceituosa de terminalidade profissional a nível médio, sem a necessária autonomia curricular e de prosseguimento de estudos.

Os ensinamentos industrial, comercial e agrícola, por sua vez, foram organizados com quatro anos de Fundamental e três ou quatro de Técnico, com estrutura curricular própria independente e um ano de formação pedagógica para a preparação de professores, neste caso em caráter opcional. Ao SENAI e ao SENAC coube o papel de treinamento e formação profissional, como obrigação dos empregadores e preferencialmente para os jovens concluintes do ensino primário e aos trabalhadores empregados.

O ensino primário pioneiro em suas diretrizes nacionais foi organizado em Fundamental, com quatro anos e Complementar com um ano destinado a crianças entre 7 e 12 anos e o Supletivo de dois anos para adolescentes e adultos que não receberam esse nível nas idades oportunas. Exerceu importante papel no combate ao analfabetismo.

O ensino normal teve centralizadas as suas diretrizes destinadas à formação de professores para o ensino primário e foi dividido em dois ciclos, o primeiro com a duração de quatro anos, visando a formação de Regentes de Ensino Primário e o segundo, com duração de três anos, visando à formação de professores e próprios das Escolas Normais e dos Institutos de Educação.

A Constituição de 1946, com o retorno a realidade democrática, eminentemente liberal, consagrou a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, enquanto fortalecia os princípios de obrigatoriedade do ensino, gratuidade do ensino primário e obrigações explícitas aos empresários quanto ao ensino e ao treinamento de seus empregados. A educação brasileira passou a ser objeto da preocupação dos políticos e governantes no período entre 1948 e 1961, quando se discutiu no Congresso o projeto de lei do

Professor Lourenço Filho, a pedido do então Ministro Clemente Mariani.

Em 20 de dezembro de 1961 é aprovada a Lei 4024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consagrando a estrutura anterior com pequenas alterações, como a criação do ensino pré-primário com maternais e jardins de infância e o ensino médio subdividido em Ginásial de 4 anos e Colegial com 3 anos. De fato, nada mudou.

Com o período ditatorial, instalado a partir de 1964, e as crises estudantis frequentes, decorrentes da contestação ideológica e da defasagem entre a demanda por cursos superiores e a oferta de um sistema universitário envelhecido gerando a figura dos excedentes, concluintes do Ensino Médio sem perspectivas de qualificação profissional e um ensino profissional sem prestígio junto à população e à classe empresarial, o governo adotou medidas julgadas corretoras, mas que de fato resultaram em grande fracasso educacional. A expansão do Ensino Superior privado foi estimulada fortemente, com expressivo crescimento quantitativo de cursos e vagas, porém com qualidade quase sempre insatisfatória, resultando na formação de quadros profissionais de nível superior sem qualificação e emprego.

Na mesma vertente e sob o impacto das ideias tecnicistas é aprovada a Lei 5692, de 1971, de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, com obrigatoriedade de iniciação ao trabalho no 1º Grau e profissionalização no 2º. Um outro fracasso, uma vez que, nem o sistema de ensino público e nem o privado tinham recursos e infraestrutura compatíveis com a proposta, e muito menos, professores preparados, além de uma centralização metodológica impraticável.

A Lei 5.692 arrastou-se por 25 anos, com consequências perversas para a formação da nossa juventude prejudicada e iludida por um sistema absolutamente teórico, cujo benefício residual foi o de valorizar a educação profissional, ainda que a submetendo a um rígido sistema, incompatível com o progresso da ciência e da tecnologia.

Finalmente chegamos ao ano de 1996, com a nova LDB - Lei 9.394/96, que depois de mais de dez anos de discussões, alterações e emendas tornou-se fruto de uma proposta substitutiva do Senador Darcy Ribeiro, alterada em alguns dos seus artigos, mas imaculada no seu propósito principal e que introduz profunda revisão conceitual da Educação Brasileira.

A autonomia das escolas é estimulada com liberdade na elaboração da proposta pedagógica, na elaboração dos seus regimentos e na reclassificação de seus alunos independentemente de escolarização anterior. O período letivo

passa a ter 800 horas e 200 dias úteis na Educação Básica e um mínimo de 200 dias letivos no Ensino Superior. A frequência escolar é de 75% do total de horas letivas, com o controle pela escola.

Aproveitamento de experiências extraescolares, tanto na Educação Básica, como na Educação Profissional e o notório saber no Ensino Superior.

Valoriza a Educação Profissional e estabelece currículos diferenciados para o Ensino Médio e os Cursos Técnicos e, de outro lado, já na sua regulamentação, propõe nova organização em caráter modular para os mesmos. Reestrutura a Educação Superior e estabelece classificação inovadora para as instituições - Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Institutos Superiores e Escolas Superiores. O Ensino a Distância merece tratamento e importância especial.

Outras muitas inovações foram contempladas na nova LDB, mas somente o tempo poderá aferir a sua propriedade e os seus resultados.

Neste particular cabe resgatar um trecho do artigo de João Batista de Araujo, Simon Schwartzman e de Cláudio de Moura Castro, no Jornal da Ciência, de 02 de fevereiro de 2012:

*Mas o pior está por vir. A resolução nº2, de 30 de janeiro de 2012, do CNE, não define o que seja “educação geral”, mas no inciso V, do artigo 14, afirma que “atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, o Ensino Médio pode preparar para o exercício de profissões técnicas”.*

*Instrutivo notar que a profissionalização é vista como um “pode”, e não como um caminho natural que albuers é seguido pela maioria.*

*Essa profissionalização se obtém adicionando 800 horas ao curso (o equivalente a um ano letivo). Ou seja, em primeiro lugar, é preciso sofrer as 2.400 horas da tal “educação geral”. Depois, para a profissionalização, são mais 800 horas de estudo. Na prática, os alunos dos cursos técnicos têm uma carga de estudos mais pesada do que os que fazem o acadêmico puro. Difícil imaginar maior desincentivo para a formação profissional. Nos países mais bem-sucedidos em educação os cursos técnicos têm carga horária igual ou menor que o acadêmico.*

Encerrando a incursão no terreno complexo do processo educacional resta comentar que a análise das questões pedagógicas da Escola do Trabalho citadas levam à apreensão de algumas ideias que se constituem como questões importantes para o entendimento das relações ciência e trabalho, trabalho e educação.

A primeira questão que se coloca é que a relação ciência e trabalho pressupõe um processo formativo que compreenda a educação para além da escola, no qual as experiências sociais, políticas, profissionais, enfim, da realidade são integradas ao processo de educação que toma o trabalho nas relações amplas que o homem estabelece entre si e com a natureza e proporciona o desenvolvimento integral do homem, numa perspectiva omnilateral. O trabalho, como atividade humana concreta e social, intelectual e manual, técnica e científica, não só apreende o espaço social como um todo, mas é apreendido pelo mesmo. Carece de currículos próprios diferenciados da educação básica e autonomia para prosseguimento de estudos em nível superior.

Assim, o saber adquirido na escola, o saber adquirido na experiência concreta e o saber das relações sociais e políticas constituem-se como um todo que formam, deformam e transformam o trabalhador.

A segunda questão é que a diferença da relação estabelecida entre ciência e trabalho na escola burguesa, para a relação que se estabelece, na escola socialista, está no objetivo político e ideológico que pretende a transformação da sociedade na perspectiva do projeto da classe trabalhadora como classe hegemônica.

Nesse sentido, o conteúdo para a educação e qualificação profissional do trabalhador parte do trabalho como eixo estruturador e dos conhecimentos científicos e tecnológicos como instrumentos para o conhecimento dos processos produtivos e sociais.

As relações ciência e trabalho, educação e trabalho não se associam apenas para o domínio científico e tecnológico do processo produtivo, mas para a constituição de uma cultura para a classe trabalhadora que possibilite o progresso social e econômico da sociedade. Daí, uma questão pertinente é: a disputa de um projeto de educação voltado para a classe trabalhadora pressupõe uma escola de classe?

As contradições apontadas sobre a relação entre escolaridade e formas de inserção no mundo do trabalho (e do desemprego) possibilitam, em primeiro lugar, reafirmar que qualificação para o trabalho é uma relação social de classe, de gênero, de etnia, geracional, muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades. Isso quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais – família, escola, empresa, etc. –

somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, de sua subjetividade, de sua visão de mundo, constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele, trabalhador, valor de uso, que só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo. O reconhecimento do grau de qualificação do trabalhador pelas empresas se dá através de sua particular inclusão em diferentes níveis hierárquicos e salariais, em diferentes formas de relações empregatícias como trabalho assalariado (com ou sem registro), trabalho terceirizado, contratos temporários, trabalho sem remuneração. A qualificação assim compreendida expressa relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade; implica também o reconhecimento que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social. Isso porque se sabe que somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico (distribuição de renda, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania. E só encontram sentido social no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilite direitos sociais, entre eles, o trabalho. Nesse contexto, educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, como condição *sine qua non* para a cidadania crítica, tal como descrita na introdução deste trabalho; vinculá-la ao trabalho sem mediações tem sido relevante para culpar as vítimas (desempregados escolarizados) ou legitimar ações políticas que possibilitam a “ilusão de desenvolvimento”.

Toda a dissertação moderna da nova Lei de Diretrizes e Bases defronta-se com uma pedagogia conservadora que, por exemplo, resolve determinar a obrigatoriedade de conclusão do Ensino Médio para a obtenção da Habilitação Profissional de Nível Técnico. Tal determinação fundamenta-se no preconceito cultural de que a possibilidade de prosseguimento de estudos na Graduação Superior, aos técnicos somente ocorre quando associada ao Ensino Médio. Não será o caso de cerca de 50% de jovens que num dado momento abandonaram o Ensino Médio, mas que sendo excepcionais técnicos e que se respeitada a proposta avançada de Darcy Ribeiro na Lei 9.394/96 teriam plena competência para o exercício profissional reconhecido e de ao mesmo tempo adquirirem a equivalência necessária para o prosseguimento de estudos superiores?

A Educação Profissional deve ter seus currículos identificados com as competências da Qualificação Profissional e dos Técnicos, independentes da Educação Básica e sempre em consonância com o progresso da ciência e da tecnologia.

Finalmente ao Ensino Técnico deve corresponder um currículo programático independente, porém equivalente ao Ensino Médio, que por seu turno precisa ser revisto oferecendo, por exemplo, oportunidades de ênfases distintas no seu terceiro ano, nos saberes clássicos humanistas, nos tecnológicos e nos biomédicos, em função dos interesses vocacionais do alunado.

*Julho - 2015*



# A importância do Trabalho no progresso brasileiro

Vivemos a perplexidade do caos econômico e social de um país que era considerado um dos mais acreditados no mundo com uma perspectiva notável de progresso futuro e que de fato não ocorreu.

Neste sentido torna-se necessária uma reflexão sobre como reverter o quadro atual e é o que propomos neste artigo.

O desenvolvimento de países em crise com índices econômicos mais baixos do que o desejável depende de três fatores estratégicos, a saber:

1. da Força de Trabalho – é um conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada.

Não há um método consolidado em todo o mundo para definir aqueles que fazem parte da Força de Trabalho. Por exemplo, nos países subdesenvolvidos, o índice inclui os indivíduos que possuem entre 15 e 60 anos.

2. do crescimento e qualificação da força de trabalho. A capacidade dos trabalhadores produzirem riqueza material ou, mais precisamente, as aptidões e habilidades humanas submetidas à condição de compra e venda, isto é, sob a forma de mercadoria. Trata-se de um conceito crucial de Marx na sua crítica à economia capitalista. Marx considera a força de trabalho como a mais importante das forças produtivas.
3. dos investimentos na produção de bens e serviços. Entende-se por investimentos os recursos que necessitam de créditos financeiros com juros compatíveis ou favorecidos. Um investimento contempla três variáveis: o rendimento esperado (quanto se espera ganhar), o risco aceitado (que probabilidade há de obter o rendimento esperado) e o horizonte temporal (quando se obterá lucros).

Um planejamento estratégico de desenvolvimento (econômico e social) passa pela conjugação de esforços dos três indicadores citados, de uma Força de Trabalho crescente e qualificada e dos investimentos produtivos. Neste sentido o primeiro passo importante é promover um encontro de especialistas, por exemplo, do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas, das universidades, das Escolas Técnicas, do SENAI, SENAC, SENAR, e das Federações e Sindicatos de empresas e de empregados, de modo a encontrarem as definições das prioridades e de como atuar em regime consensual para o alcance dos objetivos e das metas estabelecidas.

Uma vez entendida ser esta a modalidade a ser adotada resta saber quem deveria ficar responsável por um programa de tal alcance. Não tenho dúvida que seria um Ministério do Trabalho e Emprego coordenando as ações, avaliando o desempenho e cobrando resultados.

Em termos brasileiros atualmente, Ministro do Trabalho raramente obtve importância na gestão nacional.

Por mera curiosidade vejamos que foram 65 os Ministros do Trabalho de nossa história recente. A imensa listagem revela falta de continuidade gerencial em temas da maior importância, destacando-se alguns Ministros atuantes como Lindolfo Collor, o primeiro, Salgado Filho, Pinheiro Machado, Negrão de Lima, Marcial Dias Pequeno, Segadas Viana, Franco Montoro, Almino Afonso e mais recentemente, pós ditadura, Paulo de Tarso e Francisco Dornelles.

O que seria destacável é a necessidade de se dar ao Ministério do Trabalho a importância que mereceu no período Getúlio Vargas, por exemplo, ou seja, competência para coordenar o nobre programa de desenvolvimento do País. Um Ministro para dez anos de gestão, acima de qualquer suspeita, identificado com a sua missão estratégica de reunir trabalhadores, empresários, educadores especializados e organismos públicos e privados de fomento, em direção do maior programa de desenvolvimento estratégico e sustentável do Brasil.

Um Ministro com assento nas decisões mais importantes da cúpula ministerial, apontando caminhos e assimilando propostas concretas de progresso.

*Setembro - 2016*

# Considerações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica

*“Se antes a terra e depois o capital eram fatores decisivos para a produção... hoje o fator decisivo é, cada vez mais, o homem em si, ou seja, seu conhecimento.”*

João Paulo II, Encíclica Centesimus annus, 1991

Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica têm exercido nos últimos vinte anos notáveis influências nos costumes e mesmo na vida da sociedade moderna, merecendo ao longo do tempo conceituações de inúmeros institutos, organizações e pesquisadores com o propósito de estabelecerem os seus limites e funções.

Por razões meramente didáticas, para introduzir a temática selecionaram-se aquelas mais adequadas ao objeto em questão.

Segundo John D. Bernal, um dos fundadores dos estudos sociais da ciência, ela pode ser considerada como uma instituição; um método; uma tradição cumulativa de conhecimentos; um fator principal na manutenção e desenvolvimento da produção; uma das influências mais poderosas entre as que dão forma às crenças e atitudes relativas ao universo e ao homem.

E finalmente conclui: "A palavra ciência ou a palavra científico tem um número de significados diferentes conforme o contexto em que se utilize."

Confundida com ciência, a tecnologia é definida por alguns autores, como Ribault, Martinet e Lebidois, como o conjunto formado pelos conhecimentos, meios e habilidades colocados a serviço da fabricação de um produto final.

A tecnologia é a arte de colocar a ciência em prática dentro de um determinado contexto e para uma certa finalidade.

Distingue-se a tecnologia da ciência no momento em que se coloca a primeira utilizando conhecimentos que podem estar na forma de processos ou métodos em condições industriais.

A ciência busca o aprimoramento e sistematização dos conhecimentos, não sendo condição essencial sua utilização industrial.

Aproveitando-se da conceituação de Tirso W. Sáenz, Tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos e empíricos, de habilidades, experiências e organização requeridos para produzir, distribuir, comercializar e utilizar bens e serviços.

Inclui tanto conhecimentos teóricos como práticos, meios físicos, know-how, métodos e procedimentos produtivos, gerenciais e organizacionais, entre outros.

Pode ser entendida como “a busca de aplicações para conhecimentos já existentes”.

Inovação Tecnológica, por outro lado, segundo o Manual Frascati (OCDE-1993), é a transformação de uma ideia em um produto novo ou melhorado que se introduz no mercado, ou em novos sistemas de produção e em sua difusão, comercialização e utilização.

Entende-se também por inovação tecnológica, a melhoria substancial de produtos ou processos já existentes.

Com os efeitos de um mundo globalizado, o domínio do conhecimento e a busca de inovações tecnológicas tornaram-se fatores decisivos para os países garantirem a sua prosperidade e soberania e livrarem-se do empobrecimento inevitável.

Vivemos no início do século XXI o que se denominou de Economia do Conhecimento e Sociedade da Informação, adquirindo o trinômio Ciência, Tecnologia e Inovação a função estratégica da busca da excelência por meio de um modelo inovador que tem por característica a melhoria da qualidade de vida da sociedade, o propósito de um desenvolvimento sustentável e a presença do País na comunidade internacional competitiva e no qual o conhecimento e a informação atuam como determinantes do sistema econômico e das relações sociais.

Nos últimos anos, o nosso cotidiano habituou-se a conviver com expressões derivadas do progresso da Ciência e da Tecnologia e que passaram a integrar o vocabulário corrente, tais como genomas, DNA, telefone celular, internet, etc.

O desenvolvimento social é sem dúvida uma das prioridades da agenda brasileira e adquiriu dimensão ampla e sofisticada com o advento das novas tecnologias.

A educação e a própria noção de escola estão sujeitas às imposições das

Tecnologias da Informação e da Comunicação pelo uso intenso da digitalização e da comunicação a distância; a saúde e a alimentação são objeto de transformações radicais como a terapia transgênica, a medicina regenerativa, a tecnologia dos alimentos, os novos medicamentos, o uso da genética na criação de novos seres e suas partes, enfim, uma revolução sem precedentes que dissemina práticas e protocolos até então desconhecidos do mundo da produção de bens e serviços.

Ao operário da era tecnológica não será atribuído apenas apertar o parafuso (como no filme de Chaplin), mas lhe será exigido o valor do torque.

O trabalho na era tecnológica se reconcilia com a sociedade e se transforma na manifestação pura da criatividade, da inteligência e do conhecimento do homem.

Nas relações afins entre a escola e a empresa da era tecnológica não haverá mais espaços preservados para a hora da inteligência e a hora da mão, mas um único atelier com a marca do artístico, tendo a mão como instrumento e a inteligência como causa.

Ciência e Tecnologia agregam valor e produtividade, melhoram a qualidade dos produtos e serviços, reduzem as demandas pela importação, facilitam a redução de custos e dos preços, criam oportunidades de exportação, geram empregos qualificados e renda.

Para muitos, os países mais avançados são os que mais se aproximam do pleno emprego, refutando conclusões simplificadas de que a ciência e a tecnologia são fatores de desemprego.

A pesquisa científica e o progresso tecnológico, estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do País, demandam recursos crescentes e regulares, e os investimentos em C&T sempre estiveram no centro dos debates sobre o nosso futuro, travados pela comunidade acadêmica, pelo setor empresarial e pelo Estado.

No Brasil, diante da escassez de recursos das fontes do Tesouro, foram buscadas fontes extraorçamentárias formadas por contribuições incidentes sobre o faturamento das empresas e pelo resultado da exploração de recursos naturais da União ou de parcela de royalties, pela transferência de tecnologias e pagamentos de assistência técnica. Em síntese, as empresas passaram a transferir ao governo percentuais variáveis de seus lucros para que sejam investidos no fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, e assim foram criados 14 Fundos Setoriais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Os Fundos criados a partir do ano 2000 foram os agentes de investimentos em C&T.

Em 2003, os recursos para os 14 fundos citados alcançaram a cifra de 1 bilhão de reais, ainda insuficientes na presença de gastos da ordem de 3 bilhões anuais com importação de tecnologias.

Se a atividade científica deve ser pesadamente centrada na academia, a tecnologia e a inovação tecnológica devem priorizar ações a serem conduzidas pelas empresas, cabendo ao Estado uma importante função reguladora e de equilíbrio dessas políticas públicas.

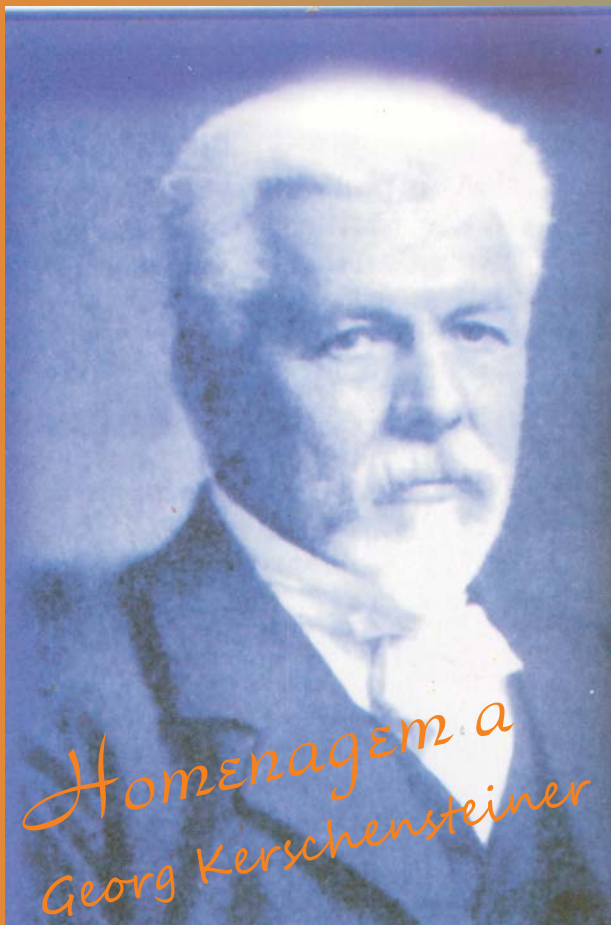
É nesse contexto de colaboração com as empresas no progresso tecnológico que se insere a universidade, com forte participação devido à extensa e à qualidade do seu parque laboratorial distribuído por todas as regiões do País.

*Revista da Academia Brasileira de Letras – outubro - 2016*

## OUTRAS OBRAS DO AUTOR

- LE SYSTÈME SENAI. INSTITUT INTERNATIONAL DE PLANIFICATION DE L'ÉDUCATION: BRESIL. Roberto Guimarães Boclin. 1975.
- LE SYSTÈME SENAC. INSTITUT INTERNATIONAL DE PLANIFICATION DE L'ÉDUCATION: BRESIL. Roberto Guimarães Boclin. 1975.
- UM CERTO DIA DE AGOSTO – SENAI – RJ. 1992.
- CONVERSANDO SOBRE EDUCAÇÃO – 1ª ed. - ABE. 2001.
- AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: QUEM ACREDITA? Editora e Livraria Espaço do Saber. 2003.
- SENSO E CONSENSO – SENAI – DN. 2005.
- RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS INDUSTRIAIS BRASILEIRAS – SENAI – DN. 2006.
- FICANDO PARA TRÁS: O ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO. Com Mello e Souza, Alberto; Urani, André; Squeff, Gabriel Coelho; Leal, Maria Cristina; Klein, Ruben; Reis, Thiago Cabral. Instituto Unibanco. 2007.
- A INDÚSTRIA DO MARANHÃO: UM NOVO CICLO. Autoria com José Ribamar Dourado. IEL DN. 2008.
- ONDE ANDA VOCÊ. FAETEC. 2010.
- O OUTRO LADO DA EDUCAÇÃO. Fundação Santa Cabrini. 2010.
- RESGATANDO O CAPITAL HUMANO. 2015.
- EDUCAÇÃO À DERIVA. 2016.
- AVALIAÇÃO EXTERNA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO: OS INSTRUMENTOS DO INEP/MEC. Wagner, R.; Boclin, R. G.; Elliot, L. Multifoco, Rio de Janeiro. 2016.
- FOLHAS SECAS COMO CONVÉM. Perse, São Paulo. 2016.





Homenagem a  
Georg Kerschensteiner

*Você, ao longo da vida lutou, com coragem e persistência para ter sua própria estrela. Nisto está, seu maior mérito, origem de todos os outros. Sua estrela não lhe foi dada. Foi construída, artesanal e pacientemente, por suas próprias mãos. Mãos infantis que, com o passar da adolescência e da juventude, cresceram e adquiriram força e calosidades, também, pois é rude artesanato este de construir estrelas e fazê-las como devem ser; as arestas nítidas, os ângulos agudos, as faces polidas, cintilando como brilhantes.*

*E ao ficar pronta você a guardou discreta e prudentemente entre o peito e a camisa, porque é preciso trazer as estrelas escondidas, para que a sua luz não incomode, não deslumbre, não atice a cobiça daqueles que as confundem com as jóias preciosas... embora façam do seu portador um ser iluminado, pesam e, às vezes, machucam como cruzeiros.*

TEREZINHA SARAIVA